

Nº 1572 • 25-7-69 • preço 5\$00

vida mundial



12 ANOS PARA PISAR A LUA

A woman with blonde hair, wearing a black dress and a watch, is seated at a table. She is holding a martini glass. A hand from a man in a suit is lighting a cigarette for her. On the table, there is a silver bucket with a bottle of champagne, a pack of KART Extra Long cigarettes, and a lit candle in a silver holder. The scene is set in a dimly lit room, suggesting a sophisticated evening event.

**O
PRESENTE
INESPERADO
É O MAIS DESEJADO**

Parabéns! V. demonstrou ser uma pessoa moderna e de requintado bom gosto. O seu presente foi um verdadeiro achado. V. não lhe quis dar mais uma dessas coisas complicadas que nunca se usam. Deu-lhe uma prenda prática e original. Ofereceu-lhe os cigarros extralongos que Ele fuma, nas novas caixas de dez maços da





VIVER ATÉ UM DIA...

Seguro de Vida por Medida

10 anos de experiência conduziram-nos a 50 anos de progresso. O SEGURO DE VIDA POR MEDIDA IMPÉRIO marcará uma nova era na sua maneira de pensar acerca de seguros de vida.

Poder dar aos filhos a educação que para eles ambiciona, ser o apoio sólido dos que dependem de si, ter uma velhice sem preocupações económicas... já não serão mais incertezas.

A Companhia de Seguros Império, através do SEGURO DE VIDA POR MEDIDA, pode estudar um seguro à medida do seu caso e substituir por segurança as incertezas que hoje o assaltam.

Com o SEGURO DE VIDA POR MEDIDA a Império interessa-se pelo seu caso pessoal e quer criar **exclusivamente para si UM NOVO SEGURO DE VIDA** adaptado às suas necessidades e à sua capacidade económica.

Recorte, preencha e envie hoje mesmo o CUPÃO (abaixo); Receberá, completamente GRÁTIS e sem qualquer compromisso, uma edição ilustrada com explicações e exemplos sobre o SEGURO DE VIDA POR MEDIDA.



À COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO
Rua Garrett, 62—Lisboa 2

Queiram enviar-me a vossa publicação explicativa sobre o SEGURO DE VIDA POR MEDIDA.

NOME.....

ENDEREÇO.....



«AO SEU SERVIÇO»

IMPÉRIO
a sua seguradora

VIDA MUNDIAL

O MUNDO NUMA SEMANA

SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS

- **DIRECTOR E EDITOR:** Francisco Eugénio Martins.
- **CORPO REDACTORIAL:** Carlos Ferrão — Afonso Cautela — Armando Pereira da Silva — Diana Andringa — Figueiredo Filipe — Jorge Fernandes — José João Louro — Nuno Vieira. **REPORTAGEM FOTOGRAFICA:** Eduardo Gageiro — António Xavier. **CAPAS:** Luís Filipe da Conceição. **PAGINAÇÃO:** Luís Filipe Pavão e José Araújo.
- **CORPO DE COLABORADORES:** Amadeu Lopes Sabino — António José Massano — Dantas Ferreira — Fernando Dil — Helena Botelho do Amaral — Jaime Gralheiro — João de Sousa da Câmara — José Raimundo Correia de Almeida — Máximo Lisboa — Miguel Serrano — Orlando Neves — René Coomans — Vasco Ribeiro.
- **OUTROS COLABORADORES:** Alberto Matos (**Palavras cruzadas**) — Alfredo M. Canana (**Cooperativismo**) — António Mendes Pedro (**Religião**) — António dos Santos (**Estatística**) — A. Pastor Fernandes (**Técnica**) — António Torrado (**Temas infantis**) — Armando da Silva Carvalho (**Direito**) — Carlos Porto (**Teatro**) — Fernando J. B. Martinho (**Livros-Poesia**) — Francisco Bronze (**Artes plásticas**) — Fred Vasques Homem (**Medicina**) — José Blanc de Portugal (**Ballet**) — Joaquim Durão (**Xadrez**) — Jorge Branco (**Ciência**) — Manuel Alberto Valente (**Livros-Ficcionistas estrangeiros**) — Manuel Dinis Jacinto (**Juventude**) — Maria Helena Mensurado (**Crónica**) — Mário Vieira Carvalho (**Música**) — Nuno Simões Nunes (**Aeronáutica**) — Romeu de Melo (**Sociologia**) — Serafim Ferreira (**Livros-Ficcionistas portugueses**) — Vasco Granja (**Livros-Cinema**).
- **TRADUTORES:** Alice Alvim — Estêvão Reis — Isa Meireles — Maria de Lurdes Vicente — Maria Manuela Ferreira — Maria Teresa Figueira — Raimundo Neto — Teresa Balté.
- **«CARTOONISTAS» PORTUGUESES:** Baltazar Ortega — Joaquim C. Jordão — José Araújo — Leonel — Luís Filipe da Conceição — Sobral Cid — Zep.
- **CORRESPONDENTES NO ESTRANGEIRO:** Silva Martins (Paris) — Gomes Serra (Colónia) — António de Figueiredo (Londres) — Manuel Carlos Chaparro (São Paulo) — Fernando Barros (Madrid) — Deodato Santos (Genebra) — Bruno da Ponte (Edimburgo).
- **SERVIÇOS EXCLUSIVOS EM PORTUGAL COMBINADOS COM:** «Newsweek» — «Die Zeit» — «SP» — «Der Spiegel» — «Le Figaro» — «Le Figaro Littéraire» — «Le Monde Diplomatique» — «Times» — «The Sunday Times» — «The Sunday Times Magazine» — «Associated Press» (noticiário fotográfico).
- **PUBLICIDADE E RELAÇÕES PÚBLICAS:** Nicolau Drummond Borges.
- **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** Rua de «O Seculo», 63 — Telef. PBX 36 27 51/5.
- **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:** Rua de «O Seculo», 41 — Lisboa-2
- **PROPRIEDADE:** Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.

ANO XXXI — N.º 1572 — 25 de Julho de 1969 — Preço 5\$00

ASSINATURAS	3 meses	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas	65\$00	120\$00	230\$00
Ultramar, Espanha e Brasil ...		120\$00	230\$00
Estrangeiro		135\$00	260\$00

SUMÁRIO

Comentário da semana	3
O destino da Checoslováquia.	
A semana nacional	4
A semana internacional	6
Nacional	9
Caminhos-de-ferro: Aumento de tarifas — Um serviço para trabalhadores — Testemunhos: Habitação e transportes — Sindicatos: Interesses dos ajudantes de farmácia — Limites toleráveis — Diamantes: Concessão até 2004 — Agricultura: Medidas de emergência — Ultramar: Institutos de crédito em Angola e Moçambique.	
Internacional	17
América Latina: A última jogada dos E. U. A.? — Não alinhados: Crise do neutralismo revolucionário — França: O «novo» Partido Socialista — Quênia: Uma acha na fogueira — Médio Oriente: Os «fedayn» e o petróleo — Espanha: Problemas parlamentares; Alguns dados industriais e agrícolas — Sudão: Os objectivos do novo regime.	
Revista da imprensa	27
E. U. A.: As viagens do presidente Nixon; «Da Terra à Lua» — Roménia: Esperança em Bucareste, amargura em Praga — Grã-Bretanha: A estrutura da Europa — Biafra: As realidades do auxílio.	
Estudo da semana	31
Itália: Dupla crise.	
Inquérito	42
Os superfuncionários — Como se recruta esta nova raça.	
Para um «dossier» subdesenvolvimento	47
A ciência contra a fome.	
Actualidade «V. M.»	51
O livro na comunidade luso-brasileira — Religião — Desporto — Artes plásticas — Rádio — TV — Movimento editorial — Pequenas notícias — Palavras cruzadas — O tempo do leitor.	
Cartas ao director	62
Doze anos de idade espacial — 16 páginas extra, em «off-set».	

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

comentário da semana

por Carlos Ferrão

O DESTINO DA CHECOSLOVÁQUIA...

De Dubcek a Bilak, o mundo assistiu, dolorosamente surpreendido, à evolução do drama checoslovaco, assinalado por peripécias desconcertantes. A Checoslováquia é uma nação de velhas tradições, habitada por um povo de grandes qualidades e ocupada por um exército estrangeiro. Antes de os russos, por duas vezes, a haverem submetido, outros fizeram o mesmo, nada podendo a violência a que o povo checo foi submetido contra a sua capacidade de resistência e o seu desejo de sobreviver às vicissitudes por que passou. Mas se a ocupação da Checoslováquia constitui o tributo pago pelos seus filhos à posição estratégica que ocupa no coração da Europa, é esta a primeira vez que o seu território se encontra sob o domínio não de forças militares hostis mas de um exército aliado pela letra de um tratado, o Pacto de Varsóvia. É uma velha regra, em tempo de guerra e de paz, que a posse do quadrilátero da Boémia garante àqueles que o ocupam uma situação predominante no continente europeu. Sem essa posse, os impérios centrais teriam sido vencidos mais cedo na primeira guerra mundial. Para garantir a sua posse, Hitler desafiou as nações ocidentais e a União Soviética, desmembrando a Checoslováquia, em 1936, e anexando definitivamente o seu território no ano seguinte.

Há um ano e meio, a Checoslováquia viveu horas de euforia num clima de liberalização simbolizada pelo secretário-geral do Partido Comunista, Dubcek. O velho general Svoboda deu o seu aval de soldado à mutação cuja importância logo avultou nas relações da União Soviética com os seus satélites. Durante semanas, as discussões entre Moscovo e Praga prosseguiram, e não faltou quem supusesse que terminariam satisfatoriamente. Essa ilusão dissipou-se quando se conheceram pormenores dos encontros entre dirigentes russos e checoslovacos, alguns dos quais decorreram em termos tempestuosos, estando os segundos sujeitos a sevícias e represálias. Finalmente os russos resolveram saltar os últimos obstáculos e, em Agosto do ano passado, a Checoslováquia foi invadida e ocupada por forças soviéticas, num total de vinte divisões, parte das quais guarnece a fronteira com a Alemanha Ocidental.

Em Abril deste ano estava consumada a depuração do Partido Comunista da Checoslováquia. Os dirigentes da ala liberalizante, como Dubcek, Sika, Spacek, Kriegel e Smrkovsky, foram afastados dos cargos que haviam desempenhado. O eslovaco Husak substituiu, como secretário-geral do Partido, Dubcek, e a partir desse momento foi impossível alimentar ilusões sobre o destino do povo checo, submetido à lei de ferro da ocupação. A censura à Imprensa tornou-se rígida e os direitos individuais dos cidadãos não mais foram respeitados. A dinâmica do comunismo está a fazer aquilo que a ocupação militar não conseguiria. Husak reconhecerá, por fim, a legitimidade e a justiça da invasão da sua pátria e a recente mensagem de agradecimento que Bimalk enviou a uma das divisões soviéticas que se encontram em território checoslovaco, é o prólogo dessa manifestação de rebaixamento colectivo. Sob a fécula do adjunto de Husak, Strougal, as organizações regionais do Partido, na Boémia e na Moravia, anularam já as moções votadas por unanimidade, com que haviam condenado a invasão e ocupação do seu país. Esta transformação pode surpreender aqueles que não conhecem os métodos postos em prática nos satélites para conseguir a sua regimentação, mas não surpreende os que, de longa data, se habituaram a estudá-los.

A SEMANA NACIONAL

TERÇA, 15

● **MINISTRO HOLANDÊS** — A convite do ministro das Comunicações, brigadeiro Fernando de Oliveira, chega a Lisboa, por via aérea, o ministro dos Transportes da Holanda, eng.º Keyzer.

● **«PRAGMA»** — Por decisão do Supremo Tribunal Administrativo, fica anulado o despacho do ministro do Interior que dissolvia a Sociedade Cooperativa de Cultura «Pragma».

● **MORTE DE UM JORNALISTA** — No hospital de São João, no Porto, morre Mário Figueiredo, chefe da redacção do jornal diário «O Primeiro de Janeiro», onde trabalhava há 44 anos.

QUARTA, 16

● **RELAÇÕES COM A ÁFRICA DO SUL** — Em avião dos T.A.P., parte para Paris o general Van der Bergh, chefe dos Serviços de Defesa da África do Sul e destacada figura da segurança interna daquele país. Apresentam cumprimentos de despedida o major Silva Pais, director da P. I. D. E., e os subdirectores Vaz e São José Lopes, chefes das delegações da P. I. D. E. em Moçambique e Angola.

● **GENERAL KAULZA DE ARRIAGA** — Em Nampula, Moçambique, tomã posse do cargo de comandante da Região Militar de Moçambique o general Kaulza de Arriaga.

● **OBRAS PÚBLICAS** — O ministro e o subsecretário das Obras Públicas visitam as barragens do Monte da Rocha e de Odivelas, integradas na segunda fase do Plano de Rega do Alentejo.

● **COMISSÃO CONSULTIVA DA PESCA** — Um despacho conjunto dos Ministérios da Marinha e da Economia, publicado na II série do «Diário do Governo» de ontem, nomeia «representantes do Ministério da Economia na Comissão Consultiva das Pescas (C.C.P.)» o eng.º Jorge Bebião Amaral Coimbra, presidente da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, para a secção das Pescas Noroeste do Atlântico; a dr.ª Etelevina de Jesus Magalhães Torroais Valente, da Comissão de Coordenação Económica, para a secção das Pescas do Atlântico; o eng.º José Alves, director-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, para a secção das Pescas do Rio Minho;

o eng.º Hélio Paulino Pereira, director do Instituto Português de Conservas de Peixe, para a secção de Malacologia; e o eng.º Francisco José Manso Lemos de Mendonça, vice-presidente da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, para a secção de Algologia.»

● **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR** — O subsecretário de Administração Escolar inaugura na Figueira da Foz o I Curso de Aperfeiçoamento para Médicos Escolares e o II de Aperfeiçoamento para Visitadores Escolares.

QUINTA, 17

● **MARINHA MERCANTE** — Assinada, pelo titular da pasta da Marinha, uma portaria que nomeia presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante o comodoro Gomes Ramos.

● **INDÚSTRIA** — O eng.º Rogério Martins, secretário de Estado da Indústria, visita a Com-

panhia Portuguesa de Cobre, na comemoração do seu 25.º aniversário. Referindo a importância da indústria no nosso País, o eng.º Rogério Martins citou a importância das minas de pirite do Alentejo, afirmando: «A mãe natureza não foi avara connosco. O problema transfere-se, portanto, para este outro plano: explorar racionalmente a nossa riqueza mineira alentejana.»

● **FUNDO DE FOMENTO DE HABITAÇÃO** — Uma portaria do ministro das Obras Públicas nomeia presidente do Fundo de Fomento da Habitação o eng.º Jorge Carvalho Mesquita, director do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, e vogal especialista de urbanização do Conselho Superior das Obras Públicas.

● **SECRETÁRIOS PROVINCIAIS** — O ministro do Ultramar assina uma portaria que transfere o dr. Jorge Eduardo da Costa Oliveira, da Secretaria Pro-

vincial de Economia para a nova Secretaria Provincial de Planeamento, Integração Económica, Fazenda e Contabilidade de Angola.

Também são assinadas pelo prof. Silva Cunha portarias que nomeiam o dr. Walter Valdemar Pego Marques secretário provincial de Economia daquela província e o dr. Manuel Tavares Dias de Oliveira, secretário provincial de Planeamento, Integração Económica, Fazenda e Contabilidade de Moçambique.

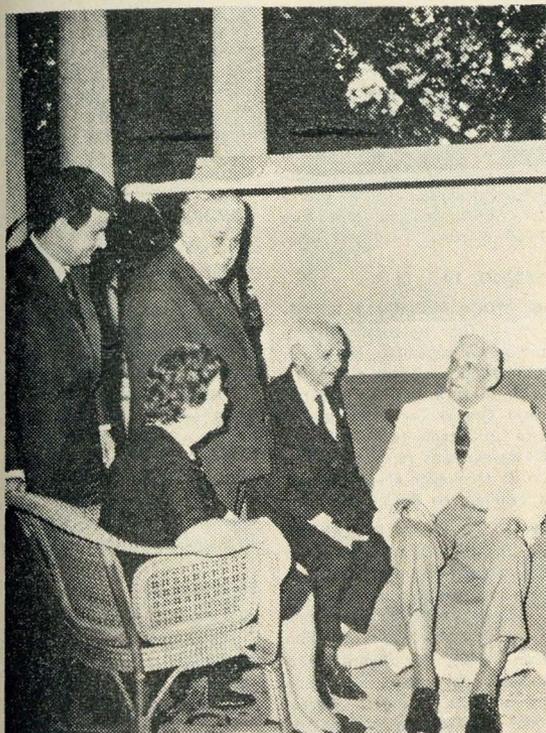
● **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA** — Sob a presidência do general França Borges, reúne-se, em sessão pública mensal, a C. M. L. Discutidos todos os problemas de recolha de lixos, ruídos e poluição da cidade.

● **PESCA DE ARRASTO** — O ministro da Marinha, contra-almirante Pereira Crespo, presidiu à sessão solene comemorativa do 30.º aniversário do



INTERCÂMBIO LUSO-ESPAÑHOL

Retribuindo uma visita feita à Colónia Balnear Infantil de «O Seculo», por elementos directores de idêntica colónia pertencente à Caja de Ahorros de Cáceres, deslocou-se àquela cidade estremenha do país vizinho o director de «O Seculo», dr. Guilherme Pereira da Rosa, que era acompanhado por sua esposa, D. Maria Teresa Bordallo Pinheiro Pereira da Rosa, por seus filhos e por outros elementos ligados a esta empresa. A visita, que constituiu um marco significativo da proverbial amizade luso-espanhola, propiciou, além dos frutuozos e agradáveis contactos sociais, uma iniciativa concreta de muito interesse, no âmbito das relações acima aludidas: o intercâmbio balnear de grupos de crianças protegidas por ambas as instituições. Assim, já este ano passarão férias na Colónia Balnear Infantil que «O Seculo» mantém há 40 anos em São Pedro do Estoril, cerca de meia centena de crianças espanholas de ambos os sexos, divididas por dois turnos. No próximo ano, será a vez de os jovens protegidos de «O Seculo» e dos seus leitores amigos se deslocarem a Espanha, onde conviverão e gozarão o ar puro ao alcance dos jovens que a Caja de Ahorros de Cáceres acolhe nas suas modelares instalações



PRESIDENTE SALAZAR

O Presidente Salazar, antigo Chefe do Governo, recebe Angelino Simões, o elemento mais antigo da colónia portuguesa residente no Brasil, sua esposa, o jornalista Carlos Barros Queirós, director-delegado em Lisboa do «O Mundo Português», do Rio de Janeiro, e representante geral da Varig em Portugal, dr. Amílcar Pinheiro

Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto.

● **SEPSA** — O secretário de Estado da Indústria, eng.º Rogério Martins, visita as instalações da SEPSA — Sociedade de Construções Electromecânicas, S. A. R. L., em Leça do Balio, Matosinhos.

SEXTA, 18

● **JORNALISTA CONDECORADO** — O jornalista Maurício de Oliveira, chefe de redacção da «Capital» e director da revista da Marinha, é condecorado pelo almirante Manuel Pereira Crespo, com a «Medalha Naval Vasco da Gama».

● **CONDECORAÇÕES ESPANHOLAS** — O embaixador de Espanha, dr. José António Bimenez-Arnan, celebra a Festa Nacional de Espanha, condecorando diversas personalidades portuguesas: grã-cruz de Mérito Civil, ao prof. Reynaldo dos Santos, que, por motivo de

doença, foi representado por sua esposa; medalha de prata de Mérito Turístico, ao eng.º Alvaro Roquete; laço de dama de Mérito Civil, a D. Maria Arminda Lacerda de Cértima; comenda de Isabel, a Católica, aos drs. António de Cértima e Francisco Anjos Dinis; comenda de Mérito Civil, aos drs. António Azevedo Meirelles de Souto, Eurico Pais e Nuno Botelho Medeiros, e arquitecto Miguel Melo da Silveira Galdes Cardoso, e cruz de Mérito Naval de 1.ª classe, ao tenente António José Fonseca Cavaleiro de Ferreira.

● **EMPRÉSTIMO PORTUGUÊS** — O governo da Suazilândia contrai, segundo a agência Lusitânia, um empréstimo de 40 mil contos, a uma entidade particular portuguesa.

● **POLÍCIA — DISTRIBUIÇÃO DE DIPLOMAS** — Realiza-se na Escola Prática de Polícia a cerimónia de encerramento dos

curso de promoção a comissário, chefe de esquadra e a subchefe, com a distribuição de diplomas a 7 novos comissários, a 13 novos chefes de esquadra, a 73 novos subchefes, e de condecorações a alguns agentes desta escola.

● **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** — O ministro das Finanças empossa no cargo de administrador da Caixa Geral de Depósitos o dr. José da Silva Lopes.

SÁBADO, 19

● **JAZIDA DE NÍQUEL** — É descoberta uma importante jazida de níquel na região de Manica (Moçambique). Um consórcio de firmas sul-africanas e rodesianas prepara-se para começar as sondagens.

● **I CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOS MÉDICOS ESCOLARES** — Decorre na Figueira da Foz o I Curso de Aperfeiçoamento de Médicos Escolares com a presença de elevado número de médicos de todos os centros escolares do País.

● **REMODELADO DO HOSPITAL DE SÃO JOÃO** — É empossado como novo director adjunto clínico do Hospital Escolar de S. João o dr. Paulo Ramos dos Santos. O provedor prof. Álvaro Rodrigues faz várias considerações sobre a direcção clínica, afirmando:

«Assume o dr. Paulo Santos as suas funções em momento particularmente delicado e complexo para o nosso hospital, como seja o da adaptação de antigos moldes a novos métodos, condicionados por novas estruturas, sobretudo baseados numa hierarquia médica para a qual não estavam devidamente preparados os hospitais, que, como o nosso, não têm ainda tradições e em que necessariamente, para o estabelecimento correcto e justo dessa hierarquia, se tem de atender a situações adquiridas.»

● **NOVO EDIFÍCIO DO GRÉMIO DA LAVOURA DE FERREIRA DO ALENTEJO** — O ministro das Corporações e o secretário de Estado da Agricultura inauguram, em Ferreira do Alentejo, o novo edifício do Grémio da Lavoura.

DOMINGO, 20

● **PESCA E CONSERVAS** — Sob a presidência do dr. Edison de Magalhães, reúne-se o conselho da Secção de Pesca e Con-

servas, convocado para apreciar os decretos-leis que criaram a Junta Nacional de Fomento das Pescas e a Comissão Consultiva das Pescas, do Ministério da Marinha. Presentes, dr. Linhares de Andrade, eng. Machado Rosa; Mário Vera (secretário do Conselho), Leonel Sabino, Henrique Sá Pereira e capitão Gilberto dos Santos Morgado.

● **CASA DO POVO DA GLÓRIA** — O subsecretário do Trabalho e Previdência declara, durante a inauguração da Casa do Povo da Glória do Ribatejo, que o Governo prevê o alargamento do regime geral da previdência a certos trabalhadores agrícolas.

● **RIM TRANSPLANTADO EM COIMBRA** — Uma equipa de médicos de Coimbra procede à primeira transplantação nacional de um rim. A transplantação é feita com o auxílio de informações científicas emanadas de Lyon (França) e à participação de várias equipas médicas num total de 40 clínicos.

SEGUNDA, 21

● **MOÇAMBIQUE — REUNIÃO COM A IMPRENSA** — O governador-geral de Moçambique, dr. Baltasar Rebelo de Sousa, tem uma reunião com jornalistas, em Lourenço Marques. Confirma, durante a reunião, que as conversações relativas a Cabora-Bassa continuam a decorrer de forma satisfatória, e anuncia a entrada em vigor, no dia 1 de Outubro, da concessão de um subsídio de renda de casa para todos os servidores do Estado, incluindo interinos e assalariados, totalizando um encargo geral de 100 a 1000 contos.

● **I. S. C. S. P. U.** — Sai uma nota do ministro da Educação Nacional acerca da anulação dos cursos de Serviço Social, Complementar de Serviço Social e Complementar de Ciências Antropológicas, que funcionam no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. A nota frisa que os alunos que já frequentavam esses cursos podem completá-los, incidindo o despacho de anulação unicamente sobre os exames de admissão e inscrições.

● **PINTOR D'ASSUMPCÃO** — Morre em Lisboa, o pintor d'Assumpção, figura prestigiosa das nossas artes plásticas, desde há muito radicado no estrangeiro.

TERÇA, 15

● **GOVERNO PROVISÓRIO NO SUL DO SUDÃO** — Grupos que lutam pela autonomia do sul do Sudão constituíram um novo governo militar provisório, o «Anydi», chefiado pelo general Emídio Tafeng Lodongi, comandante-chefe do «Anyanya», exército do movimento rebelde do sul do Sudão; dos quinze membros do novo governo, nove pertencem também ao exército e os restantes são civis.

O ministro das Finanças e ministro interino da Informação, Aliaba Loboka Surur, explicou que o «Anyanya» tomara posição porque a agitação no sul do Sudão era crescente devido à confusão política.

O nome do novo governo provisório e do projectado estado autónomo é «Anydi», designação que deriva de um entreposto comercial constituído no século XVIII por comerciantes árabes.

QUARTA, 16

● **ESPAÑA: FRANCO PREPARA A SUCESSÃO** — É anunciada, em Madrid, a convocação das Cortes para o próximo dia 22, a fim de tomarem conhecimento de uma mensagem de Franco, acerca da sua sucessão. A notícia provoca sensação e faz passar a segundo plano a viagem da Apollo-11, dominando a convicção de que o generalís-

simo designará como sucessor D. Juan Carlos de Bourbon, filho do conde de Barcelona, o herdeiro de Afonso XIII.

● **BOMBAS EM BELFAST** — A Irlanda do Norte encontra-se mergulhada em nova crise de violência, tendo explodido bombas e havido combates, quer entre católicos e protestantes, quer entre aqueles e a polícia, que utiliza blindados para «limpar» as ruas. Noutras localidades, Londonderry, a capital da luta política da minoria católica oprimida, e em Dungiven, registam-se incidentes.

QUINTA, 17

● **ZAMBIA: QUEIXA CONTRA PORTUGAL** — O governo da Zâmbia convoca uma reunião do Conselho de Segurança da O. N. U. para debater uma queixa contra Portugal, alegando o bombardeamento de uma aldeia zambiana, Lotes, perto de Moçambique, por tropas portuguesas. O Governo português, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, divulga um comunicado refutando a versão dos acontecimentos dada pelo governo de Lusaka.

SEXTA, 18

● **CESSAR FOGO NA GUERRA SALVADOR-HONDURAS** — A Organização dos Estados Americanos aprova por unanimidade o cessar fogo entre as Hondu-

ras e Salvador, prevendo a retirada das forças militares, garantias de protecção às populações civis, vigilância por observadores da O. E. A. As questões que deram origem a esta «guerra de opereta» continuam a aguardar solução, sendo a principal a situação dos trabalhadores salvadorenhos nas Honduras. Calcula-se que a guerra terá provocado já perto de 3000 mortos.

SÁBADO, 19

● **THOR HEYERDAHL RENDE-SE** — Thor Heyerdahl, o promotor da expedição do «RA», põe termo à viagem que o deveria levar à América Central, dado que o barco de papiro está praticamente inutilizado. Os navegadores recolhem a bordo do escoltador «Shenandoh», a caminho de Bridgetown.

● **O CONDE DE BARCELONA RESIGNA** — Dissolvendo o seu conselho privado e partindo para um cruzeiro no Mediterrâneo, o conde de Barcelona deixa o terreno livre a seu filho Juan Carlos, que deverá ser o sucessor de Franco. Há pouco tempo ainda o conde de Barcelona reprovava a atitude de Juan Carlos. A partir de agora, o conde retira-se da corrida à sucessão, para não «dividir o povo espanhol», e permitir a adesão dos monárquicos a Juan Carlos, barrando o caminho aos carlistas. A sua atitude é rece-

bida com desagrado pelos monárquicos ortodoxos e, naturalmente, pelos carlistas. Também os falangistas, camisas azuis, que não querem a restauração da monarquia, se mostram descontentes. Espera-se, mesmo assim, que a proposta de Franco seja aprovada por aclamação nas Cortes.

DOMINGO, 20

● **BATALHA NO SUEZ** — Aviões israelitas atacam posições egípcias no sector norte do canal de Suez, o que acontece pela primeira vez desde a guerra dos «seis dias», e constitui um dos mais graves incidentes da escalada das últimas semanas. Segundo os israelitas, os egípcios perdem 5 aparelhos contra 2 de Israel, cujos pilotos se salvaram. O Cairo informa haver abatido 17 dos 80 aparelhos israelitas envolvidos na batalha.

SEGUNDA, 21

● **KENNEDY, INCRIMINADO** — O senador Edward Kennedy é incriminado sob a acusação de haver abandonado o local do acidente de viação em que morreu a antiga secretária de Bob Kennedy, Mary Jo Kopechne. O «New York Times» escreve que os amigos do senador estão profundamente preocupados com as incidências desta situação sobre a carreira política do último Kennedy.

O HOMEM NA LUA

A 51.ª ESTRELA

Seis horas após a descida do módulo lunar no mar da Tranquilidade, os astronautas abrem a escotilha do módulo. Às 2 h 56 m e 20 s (T.M.G.), do dia 21 de Julho de 1969, o astronauta Armstrong pisava o solo lunar. Perante centenas de milhões de espectadores, na Terra. Vinte minutos depois, Aldrin juntava-se ao seu camarada. Collins, o terceiro homem da Apollo-11, permanecia em órbita lunar.

Alguns passos, fotografias, colheita de amostras do solo lunar, os primeiros actos do homem na Lua.

Às 3 h e 35 m, os astronautas descerram uma placa comemorativa e implantam uma bandeira americana no solo: «Aqui, homens do planeta Terra pisaram, pela primeira vez, a Lua, Julho 1969. Viemos em paz por toda a Humanidade» — diz a placa. Minutos depois, Nixon saúda a nova conquista dos Estados Unidos.

Terminada a recolha de amostras do solo, instalado o reflector laser e um sismógrafo, os astronautas inspecionam o Lem e sobem, a escotilha é fechada. Termina a primeira parte da aventura. Resta a viagem de regresso.

A «Águia» levanta voo às 17 h e 54 m. «Um voo perfeitamente tranquilo» — informa Armstrong. A atracagem das duas naves decorre com facilidade. O sucesso técnico e propagandístico é total. De novo reunidos na nave-mãe, Armstrong, Aldrin e Collins iniciam o regresso à Terra. Quinta-feira, à tarde, Nixon aguarda-os no Pacífico.

Os americanos tiram, naturalmente, todo o efeito possível da conquista da Lua. A viagem da Luna-15 em nada obscurece o êxito da Apollo-11. Pelo contrário, reforça-a. O sucesso lunar, presenciado por centenas de milhões de homens, é um trunfo importante para o tão abalado prestígio internacional dos E. U. A. Um deputado americano foi mais longe e, após haver rejeitado, indignadamente, a implantação de uma bandeira da O. N. U. na Lua, propôs que a bandeira americana aí deixada, tivesse... 51 estrelas.

As reacções internacionais são quase unanimemente de admiração. Algumas vão mais longe, como a de um presidente sul-americano que convida o seu país a extasiar-se perante tão grande sucesso, bem mais significativo que os tais problemas económicos e sociais do subdesenvolvimento e de dependência económica... Kennedy, ao lançar, em 1961, o desafio Lua, sabia bem o que visava. Nixon, recolhe os frutos.

O projecto Apollo constitui uma proeza técnica, cujo êxito se deve ao imenso progresso científico do nosso tempo e não apenas, pelo contrário, às equipas que nele trabalharam. Apenas foi tornado possível graças a uma extraordinária mobilização de recursos: 20 000 organizações, 300 000 homens estão por detrás do êxito. Mais de 700 milhões de contos, o seu preço. Só a preparação da descida dos astronautas na Lua custou mais de 1 milhão de homens-hora de estudos técnicos.



NEIL ARMSTRONG



EDWIN ALDRIN



MICHAEL COLLINS



COPYRIGHT «VIDA MUNDIAL»

QUARTA, 16

Às 14 h e 32 m, arranca de Cape Kennedy o foguetão Saturno-5, que transporta a nave espacial e o módulo lunar. Doze minutos depois, a nave é colocada em órbita, a 180 km de altitude.

SÁBADO, 19

A nave entra em órbita lunar.

DOMINGO, 20

Aldrin e Armstrong passam para o módulo lunar. Após uma inspeção rigorosa, o módulo inicia a trajetória em direcção à Lua. A alunagem no mar da Tranquilidade verifica-se às 20 h e 18 m (T.M.G.)

SEGUNDA, 21

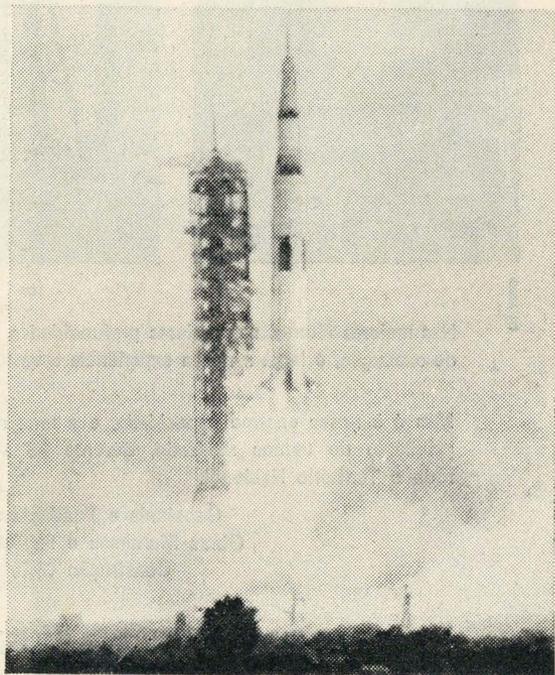
Às 2 h e 56 m (T.M.G.), Armstrong pisa o solo lunar. Pouco depois, dois homens passeiam na Lua. Às 4 h e 50 m, regresso ao módulo. Às 17 e 54 m, descolagem da Lua, seguida do encontro entre «Colúmbia» e «Águia».

TERÇA, 22

Início do regresso à Terra.

QUINTA, 24

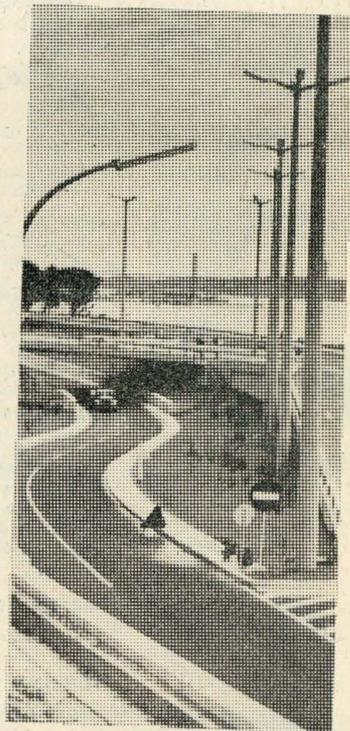
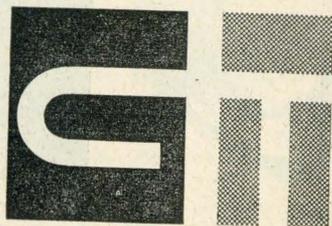
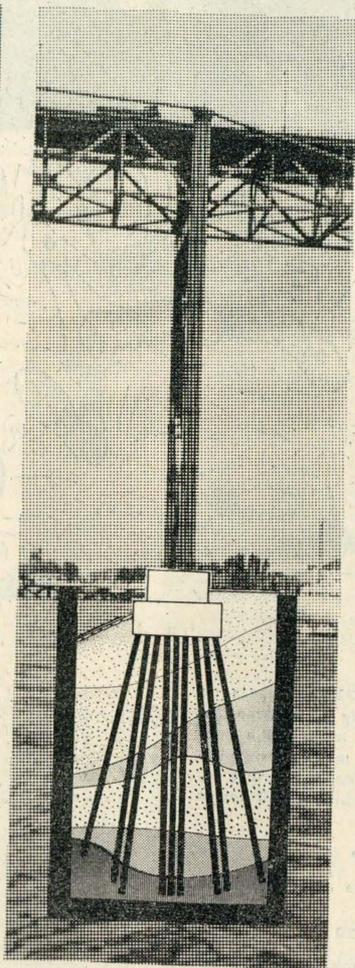
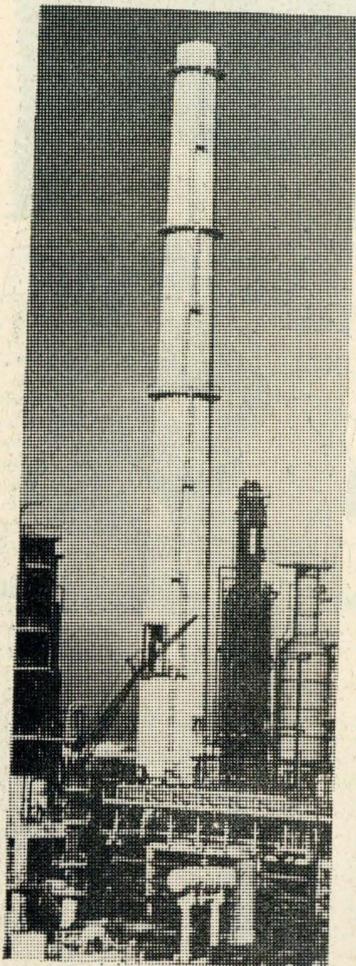
Amaragem no Pacífico.



OBJECTIVO LUA

Em Cape Kennedy, o foguetão Saturno-5 arranca para uma missão histórica

é vasto o nosso campo de acção



PLANO

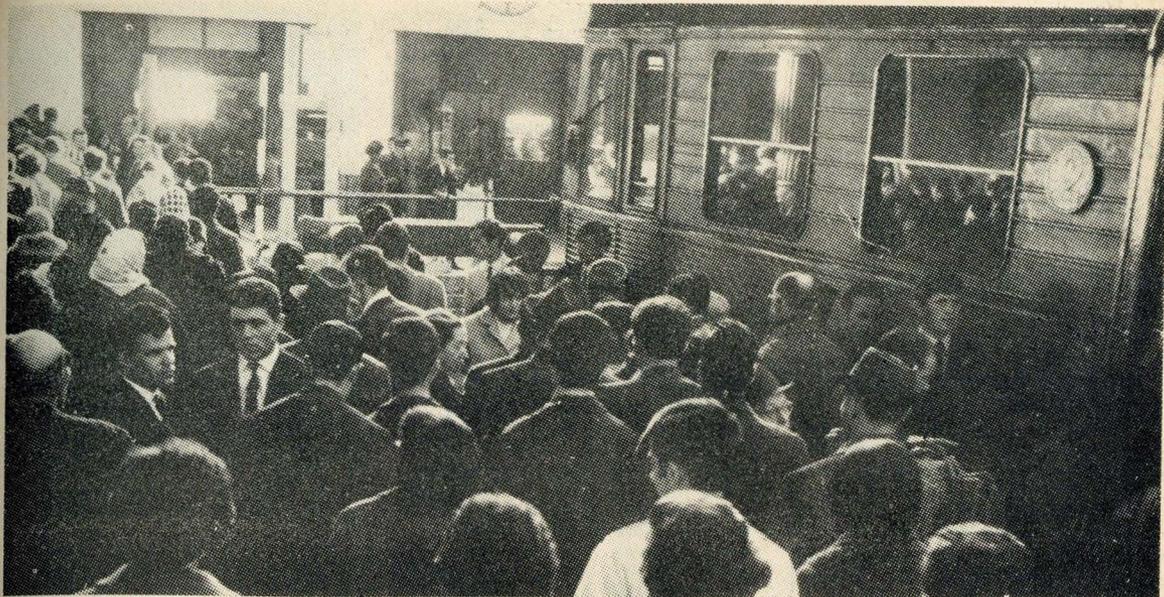
Nas maiores alturas, nas maiores profundidades, nos locais mais difíceis e nos mais curtos prazos de execução, é larga a nossa experiência e vasto o nosso campo de acção.

Mas é à nossa enorme capacidade, e a uma equipa de técnicos especializados, que devemos o privilégio de termos realizado, durante 23 anos, algumas das mais importantes obras em todo o Território Nacional.

Geotécnia e Fundações • Silos e Chaminés
Obras Marítimas e Fluviais • Pontes e Estruturas
Construção Civil, Industrial e Urbana

CONSTRUÇÕES TÉCNICAS, LDA.

Praça do Município, 13-3.º — LISBOA-2 — Telef. 36 65 06
Delegações no Porto, Cabo Verde, Angola e Moçambique



CAMINHOS-DE-FERRO: AUMENTO DE TARIFAS

A administração da C. P. enviou aos jornais um comunicado, justificando o aumento de tarifas aprovado em portaria, pela necessidade de elevar os nossos caminhos-de-ferro ao nível dos congéneres da Europa e para compensar as despesas provenientes de um aumento de salários concedida pela empresa em Janeiro último.

Eis o final do texto do referido comunicado:

«A incidência do agravamento das tarifas de passageiros fez-se sentir mais — não obstante a sua modicidade em valor absoluto — principalmente nos transportes a que correspondem preços abaixo dos custos marginais, seguindo assim uma política que não só parece justa como é também largamente preconizada pelos organismos internacionais de transportes e bem recentemente, entre nós, pela empresa especializada francesa Sofrerail a qual foi submetido o estudo da modernização dos nossos caminhos-de-ferro.

Para atenuar, em parte, a elevação dos preços de transporte de passageiros tem a Companhia em estudo modalidades tarifárias, contemplando casos particulares, concedendo novas facilidades.

A seguir se dá nota das principais alterações tarifárias.

TRÁFEGO DE PASSAGEIROS

1 — Tarifa geral

Elevam-se de 2 e de 4 centavos por quilómetros as bases de 1.ª e de 2.ª

classe, desta tarifa, que ficam sendo, respectivamente, de \$56 e \$40 por quilómetro.

2 — Tarifa de assinaturas

Elevam-se os preços, tanto de 1.ª como de 2.ª classe, das assinaturas semanais ou mensais, trimestrais e semestrais, em qualquer das suas modalidades. Quanto às assinaturas para jovens e estudantes não houve alterações.

Trata-se, como é sabido, de uma tarifa que oferece preços dos mais reduzidos do regime tarifário português.

3 — Tarifa de tranvias

Os preços desta tarifa foram elevados em conformidade com os futuros preços da 2.ª classe da tarifa geral, mantendo-se o elo existente entre a 1.ª e a 2.ª classe dos bilhetes tranvias. No entanto, nas linhas de Lisboa a Sintra e a Azambuja, com características especiais dentro da estrutura desta tarifa segundo as directrizes há muito tempo traçadas no sentido de se incrementar a constituição de núcleos populacionais nas localidades mais afastadas de Lisboa, os agravamentos não obedeceram ao esquema geral, pelo que neles se regista uma extensa gama de percentagens de aumento que se traduzem, no entanto, em valores absolutos muito medíocres.

A seguir se dão alguns exemplos de

preços de bilhetes de tranvias que atestam estas afirmações:

Lisboa a Amadora:

1.ª classe

Preço actual	\$550
Preço futuro	6\$00
Diferença	+ \$50

2.ª classe

Preço actual	4\$00
Preço futuro	4\$50
Diferença	+ \$50

Amadora a Queluz:

1.ª classe

Preço actual	2\$50
Preço futuro	3\$50
Diferença	+ 1\$00

2.ª classe

Preço actual	2\$00
Preço futuro	2\$50
Diferença	+ \$50

Lisboa a Sintra:

1.ª classe

Preço actual	9\$50
Preço futuro	10\$00
Diferença	+ \$50

2.ª classe

Preço actual	7\$00
Preço futuro	7\$50
Diferença	+ \$50

Porto (São Bento) a Braga:

<i>1.ª classe</i>	
Preço actual	22\$00
Preço futuro	25\$00
Diferença	+ 3\$00

<i>2.ª classe</i>	
Preço actual	16\$50
Preço futuro	18\$50
Diferença	+ 2\$00

Porto (Campanhã) a Ermesinde:

<i>1.ª classe</i>	
Preço actual	4\$00
Preço futuro	4\$00
Sem aumento ...	0\$00

2.ª classe

Preço actual	3\$00
Preço futuro	3\$00
Sem aumento ...	0\$00

Porto (São Bento) a Espinho:

<i>1.ª classe</i>	
Preço actual	9\$00
Preço futuro	10\$00
Diferença	+ 1\$00

<i>2.ª classe</i>	
Preço actual	6\$50
Preço futuro	7\$50
Diferença	+ 1\$00

4 — Restantes tarifas

Os preços das restantes tarifas de passageiros foram elevados na mesma proporção que foram os da tarifa geral.

TRÁFEGO DE MERCADORIAS

Apenas se agravam algumas das bases da tarifa geral que vigoram aliás há mais de 20 anos, relativas ao transporte de: dinheiro, valores e objectos de arte; transporte de dinheiro amoadado; transportes fúnebres; e transportes de veículos e de material de caminho-de-ferro circulando sobre as próprias rodas. O aumento foi de 20 por cento mas é de ponderar que ele só tem um restrito significado no transporte de veículos. O tráfego de veículos é bem modesto, salvo, todavia, o que respeita ao transporte de veículos automóveis montados no País que é importante, mas este beneficia de disposições tarifárias especiais que se mantêm.

Quanto ao transporte de taras em retorno, tráfego fortemente deficitário, foi o seu precário igualmente alterado, quer em grande quer em pequena velocidade. Dá-se o seguinte exemplo:

Transporte em pequena velocidade, de taras vazias em retorno, à distância de 150 quilómetros:
— Remessa de barris vazios com o peso de 100 quilogramas:

Preço actual	22\$50
Preço futuro	30\$50

— Remessa de bidões de ferro vazios com o peso de 100 quilogramas:

Preço actual	17\$50
Preço futuro	23\$50

Além dos casos citados, as restantes alterações constituem arranjos tarifários de somenos importância levados a efeito somente com o objectivo de uniformizar condições tarifárias, sem qualquer repercussão nos preços de transporte de bens de consumo...

TESTEMUNHOS

Habitação e transportes

Numa das suas intervenções no Colóquio da Habitação, o eng. Guimarães Lobato estabeleceu as relações profundas entre uma política de habitação e de transportes:

«Por isso o problema hoje não reside, apenas, no planeamento urbano, mas essencialmente no planeamento da região urbanizada, para se evitar o exagerado macrocefalismo demográfico e melhor distribuir as populações em vias de urbanização por áreas mais amplas que, assim, podem oferecer condições de vida e de trabalho a

Um serviço para trabalhadores

Quanto custa o aumento da C. P. a cada um dos passageiros habituais?

O comunicado da Companhia é pouco claro, mas, com a ajuda do Relatório e Contas do seu conselho de administração, ficaremos a ver um pouco melhor as razões últimas e o significado de cada aumento. Pela análise dos dados fornecidos podemos afirmar que a C. P. é um serviço utilizado diariamente por trabalhadores; 60 por cento dos passageiros têm assinatura, utilizando pelo menos duas vezes por dia o transporte entre o local de trabalho e a habitação. O aumento de rendas de casa distancia cada vez mais esses locais: 61 milhões de passageiros percorreram 13,6 km. médios por viagem em tarifa de assinaturas. Apenas 8 por cento de todos os passageiros utilizaram, em 1968, bilhetes de 1.ª classe.

TARIFA GERAL

O comunicado da C. P. informa-nos que houve um aumento de 2 e 4 centavos na 1.ª e 2.ª classes, respectivamente. A utilização da 1.ª classe, inferior na tarifa geral a um milhão de passageiros (6 por cento em 1968), tem vindo a decrescer. Os 4 centavos atingem mais de 90 por cento dos passageiros, por cada quilómetro percorrido (94 por cento dos passageiros em 1968).

O número de passageiros transportados em tarifa geral tem vindo a diminuir, atingindo números da ordem dos 16 milhões de passageiros anuais.

Apesar da importância decrescente da tarifa geral (15 por cento dos passageiros transportados pela C. P.), é aqui que a empresa vai buscar a sua maior receita; em 1968, os 16 milhões de passageiros (15 milhões em 2.ª clas-

se), pagaram 397,8 milhares de contos dos 691 milhares recebidos nas bilheteiras.

TARIFAS DE ASSINATURAS

A C. P. não concretizou no seu comunicado quais os aumentos estudados para as tarifas de assinaturas. Todavia, estas tarifas interessam a 60 por cento dos passageiros: 61 milhões em 1968 contra 58 milhões em 1967.

O salto dado nas assinaturas foi um fenómeno que apenas surgiu neste sector. A importância crescente da tarifa de assinaturas é um fenómeno que corresponde à importância crescente da C. P. no transporte de trabalhadores. Daí que o aumento agora considerado vá influir directamente no custo de vida da população trabalhadora das regiões abrangidas.

Todos os dias, muitos trabalhadores fazem percursos tais como Tomar-Lisboa, Entroncamento-Lisboa, Santarém-Lisboa. Daí que umas das suas principais reivindicações seja «percursos cada vez mais rápidos e baratos».

Um bilhete mensal de assinatura para o Entroncamento, custava, antes do aumento, cerca de 600\$00.

O aumento ainda não vai pesar necessariamente nos salários que não se vêem crescer.

Em termo médios, que não esclarecem casos agudos, o passageiro habitual percorre diariamente 27 quilómetros. O facto de os transportes continuarem morosos encurta desnecessariamente o tempo livre do trabalhador, tornando-o um autêntico escravo do trabalho e dos transportes: homens levantam-se, todos os dias, às 5 horas e chegam a casa às 22 horas do mesmo dia.

J. J. L.



ENG.º LOBATO GUIMARÃES

A necessidade de um sistema eficaz de transportes públicos colectivos

que aspiram, actualmente, todas as populações em crescimento.

«É, precisamente, a prestação de serviços de transportes que mais contribui para poder aglutinar como unidade económica ou social válidas as regiões urbanizadas que se estão a formar no País, como seja Lisboa e o Porto.

«... Como as regiões urbanizadas exigem movimentação intensa de pessoas e de bens, verifica-se que só é possível satisfazer todas essas solicitações à custa de eficaz sistema de transportes públicos colectivos, baseados nas infra-estruturas ferroviárias existentes ou a completar (caso dos nós ferroviários de Lisboa e do Porto), e da própria utilização com maior rendimento para a colectividade das redes de estradas regionais.

«Com efeito, considera-se hoje quase utópico tentar resolver-se este problema fundamental dos movimentos nas regiões urbanizadas através de transporte individual, porquanto não só pela desproporcionada utilização do solo pelas infra-estruturas que seria indispensável criar, mas, também, pelos exagerados investimentos que seria necessário efectuar sem a correspondente rentabilidade económica e social que poderia satisfazer a maioria das populações fixadas nas regiões urbanizadas.»

PERCURSOS - TEMPO DE 20 A 40 MINUTOS

«Torna-se imprescindível o estabelecimento de planos efectivos de coordenação dos transportes regionais com os transportes urbanos, de modo a garantir uma utilização económico-social do sistema de transportes com um custo mínimo para a colectividade.

«É neste aspecto fundamental que

se torna indispensável que toda a política da habitação seja coordenada com a política de transportes, de sorte a assegurar comodidade para o público, que vive numa região urbanizada, percursor-tempo da ordem dos 20 a 40 minutos.

«Assim se tornará o local em que vivem mais conforme com a escala das aspirações humanas, do conforto e do ambiente mais agradável de vida socioprofissional.

«Claro que esta coordenação pressupõe que a conjugação do binómio habitação-transportes se efectue em correspondência com os rendimentos dos agregados familiares, havendo, porém, necessidade, em muitos casos, que para se assegurar a rentabilidade empresarial se estabeleçam as bases necessárias dos encargos que a colectividade deverá suportar para beneficiar, deste modo, os extractos sociais de menores rendimentos.»

SINDICATOS

Interesses dos ajudantes de farmácia

Os ajudantes de farmácia de Lisboa e Porto tiveram mais uma reunião magna na Voz do Operário. Em discussão o Decreto-Lei n.º 48 547 que regulamenta a actividade farmacéutica. Argumentos constantemente repetidos há alguns anos foram novamente invocados. «Vida Mundial», que já tinha registado as suas opiniões em Outubro de 1968, esteve em diálogo com o presidente do Sindicato de Lisboa, José de Sousa Amado, analisando conjuntamente alguns dos aspectos mais graves provocados pelo decreto: farmácias provavelmente fechadas por não conseguirem director-técnico permanente, não existência de um número de licenciados em farmácia que possam cumprir à letra o decreto, impossibilidade de algumas farmácias conseguirem quem queira residir permanentemente na vila de província onde se situam, o direito à propriedade de farmácia e a direcção técnica de farmácia, etc.

Após um prolongado debate resolveu o redactor colaborar com José de Sousa Amado numa sondagem-inquérito para esclarecer em que medida o decreto-lei é cumprido e quais seriam os prejuízos provenientes do seu cumprimento integral.

A sondagem a fazer tenta uma resposta significativa para duas questões:

1 — Os directores-técnicos estão permanentemente nas farmácias em serviço?

2 — O que aconteceria se os ajudantes de farmácia, seguindo à risca a letra do decreto, se recusassem a servir o público nos dias ou horas em que o director-técnico não estivesse presente?

SEGUIR O DECRETO

«Que aconteceria se cada vez que o farmacéutico se ausentasse as farmácias cessassem a actividade até que regressasse?

Também, aquando da discussão sobre propriedade de farmácia, se disse que «o ajudante não tem idoneidade moral para ser proprietário»...! **A honestidade é apanágio de um diploma ou virtude nata do indivíduo? Será que um diploma transforma um facinora em pessoa de bem e a falta dele degenera um honrado cidadão?**

«A falta do farmacéutico na farmácia constitui um perigo para a saúde pública»... Pois bem:

Foram um êxito as «VII JORNADAS FARMACÉUTICAS» realizadas na cidade do Porto e que, durante 3 dias reuniram cerca de 500 farmacéuticos!... Os ajudantes de farmácia congratulam-se por esse êxito mas... não podem, logicamente, deixar de perguntar: **fecharam as farmácias ou a saúde pública recebeu vacina por 3 dias contra os perigos resultantes da ausência dos farmacéuticos?** Desçamos à realidade: se o ajudante tem possibilidade (demonstrada a todas as horas) de substituir a **presença física** do farmacéutico, porque se não escreve no decreto?

Se o ajudante é o elemento em maior contacto com o público sob a responsabilidade técnica do farmacéutico, porque se não frisa que é ele o seu directo colaborador e, portanto, sujeito ao mesmo código deontológico?

O Decreto-Lei n.º 48 547 — número aziago que nos saiu na rifa da vida — é dos tais que é «inaplicável na prática».

As medidas que, os que lhe deram forma, estão a adoptar para tornar realidade o que idealizaram no remanso dos seus gabinetes, virão a ser prejudiciais para uma cobertura farmacéutica racional e eficiente do território. Não devem esquecer-se os direitos das aldeias. Continuar a insinuar e a fazer crer que a substituição da presença física do farmacéutico pelo ajudante técnico constitui perigo para a saúde pública é brandir uma arma de dois gumes. Não se esqueça que apenas em 2 ou 3 por cento das 2000 farmácias do País, o serviço nocturno é feito pelos farmacéuticos. As trevas neutralizam os perigos?

Atente-se na realidade e legisle-se em conformidade. A nossa assiduidade ao trabalho e a nossa dedicação ao público que nos estima e procura bem merecem essa atenção.»

«60 POR CENTO DAS FARMÁCIAS NÃO PERTENCEM A FARMACÊUTICOS»

«Por um lado, a saúde pública nunca perigou por as farmácias não serem propriedade de farmacêuticos, tornando-se, por isso, desnecessário que o passassem a ser, e, por outro lado, a aludida exigência em nada obsteu que aquelas que de facto não pertenciam a farmacêuticos continuassem na mesma situação e, até, que novas fossem autorizadas a laborar, sabendo-se de antemão que não eram farmacêuticos os seus proprietários, embora legalmente e só **legalmente** o farmacêutico figurasse como dono

Que a situação era, na realidade, a que acabamos de expor, confirmam-no a «Revista Portuguesa de Farmácia», vol. IX-1959 (Out-Dez.), n.º 4, onde se afirmava que um «terço das farmácias existentes no País é pertença de não farmacêuticos, embora sob a aparência legal de o serem», e o «Boletim do Grémio Nacional das Farmácias» n.º 106, ano XVIII, de Julho de 1958, informando que mais de 60 por cento das farmácias não pertenciam a farmacêuticos.

Ora essa situação de então para cá não se alterou e até tem aumentado o número de farmácias que, na verdade, são propriedade de não farmacêuticos, o que se confirma no relatório do projecto de proposta de lei a que se refere o Parecer n.º 11/VIII da Câmara Corporativa (Acta n.º 41, de 4-6-963, pág. 328).

E quem são as vítimas deste estado de coisas?

Os «ajudantes de farmácia», pois salvo raras excepções, todas as farmácias de não farmacêuticos a eles pertencem. Donde indiscutivelmente se terá de concluir que, se a propriedade fosse livre, não veríamos, como se afirmou, aquando da discussão da lei da propriedade de farmácia, taberneiros e outros indivíduos e outros profissionais menos indicados a adquirirem aquela qualidade, pois que se a situação os tentasse, teriam podido da mesma forma que os ajudantes, estes após a publicação da lei 23 422 (pois anteriormente não era assim) obter a mesma situação.»

Abordaremos seguidamente o decreto 48 547, de 27 de Agosto de 1968, sobre o exercício da profissão farmacêutica, que mais não é que a regulamentação da lei acima referida. Também este decreto não veio resolver os problemas de que a farmácia enferma; veio antes aumentar a confusão, impondo obrigações que de antemão se sabe não poderem ser cumpridas. Uma vez mais, e tendente a regular uma actividade onde os 100 por cento de mão-de-obra é indubitavelmente a dos ajudantes de farmácia, se promulga um decreto sem que para o efeito se considerasse no mínimo a opinião destes profissionais. Mas o mais grave reside ainda, no facto de este decreto, revo-

gando toda a legislação anterior, deixar sem qualquer qualificação os verdadeiros profissionais da farmácia aqueles de quem ela depende em absoluto para que as suas portas se mantenham abertas. Muito se falou já sobre este decreto, e a opinião é quase unânime de que não serve capazmente nem farmacêuticos, nem ajudantes e muito menos a saúde pública. (...)

(...) Parece-nos que se deve definir com precisão quem deve substituir o farmacêutico nos seus legítimos impedimentos e salvo melhor opinião ninguém o poderá fazer com melhor propriedade que o ajudante técnico da própria farmácia. Se de resto é o que

acontece na prática, porque não estabelecer no decreto que a substituição se torna extensiva ao ajudante?

A legislação anterior indicava, e muito bem, o ajudante técnico como possível substituto do farmacêutico nos seus legítimos impedimentos.

Bastante mais coerente esse preceito pois que exigia sempre a presença de um técnico, embora este pudesse ser um ajudante de farmácia, que através dos seus longos anos de prática, adquirida dia a dia, proposta e subscrita anualmente pelo farmacêutico e registada depois na Direcção-Geral de Saúde, podia garantir maior segurança para a saúde pública, do que da forma

LIMITES TOLERÁVEIS

O esquema de selecção de prioridades dos problemas que constituem a agenda da vida portuguesa tem sido posto em colóquios que pretendem (pelo menos parecem pretender) chamar as coisas pelo seu nome, pelo seu verdadeiro nome. Uma espécie de tomada de responsabilidade ou uma normal porta de saída de um processo mitificado que existia no grande espaço português.

Parece que é necessário arranjar coragem para aprender a pensar. Ligar o «estilo português» a uma realidade europeia, que nos salve dos burocráticos logros em que tombámos.

Parece que é necessário afastar a confusão lançada por certa espécie de brilhantina e verificar, como recentemente o fizeram os ministros das Obras Públicas e da Saúde, que mesmo uma majestosa obra como a do Hospital Escolar (Hospital de Santa Maria) está cheia de maleitas: não tem instalações para gás, os elevadores não funcionam, é necessário instalar um novo Banco, etc.

É surpreendente o aumento do nosso contingente de emigrantes para o pequeno Luxemburgo; nestes últimos 6 meses, 20 000 emigrantes, apenas menos 100 dos que entraram legalmente.

Na França, onde já trabalham cerca de 400 000 portugueses, entraram, clandestinamente, nos últimos 6 meses, 20 000 emigrantes, apenas menos 100 dos que entraram legalmente.

É verdadeiramente preocupante que tais braços, os melhores, os mais válidos, vão enriquecer outros países e outras economias. É certo que o nosso desenvolvimento industrial (haverá, de facto, algum desenvolvimento industrial?) está longe de absorver a mão-de-obra dispensada na agricultura. E este um perigo grave a que estão sujeitos muitos países subdesenvolvidos.

O excesso de pessoas vivendo no campo constitui um sério problema, responsável pelo desemprego e por um baixíssimo nível de vida dessas populações.

A emigração é o recurso.

Desta maneira, uma pergunta se faz: os capitais disponíveis (aqueles capitais que procuraram refúgio no estrangeiro) não deverão ser empregados, de preferência, no incremento das possibilidades de emprego?

A C. P. aumentou o preço das suas tarifas. O gráfico continua a subir. O processo inflacionista está em jogo. Os ordenados aumentam, as jornas também, mas o povo não consegue comprar fruta, pagar renda de casa, viver em condições que não sejam precaríssimas.

Factores que influenciam a inflação: maus anos agrícolas, emigração, maior tempo de serviço militar de uma parcela de mão-de-obra na idade produtiva e as influências externas.

O problema está em que as tensões que se verificam não tendam a exceder os limites toleráveis... mas a verdade é que comecem a exceder.

Chegou, portanto, o momento dos sociólogos e dos investigadores procederem ao reconhecimento dos recursos humanos disponíveis, ao estudo das estruturas sócio-culturais e à análise e previsão de fenómenos de mudança social em curso.

Quem quer entrar no jogo da verdade? Estamos a travar um pequeno diálogo. Aumentemo-lo. É indispensável. Lemos há pouco tempo o seguinte: «Considero que uma sociedade não é sã, se não admitir a possibilidade de que alguns ou alguém a ponham em questão, global ou parcialmente.»

M. S.

como ora se define, em que a farmácia tanto pode ser entregue a outro farmacêutico como a aluno de um dos dois últimos anos da licenciatura em farmácia, a aluno do último ano do curso profissional, como até a um deficiente mental.

Uma vez mais se verifica parecer ter havido o propósito de desvirtuar as verdadeiras funções do ajudante de farmácia. (...)

FARMÁCIAS ENCERRADAS

(...) Tem chegado ultimamente ao nosso conhecimento que algumas farmácias têm sido notificadas de que se procederá ao seu encerramento, se nos prazos previstos na lei não apresentarem aos Serviços Técnicos do Exercício de Farmácia e Comprovação de Medicamentos um farmacêutico que assuma a sua direcção técnica. Ora, acontece que estas farmácias se encontram privadas do exigido director técnico, dada a sua localização fora dos centros urbanos, não conseguindo farmacêutico que queira sujeitar-se a fixar residência nessas humildes povoações. Dado também que os referidos Serviços Técnicos dificultam a candidatura de farmacêuticos que não residam na localidade, torna-se difícil, ou mesmo impossível, a solução do problema, a não ser que vá por diante o encerramento previsto, que, além de deixar sem assistência farmacêutica as localidades em causa, atirará para a miséria a família dos proprietários de tais farmácias.

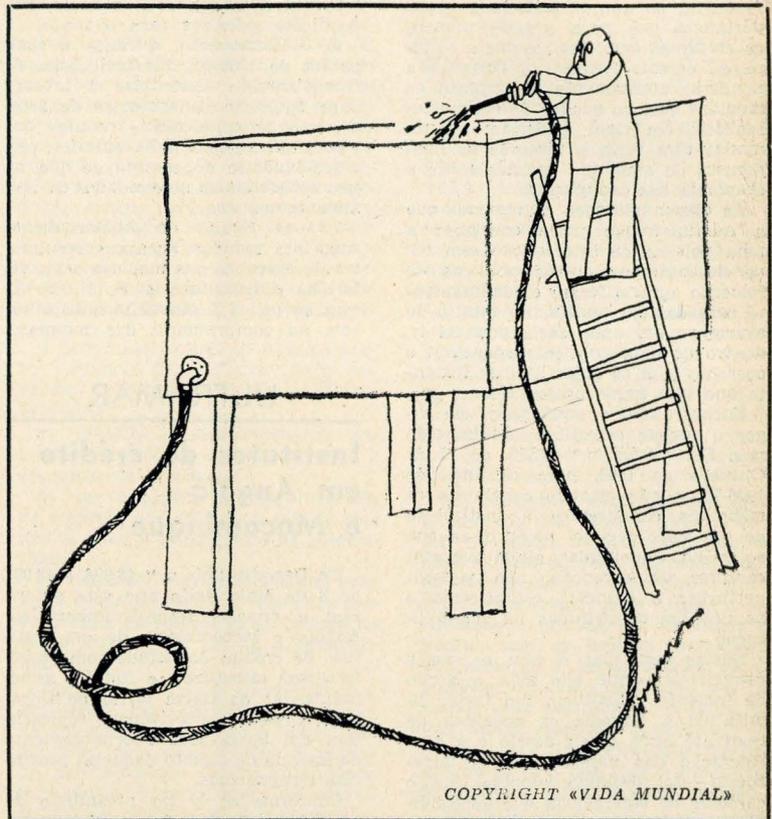
Uma vez mais nos parece manifestamente exagerada esta medida, que, a generalizar-se, provocará o encerramento da quase totalidade das farmácias do País, propriedade ou não de farmacêuticos, mas que tanto umas como outras se encontram a maior parte do tempo com o farmacêutico ausente.»

DIAMANTES

Concessão até 2004

Em 14 de Julho, no Ministério do Ultramar, o Estado Português e a Diversa-Internacional de Exploração de Diamantes, S. A. R. L., que tem o apoio técnico e financeiro da sociedade americana, Diversa, Inc., celebraram um contrato para a concessão do direito exclusivo de pesquisa e exploração de pedras preciosas, em determinada área da província da Angola.

Ficou estabelecido por este contrato, que o direito exclusivo de pesquisa é concedido por um período inicial de 3 anos, contado a partir da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por mais 2 anos, a pedido da concessionária, se esta requerer tal prorrogação até 30 dias antes do termo do período inicial



COPYRIGHT «VIDA MUNDIAL»

e se cumpridas todas as suas obrigações contratuais e legais.

O direito de exploração é concedido por um período de 20 anos, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 15 anos.

Durante o período inicial da concessão, a sociedade é obrigada a investir na execução dos planos de trabalhos e pesquisa e exploração os seguintes montantes mínimos:

Durante o 1.º ano, 4 000 000\$00; durante o 2.º ano, 6 000 000\$00; e durante o 3.º ano, 5 000 000\$00.

A partir do termo do 1.º ano, contado da assinatura do contrato, a Sociedade pagará anualmente à província de Angola, como renda de superfície, as seguintes quantias por km² das áreas que mantiver:

2.º e 3.º anos, 250\$00, 4.º e 5.º anos, 500\$00 e 750\$00, respectivamente. Em relação às áreas demarcadas para exploração, a renda de superfície anual é de 2500\$00/km².

A Diversa-Internacional de Exploração de Diamantes, S. A. R. L., fica sujeita ao pagamento de direitos de concessão no montante de 12,50 por cento do valor da venda ou de «stock» de todas as pedras preciosas que produza, tanto na fase de prospecção e pesquisa, como na fase de exploração. Estas importâncias darão entrada nos cofres da província durante o período

de 30 dias que se seguir a cada venda ou avaliação.

A província de Angola terá direito de prioridade de compra de 50 por cento de toda a produção, e terá direito a receber 50 por cento dos lucros líquidos da Sociedade, importância esta que dará entrada nos cofres da Fazenda da província durante os 3 primeiros meses do ano seguinte aquele a que respeitar.

A concessionária fica obrigada a dotar o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, durante a vigência deste contrato de concessão, com a importância de 1 000 000\$00 anuais, a pagar adiantadamente durante os primeiros 3 meses de cada ano civil.

AGRICULTURA

Medidas de emergência

A situação extremamente preocupante em que se encontra a agricultura portuguesa, mormente a exploração cerealífera, devido às chuvas que têm desabado sobre o País, levou o Governo a tomar medidas de emergência, expressas pela seguinte nota, distribuída pela Direcção dos Serviços de Informação da S. E. I. T.:
«O carácter excepcionalmente des-

favorável do ano cerealícola e a importância que para grande número de empresas agrícolas assume a cultura de cereais levaram o Governo a ponderar atentamente o conjunto de medidas que, no quadro do regime cerealífero em vigor, poderiam ser tomadas com vista a minorar as incidências do mau ano agrícola sobre a economia das explorações.

As disponibilidades de recursos que a Administração podia consignar a uma política de intervenção sem ter de descontinuar outras políticas de fomento agrário foram cuidadosamente passadas em revista, no intuito de averiguar até onde seria possível ir, dentro de uma política responsável e coerente com os objectivos de fomento que vêm sendo prosseguidos.

Encontrando-se, entretanto, em vigor o regime cerealífero estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 46 595, de 15 de Outubro de 1965, para os anos de 1966-70, e não estando concluídos os trabalhos conducentes à instituição de um novo regime, procurou-se que as medidas adoptadas, ainda que com carácter de excepção, não viessem perturbar o esquema estabelecido e as práticas constituídas na sua aplicação.

Nestas condições e com os meios disponíveis — que em toda a acção de fomento constituem um factor limitativo a impedir os governos de irem até onde o seu desejo e a consideração das necessidades os impediriam — foi decidido adoptar com o carácter de emergência que as condições impunham o seguinte conjunto de medidas:

1.º — Fixação no seu valor máximo — isto é, \$50 por quilograma de trigo entregue na F. N. P. T. — do diferencial de correcção automática da produção (muito embora se não possa, de momento, avaliar com rigor o seu volume), de acordo com o estabelecido no artigo 3.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 595, de 15 de Outubro de 1965, para os anos de baixas colheitas, e seu pagamento integral no acto da liquidação do cereal pela F. N. P. T.

2.º — Pagamento, a todos os produtores, inscritos ou não, e também no acto da liquidação do trigo, da dotação de \$30 por quilograma, para reconversão e melhoria das técnicas culturais, dotação que incidirá sobre a totalidade da produção própria entregue à F. N. P. T.

3.º — Recebimento pela F. N. P. T. de todo o trigo que lhe seja entregue por produtores da produção própria, qualquer que seja o seu peso por hectolitro, destinando a F. N. P. T. a forragens o que for impróprio para alimentação.

4.º — Manutenção do sistema de garantia para os cereais secundários, que serão recebidos nos celeiros da F. N. P. T. aos preços e nas condições que vigoraram na campanha anterior.

5.º — Pagamento, no acto da liquidação do cereal pela F. N. P. T., da dotação de \$30 por quilograma de cen-

teio entregue nos seus celeiros, nas condições referidas para o trigo.

6.º — Manutenção, durante a campanha de 1969-70, das facilidades de financiamento concedidas à lavoura para aquisição de sementes de acordo com as condições e normas que vigoraram na campanha anterior, providenciando-se no sentido de que sejam satisfeitas as necessidades da próxima sementeira.

7.º — O Fundo de Abastecimento suportará todos os encargos resultantes da execução das medidas atrás referidas e habilitará a F. N. P. T. com os meios financeiros indispensáveis ao cumprimento das mesmas. »

ULTRAMAR

Institutos de crédito em Angola e Moçambique

Os Decretos-Leis n.ºs 48 996 e 48 997 de 8 de Maio deste ano, que autorizam a criação, respectivamente em Angola e Moçambique, de um instituto de crédito do Estado com características estruturais e funções semelhantes às da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, representam um importante aperfeiçoamento do sistema de crédito daquelas províncias ultramarinas.

Conforme se lê no preâmbulo do primeiro daqueles decretos-leis «com a constituição dos referidos estabelecimentos de crédito completa-se em Angola e Moçambique o quadro actual da intervenção pública neste domínio da actividade financeira, que comporta a existência de uma instituição especializada na concessão de empréstimos à agricultura (Caixa de Crédito Agro-Pecuário) e de outra destinada a actuar junto dos restantes sectores da economia local».

Se — como esperamos — os institutos cuja criação foi agora autorizada se mantiverem organismos vivos, preenchendo cabalmente as funções que se lhes atribuem, tornar-se-ão factores importantes do progresso económico e social de Angola e Moçambique, contribuindo, assim, para atenuar as disparidades de desenvolvimento — dentro do nosso atraso de conjunto — entre as várias parcelas do território e para uma mais fácil, rápida e eficaz integração económica nacional.

De modo a canalizar as pequenas poupanças para estes institutos, as estações telegráfo-postais das respectivas províncias deverão efectuar, por conta dos mesmos, o serviço de aceitação e reembolso de depósitos. Pretende-se, deste modo, dotar estes organismos de uma ampla e densa rede de captação de poupanças, normalmente de reduzido montante unitário mas de larga permanência, que poderão (e deverão) ser canalizados para o desenvolvimento económico e social daqueles territórios. Outros recursos previs-

tos — além dos valores recebidos da Caixa Económica Postal — são os fundos públicos existentes em cada província, os depósitos obrigatórios e de pessoas colectivas de direito público, as reservas transferidas dos lucros da instituição, as importâncias provenientes da emissão de promissórias de fomento ultramarino que o Governo-Geral da província puser à sua disposição e, ainda, quaisquer rendimentos ou receitas que ao Instituto sejam atribuídos. Os institutos de crédito em Angola e Moçambique utilizarão nas suas operações, além dos recursos mencionados, os fundos provenientes de depósitos, de emissão de obrigações, de empréstimos contraídos e ainda, de outras quaisquer operações que tenham sido autorizadas pelo Governo-Geral das respectivas províncias.

Pelo volume dos recursos que são postos inicialmente à disposição destas instituições de crédito e pelas fontes de que poderão recorrer-se na obtenção de outros meios, supõe-se que um avultado fluxo de poupanças poderá ser canalizado para o desenvolvimento económico e social. Espera-se que os organismos cuja criação se autorizou tenham o dinamismo suficiente para prover à rápida aplicação reprodutiva dos meios obtidos.

As operações activas do Instituto, que poderão ser a médio ou longo prazo, revestirão as duas modalidades de empréstimo e fiança e poderão ser precedidas do estudo técnico-económico dos empreendimentos.

Relacionado com este aspecto do estudo técnico-económico do empreendimento, seria do maior interesse — dado o subdesenvolvimento de Angola e Moçambique — que os institutos em causa processassem a estudos de sectores e a projectos que, pela sua importância, sejam fundamentais para a expansão económica daqueles territórios. Também uma síntese, tratamento e divulgação da escassa informação económica existente ajudaria a resolver muitos dos problemas que actualmente se deparam.

Prevê-se que as taxas de juro a aplicar nas operações activas sejam estabelecidas pelo conselho de administração dos institutos dentro de limites aprovados pelo governador-geral da respectiva província. Uma diferenciação das taxas pelos vários sectores de actividade — de acordo com a rentabilidade e a conjuntura dos mesmos — seria uma medida importante de política económica a aplicar pelos Institutos. Nomeadamente, sendo a agro-pecuária decisiva para as economias quer de Angola quer de Moçambique, os fundos a emprestar às Caixas de Crédito Agro-Pecuário deverão beneficiar de taxas especialmente baixas de modo a propiciar um rápido desenvolvimento do sector ao qual está adstrita percentagem muito importante da população. Igualmente as indústrias extractivas deveriam ser contempladas com taxas de juro menos elevadas.

As operações de crédito a médio prazo terão em vista facultar às empresas que tenham por objecto a exploração de empreendimentos em boas condições técnicas e económicas, recursos financeiros para as seguintes aplicações:

- a) aquisição de equipamento;
- b) melhoramento de instalações fabris;
- c) montagem de laboratórios e outras instalações tecnológicas;
- d) transferência e instalação de mão-de-obra;
- e) compra de patentes, marcas, modelos de fabrico;
- f) remissão de foros, hipotecas, ónus reais e servidões;
- g) outros investimentos relacionados directamente com o fomento económico.

Pelo que respeita às operações de crédito industrial a longo prazo contemplam-se as aplicações seguintes:

- a) construção, ampliação ou transformação de instalações industriais;
- b) aquisição de novo equipamento;
- c) reorganização de indústrias;
- d) outros investimentos susceptíveis de introduzirem novos fabricos, reduzirem os custos ou melhorarem a qualidade dos produtos.

Os diplomas contemplam ainda a concessão de crédito predial — somente na modalidade de longo prazo — para as seguintes aplicações:

- a) construção de edifícios para habitação;
- b) construção de armazéns;
- c) outras construções de reconhecido interesse para o fomento da actividade económica.

O sector dos serviços é hoje um dos fundamentais para o desenvolvimento económico dos países e causa estranheza não ser expressamente contemplado nos decretos-leis em aná-

lise. Idêntica observação se torna pertinente em relação ao crédito à exportação, tanto mais ser o défice da balança comercial um dos maiores problemas das nossas duas grandes províncias ultramarinas, nomeadamente de Angola. É claro que os diplomas orgânicos a que nos referimos «contêm disposições suficientemente latas e maleáveis para permitir uma gestão eficaz, adaptada às conveniências da situação local e das diferentes fases da conjuntura»; no entanto, parece que a contemplação expressa das duas modalidades de crédito apontadas teria tido a sua conveniência.

A concessão de crédito a longo prazo mediante empréstimos faz-se depender da concorrência das seguintes condições:

- a) revestir o empreendimento viabilidade económica e interesse para a economia da província;
- b) ser o capital próprio investido na empresa que solicitar o crédito pelo menos igual à importância do empréstimo;
- c) obedecer o estabelecimento, existente ou projectado, aos requisitos fundamentais da respectiva actividade na época em que foi pedido o empréstimo.

Julgamos de toda a oportunidade a imposição das condições anteriores na concessão de crédito a longo prazo; mas, pelo que respeita à segunda, parece-nos que deveria entender-se por capital próprio, além do capital social, as reservas e os suprimentos mantidos pelos sócios na empresa, desde que se acordasse no seu não levantamento.

Pelo que respeita às garantias, admite-se, em princípio, que possam ser representadas por:

- a) hipoteca;
- b) privilégio creditório;
- c) consignação de rendimentos;

- d) fiança;
- e) aval;

f) caução de títulos da dívida pública portuguesa ou de títulos garantidos pelo Estado ou por uma província ultramarina.

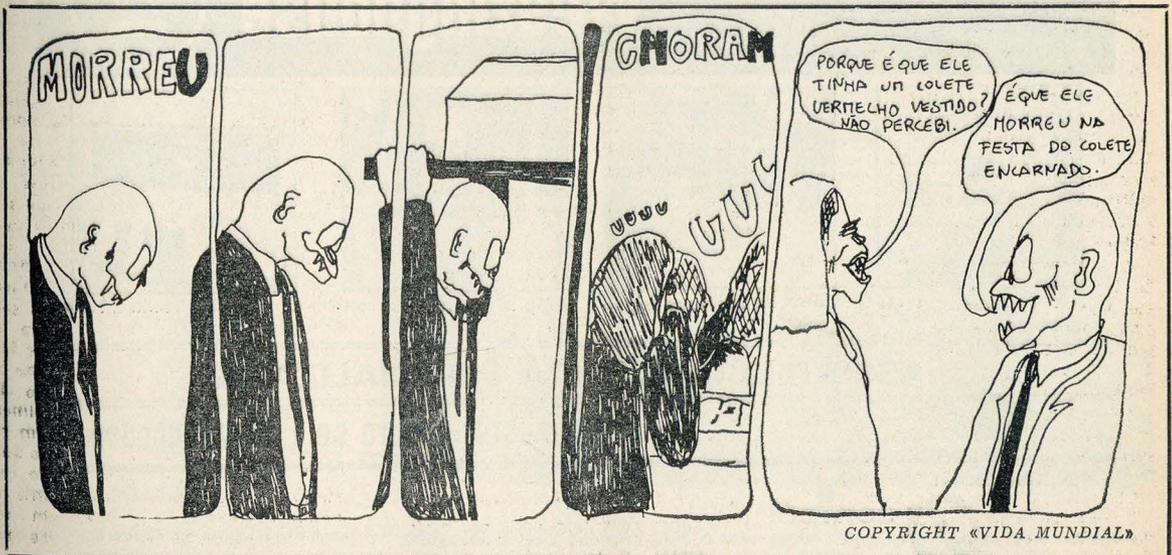
Digna de nota é a possibilidade de o conselho de administração da instituição poder realizar operações de crédito sem qualquer espécie de garantia, o que permitirá o auxílio a empreendimentos válidos, mas cujo financiamento se tornaria impossível dada a insuficiência ou inexistência de garantias.

A impossibilidade de a fiança e o aval servirem de garantia a operações a longo prazo, qualquer que seja o seu montante, ou a médio prazo quando de montante superior a 500 contos, se introduz uma relativa segurança na utilização desta espécie de garantia não deixará de criar problemas em determinados casos concretos.

Em conclusão: quaisquer que sejam as reservas que possam levantar-se a este ou àquele aspecto particular dos diplomas em questão, não pode deixar de reconhecer-se o interesse extraordinário que reveste para Angola e Moçambique a criação dos institutos de crédito, com as funções assinaladas. Conforme se lê no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 48 996, a criação dos Institutos «não significa, no entanto, que fica assim resolvido o problema dos mercados financeiros ultramarinos, mesmo só pelo que toca a instituições de crédito a médio e longo prazos».

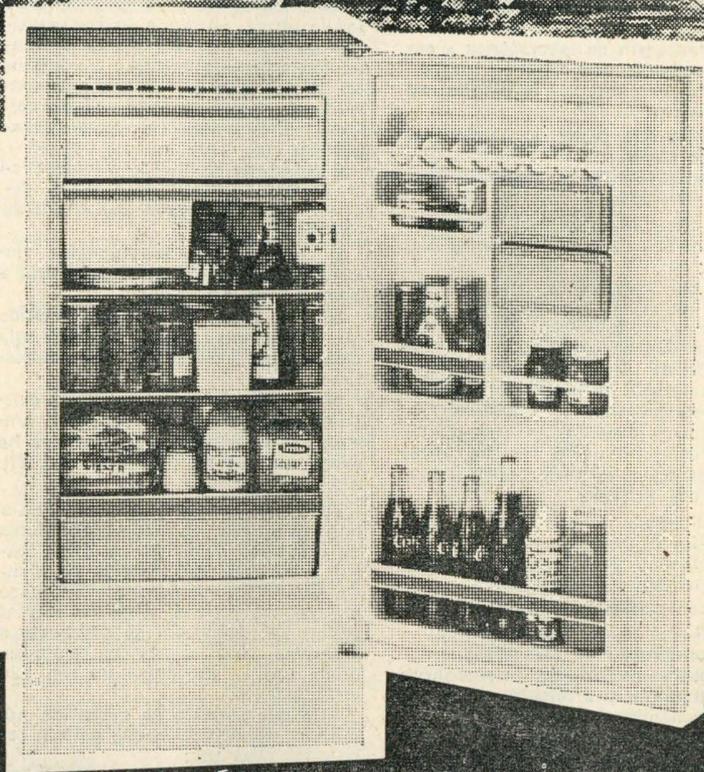
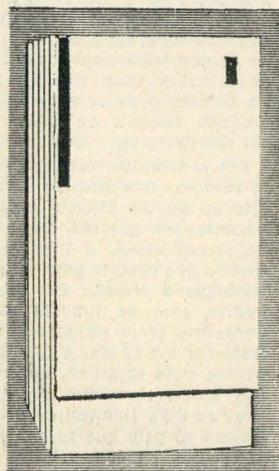
«Há com efeito lugar, neste sector, para outros estabelecimentos bancários e para-bancários, sem que se corra o risco de tornar excessiva a oferta de capitais no ultramar.»

Confiemos que o mais rapidamente possível sejam tomadas as outras medidas legislativas conducentes a melhorar a estrutura institucional dos referidos mercados».



COPYRIGHT «VIDA MUNDIAL»

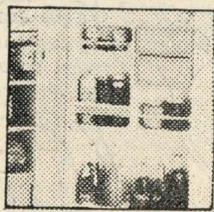
a técnica e experiência
da westinghouse
que colaboram na conquista
da lua...



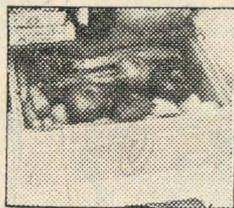
...estão na base
da construção
do seu futuro

FRIGORÍFICO DH-180 (180 LITROS)

Westinghouse



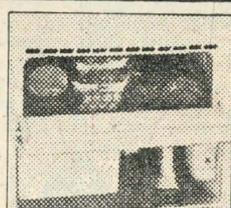
Aproveitamento total
da porta



Caixa de legumes espa-
çosa



Ampla gaveta para car-
ne



Congelador a toda a lar-
gura

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

Pode estar seguro se é Westinghouse

Distribuidores:



SEDE: Av. 5 de Outubro, 56 - Telef. 562541 - PPC 5 Linhas - LISBOA 1
FILIAL: R. Miguel Bombarda, 221 - Telef. 2 80 08 + 2 05 53 - PORTO

AMÉRICA LATINA: A ÚLTIMA JOGADA DOS E. U. A.?

A imagem da acção bélica dos Estados Unidos em diversos pontos do Mundo nos últimos anos e, principalmente no Vietname, evidenciaram para a actual administração a necessidade de criar, em determinada região sob sua influência, uma «escalada pacífica» que tivesse a capacidade de reformar, ou pelo menos amortizar, essa imagem. Por outro lado, os enormes e crescentes problemas internos, cujas progressivas soluções só poderão vir com o tempo, tornariam ainda mais necessária a criação de um novo e positivo «foco de atenção».

Para o pensamento latino-americano, nenhuma região é, no momento, mais propícia do que a sua para servir de cenário a esta «escalada pacífica», principalmente se se levar em conta que, segundo os empresários norte-americanos, «é urgente fazer alguma coisa» para que se altere a tendência de riscos cada vez maiores dos seus interesses na zona. Acreditam alguns que o presidente Nixon tem sempre presente que o Mundo conhece os republicanos pelo Plano Marschall. Porque não reforçar a presença do partido com um Plano Nixon para a América Latina?

A grande dificuldade, contudo, é conseguir integrar os interesses americanos nos interesses latinos. Vejase, por exemplo, que no histórico documento de Viña del Mar, os governos do hemisfério foram claros em afirmar «que nem sempre os objectivos dos americanos no continente são os mesmos objectivos do continente...».

E enquanto Rockefeller prepara com os seus assessores um relatório completo da sua viagem, o presidente Nixon estuda o mais forte e incisivo documento até hoje recebido dos latinos, um verdadeiro ultimato que é a Declaração de Viña del Mar, assinada por 22 países (representando uma população superior a 260 milhões de habitantes), quando da reunião da C. E. C. L. A., em Maio passado, no Chile, na qual foi pela primeira vez encontrada uma unidade de pensamento e acção, para exigir, em mais de 50 pontos, um novo tratamento para o povo latino «que tem dado mais do que recebeu dos E. U. A.».

A dureza e o realismo da Declaração chegaram ao ponto de incluir dentre os itens apresentados ao presidente Nixon a advertência de que o documento «não será apenas enviado ao governo dos E. U. A., mas que, a partir daquela data, servirá para negociações futuras da região com qualquer país, inclusive da área socialista».

DESCRÉDITO

Para Washington, que tem visto crescer dia a dia a sua área de atrito

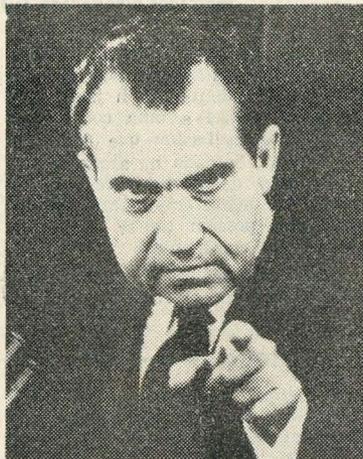
no continente, era desejo aplicar um novo esquema político na América Latina, acatando várias sugestões do programa de Rockefeller, quando em 1968 ele trabalhava por sua indicação a presidência dos E. U. A.

Rockefeller dizia: «A verdade é que negligenciamos a América Latina e os nossos vizinhos perceberam. Se for indicado e eleito, farei da aliança do hemisfério ocidental um assunto de alta prioridade. Precisamos de revitalizar o conceito de consultas para objectivos comuns e programas conjuntos. As nossas alianças estão desordenadas porque frequentemente confundimos consulta com elaboração de projectos

americanos. Nenhum aliado que se respeite se sentirá responsável por programas que não contaram com a sua participação activa. Precisamos de ver mais longe. Deveríamos estar mais orgulhosos de evitar as crises de que solucioná-las. A finalidade mais importante das relações do hemisfério ocidental deveria ser a antecipação de problemas comuns e a elaboração de programas conjuntos para solucioná-los. Devemos recordar que os programas técnicos não são um fim em si mesmo, mas sim as pessoas».

E em cinco pontos globais desenvolve o seu programa para a América Latina. Eram eles: 1—Uma força de paz para o hemisfério, sob a direcção da O. E. A. 2—Fortalecimento da O. E. A. pela admissão do Canadá, e providências para aumentar a sua eficácia política e representação democrática. 3—Estabelecimento de um Mercado Comum Latino-Americano, encorajamento de uma área de livre comércio no hemisfério, e o fortalecimento das relações com a Europa e os Estados Unidos. 4—Grandes programas de desenvolvimento, inclusive um plano de sete nações para abrir as selvas a leste dos Andes, criação de sete grandes lagos artificiais, ampliação dos investimentos privados, e criação de um Instituto de Pesquisas Latino-Americano para estimular o progresso da tecnologia e da agricultura. 5—Esforços conjuntos para criar universidades regionais, resolver os problemas urbanos e mobilizar a juventude do hemisfério para o progresso social.

Entretanto, os latinos acham que os planos devem partir deles próprios.



NIXON

«...Criando um clima que possa atrair a empresa privada dos E. U. A.»



EDUARDO FREI

«Ninguém é mais perigoso para o que possui bens ou poder do que aquele que nada tem para perder...»

pois são eles quem conhece a terra onde vivem, quem-lida com os problemas, e, portanto, são eles quem deve apontar as suas soluções mais directas.

Há ainda o cepticismo total que tomou conta do continente: «Se são honestos e objectivos os planos de Rockefeller e dos Estados Unidos, só para dar um exemplo, porque até agora não alcançaram os resultados desejados? Porque ele, que diz ter 25 anos de experiências na América Latina, não acertou ainda numa política autenticamente importante e necessária para o real desenvolvimento do hemisfério? — perguntam os latinos.

As 22 assinaturas apostas no documento da C. E. C. L. A. bem simboliza qu as cartas do jogo são agora outras. Se Nixon, em 1947, após idêntica viagem da realizada por Rockefeller, reconhecia uma imensa desconfiança dos povos latinos quanto aos programas e objectivos norte-americanos, tem agora a verificação efectiva de que essa desconfiança chegou a quase um estado belicoso, ao ponto crucial das relações, tendo sobre si a responsabilidade da última «chance» para salvar a amizade com o hemisfério Sul, que se encontra em total explosão.

OS LATINOS, SEGUNDO NIXON

Tentando desde agora eliminar a prévia visão latina de que os ameri-



AO INVÉS DE FLORES...

Respondendo à visita de Rockefeller, manifestantes argentinos incendiaram supermercados propriedade da família do enviado de Nixon

canos não abrirão grandes concessões na formulação da sua política no continente, o presidente Nixon já se manifestou favorável a uma cooperação com a América Latina que não seja simplesmente baseada na ajuda financeira, ponto de partida, segundo o pensamento hemisférico, para que as negociações possam tomar um rumo de interesse continental.

Nixon declarou, recentemente, que as nações latinas precisam não de

ajuda externa, de empréstimos governamentais, mas de mais capital privado.

«Os empréstimos de governo para governo tendem a criar uma relação pouco saudável.

«Precisamos de embaixadores comercialmente orientados a fim de convencer alguns países que serão melhor servidos criando um clima que possa atrair a empresa privada dos E. U. A. E preciso uma política mais de comércio que de ajuda. Propomos uma acção mais produtiva que assistencial.

«Antes que seja tarde de mais, e antes que a América Latina seja engolfada pela desilusão resultante dos esquemas grandiosos e irrealísticos de Washington devemos fazer uma reavaliação global da nossa aliança. Sem pôr em risco a segurança nacional de qualquer nação latina, precisamos de acabar com aquelas formas superburócráticas de ajuda que apresentam poucos benefícios à economia latina, reorientando todos os recursos disponíveis para um ataque aos problemas reais da fome e dos baixos níveis de desenvolvimento.

«É necessário um novo fundo interamericano para ajudar a estabilização dos preços dos produtos do continente, oferecer assistência financeira especial aos países sobrecarregados com a pressão dos juros em seus débitos e criar um sistema de tarifas preferenciais para as exportações latino-americanas. Devemos realmente cumprir esta tarefa o mais cedo possível».

Em sentido geral essas afirmações de Nixon vêm ao encontro de algumas exigências básicas apresentadas pela Declaração de Viña del Mar, havendo um clima de expectativa quanto ao pronunciamento oficial que ele fará em Outubro próximo, durante uma reunião da C. I. E. S. C. E. C. L. A.-O. E. A., apresentando seu plano para uma nova política na América Latina.

Um duelo que começa

«Não podemos mais dar-nos ao luxo de esperar pelas crises. Aquilo que não podemos prever pode ser o responsável pela nossa derrota. A Aliança para o Progresso é um bom exemplo da nossa falta de visão psicológica. Por causa do seu carácter extremamente unilateral, e olhada na América Latina como um programa «Made in U. S. A.». Não é de surpreender que uma grande parte dos atritos na Aliança para o Progresso é devido ao facto de que a maioria dos seus programas foram impostos aos nossos aliados e não construídos com eles» — dizia, em 68, Nelson Rockefeller, quando postulava a sua indicação à Presidência dos E. U. A.

Mesmo com toda a experiência que tem da América Latina, o governador de Nova Iorque só veio a conhecer a realidade presente desse continente, quando da sua recente missão por vinte daqueles países, a pedido do presidente Nixon.

A visão deturpada e quase indiferente que os americanos fazem da América Latina mudou radicalmente agora. A Casa Branca modificou repentinamente a

sua tática, depois de analisar os resultados e a recepção à viagem de Rockefeller.

O balanço geral, após quase dois meses de missão, foi o mais desastroso possível. Em nenhum dos países visitados houve normalidade. Ao invés de flores ou papel picado ele foi sempre recebido com bombas, greves, distúrbios. Para a maioria dos observadores políticos nunca os governos latinos tiraram tanto proveito dos movimentos de contestação! Sómente assim os E. U. A. passaram a olhar o problema por outro ângulo. Se antes da viagem de Rockefeller já estava preparado um programa da política nixoniana para aquele continente, vários pontos serão agora revistos, se é que os norte-americanos desejam continuar a sua política de boa vizinhança.

«Nenhuma parte do mundo é mais importante para nós do que a América Latina. Faremos tudo quanto for possível para melhorar as nossas relações» — tais as declarações do secretário de Estado William Rogers, logo após o término da viagem de Rockefeller, é forte sintoma de que não são poucas as preocupações da Casa Branca.

Será a última oportunidade para os Estados Unidos readquirem a confiança perdida no continente, pois, segundo os membros da C. E. C. L. A. advertiram, «nunca pode ser dito que falharam as relações dos dois blocos por culpa da América Latina ter emitido o que pensa, o que deseja e o que projeta...»

MUITA AGUA A CORRER...

Se Nixon acatar as recomendações de Rockefeller, esta nova política será baseada em três pontos globais: eliminação das medidas protecionistas dos produtos norte-americanos, eliminação das exigências para a ajuda aos países latinos e eliminação das condições desfavoráveis de pagamento das dívidas externas, inclusive a alta taxa de juros.

Por outro lado, os Estados Unidos exigirão a total segurança dos latinos, no que se refere ao capital norte-americano, pois o risco tem sido dos maiores, ao lembrar que a febre das nacionalizações, encampações e outros processos causa sérios receios aos investigadores.

Basta lembrar que mais de 12 mil homens de negócios dos E. U. A. faliram em 1967, em consequência das ruínas económicas nos países atingidos por mudanças radicais, onde o capitalismo americano sempre foi dos mais destacados.

As propostas que forem formuladas pelos norte-americanos serão as mais bem estudadas e flexíveis, e para elas o presidente Nixon além de contar com uma assessoria de 40 especialistas que fizeram parte da «Missão Rockefeller», de conhecer pessoalmente toda a região, ter ao seu dispor uma completa e sempre actualizada documentação do Pentágono e da C. I. A., deve igualmente não esquecer as recentes declarações do presidente Eduardo Frei, do Chile: «A América Latina tem de acertar a sua voz e a sua acção. Se não o fizer existirá um elemento de permanente desordem e frustração, que repercutirá de maneira crescente na nossa vida como nações e perturbará toda a comunidade internacional. E esta também a condição essencial do seu desenvolvimento autónomo, não apenas económico, mas também de condição humana. O que assim não ocorra, representará sempre um risco para a Humanidade, pois uma América Latina desprovida de bens e de segurança incorrerá provavelmente no axioma: «Ninguém é mais perigoso para o que possui bens ou poder, do que aquele que nada tem para perder...»

Até Outubro, Nixon terá sempre essa advertência ao seu lado; mas até lá também muita «água nova poderá correr por baixo da ponte», notadamente quando são cada vez mais estreitas as relações dos E. U. A.-U. R. S. S., na divisão das áreas de influências, e quando os russos decidem uma

reaproximação com Cuba, passam a vender aviões militares ao Peru, assinam vários acordos com os latinos, são reconhecidos por diversos governos do continente, enquanto amadurecem mais e mais as guerrilhas.

A América Latina vive a sua hora mais decisiva...

F. D.

«NÃO ALINHADOS»

Crise do neutralismo revolucionário

Na conferência consultiva dos países «não alinhados», recentemente realizada em Belgrado, estiveram presentes 51 países, representados quer por um ministro, quer pelo seu embaixador na Jugoslávia.

Um dos mais decididos promotores de tal empreendimento, o marechal Tito, depois de uma viagem à Ásia e à África, há cerca de ano e meio, procura fazer reviver o agrupamento, tendo afirmado, a propósito da ocupação da Checoslováquia, que a «melhor arma contra um regresso à «guerra fria» é uma conferência cimeira dos países «não alinhados».

Mas, como o movimento não estava estruturado (não pode, nem pretende estar) os jugoslavos tiveram de proceder a uma intensa actividade diplomática para levar o maior número de países a participar neste novo encontro. Conseguiram-no, mas não sem dificuldades.

Como era de esperar, para esta conferência foram convidados os mo-

vimentos de libertação, nomeadamente a F. N. L. do Vietname e a Organização de Libertação da Palestina. A presença de nacionalistas vietnamezes ou palestinianos numa nova reunião de «não alinhados» acarretaria muitos problemas, uma vez que vários países membros têm relações diplomáticas com Israel ou com o Vietname do Sul.

A imagem das anteriores conferências (1961, em Belgrado, 1964 no Cairo) os objectivos dos «não alinhados» nesta reunião eram: afirmar a sua liberdade de acção nos assuntos internacionais; contribuir para a manutenção da paz mundial; unir os seus esforços contra as diversas formas de colonialismo; chegar a um acordo tendo em vista o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo.

Há oito anos, os «não alinhados» reuniram-se, com o objectivo de se enteporem entre os «dois grandes», para evitar uma eventual confrontação. Hoje, na hora da coexistência pacífica entre americanos e soviéticos, quanto aos problemas que os dividem e que ameaçam a segurança nacional, Tito declara: «Este entendimento dos dois países não se deve realizar em detrimento dos países do Terceiro Mundo. Não podemos aceitar que se crie no Mundo uma situação em que as grandes potências tenham uma posição de árbitro em relação aos outros países.

ACORDOS E CONTRADIÇÕES

Por isso, os participantes da reunião de Belgrado pronizam no relatório final a «utilidade de uma conferência cimeira, de chefes de Estado e de governo dos países «não alinhados».



CONFERÊNCIA CONSULTIVA DE BELGRADO

Moderação no tom e na forma: desaparece dos comunicados a expressão «imperialismo americano»

dos» previamente bem preparada», reafirmando princípios fundamentais da política do «não alinhamento», já proclamados nas conferências de 1961 e de 1964. A única diferença substancial que existe entre os anteriores comunicados e o mais recente, o da conferência de Belgrado de 1969, é a moderação do tom e da forma, apesar dos esforços de várias delegações para retomar o «não alinhamento revolucionário» e para «o salvarem da repressão». Além disso, não se encontram as expressões «imperialismo americano» nem sequer se fala no nome de Israel. Esta modificação da forma e do tom provém do facto de certos «não alinhados» terem declarado, sem rodeios, que a menção expressa do imperialismo de um país, como era o caso dos E. U. A., exigia que a reunião falasse de outro imperialismo, o da U. R. S. S., o que complicaria imenso as coisas.

Depois de referir que a evolução do mundo contemporâneo é caracterizada pelo confronto, por um lado, dos

povos que lutam pela sua independência e, por outro, das forças do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, «incluindo a intervenção armada», o comunicado exige o respeito dos interesses de todos os países e o direito da sua participação directa nos assuntos internacionais. A este respeito, os «não alinhados» chamaram mais uma vez a atenção para os perigos da guerra do Vietname, exprimindo a sua esperança no êxito das conversações de Paris, exigindo a retirada imediata e incondicional de todas as forças estrangeiras do Vietname do Sul.

Quanto à questão do Médio Oriente, o comunicado reafirma as posições já tomadas na conferência do Cairo, ou seja «o restabelecimento dos direitos dos árabes da Palestina na sua pátria usurpada» e requiere a retirada das tropas estrangeiras dos territórios ocupados desde Junho de 1967 e a aplicação imediata da resolução do Conselho de Segurança.

Os movimentos de libertação nacional receberam o maior apoio,

Os «não alinhados» foram, também, unânimes em reconhecer a necessidade de intensificar a sua actividade na cena internacional e a sua colaboração recíproca procedendo a uma troca de impressões sobre as formas e possibilidades de estabelecer consultas e uma cooperação contínuas.

Quanto ao problema do alargamento do grupo ficou decidido que, para as conferências futuras, sejam igualmente convidados os países que se tornaram independentes depois da conferência do Cairo, todos os membros da O. U. A. e os outros países que proclamarem o seu apego à política de «não alinhamento».

É certo que, se consultarmos a lista dos países que compareceram na conferência consultiva, verificamos que nem todos tinham a mesma concepção de neutralidade e independência perante os «blocos», e que em certo número deles, sem estarem formalmente «alinhados» sob uma potência, tinham, pelo menos, afinidades particulares com um dos «grandes».

Abundaram as divergências de certos pontos de vista e o mais feroz adversário de uma «cimeira alargada», o representante da Argélia, depois de afirmar que a confusão marcara a reunião, declarou optar por uma «limpeza» dos «não alinhados», que consistiria na substituição dos «falsos não alinhados reaccionários pelos Estados progressistas».

A atitude de oposição a uma conferência de alto nível foi apoiada por diferentes países como o Senegal, a Guiné, a Mauritânia, a Birmânia, o Congo-Brazzaville e o Koweit. As outras delegações acusaram a Argélia de querer «furar» a conferência por ter recebido «ordens de Moscovo».

No entanto, a conferência nem por isso deixou de ser considerada um sucesso.

H. B. A.

FRANÇA

O «novo» Partido Socialista

A S. F. I. O. (Secção Francesa da Internacional Operária), o velho Partido Socialista Francês, tinha as três flechas como emblema. O «novo» Partido Socialista Francês não tem emblema por enquanto e cortou com o (seu) passado. No congresso constitutivo bis, que reunia a partir do dia 11, em Issy-les-Moulineaux, a sala foi ornamentada com algumas bandeiras tricolores e com algumas (menos) bandeiras vermelhas. Significativamente quanto a estas últimas: o «novo» partido deseja aproximar-se dos comunistas.

O primeiro congresso constitutivo do partido reuniu em Alfortville em 4 de Maio, nas vésperas da eleição presidencial. Tinha aliás um objectivo preciso e circunstancial: legitimar, em



GUY MOLLET

Os «velhos notáveis» sacrificados a uma nova linha política, a união da esquerda

termos «novos», a candidatura de Gaston Defferre, «maire» de Marselha e um dos monstros sagrados da S. F. I. O., à presidência.

O carácter ainda constitutivo do novo congresso aponta para um novo objectivo. A candidatura de Defferre foi, apesar do apoio de Mendès-France, um «écheq» completo; os comunistas consagraram-se como a grande força parlamentar da oposição ao gaullismo; é preciso que o Partido Socialista deles se aproxime.

«Não pode pois motivar as suas atitudes no tema único de defesa da República e da democracia — lê-se na moção sobre a orientação aprovada em Issy-les-Moulineaux. Fora dos casos excepcionais em que essa tática se

Os participantes:

Dos 57 países convidados, 51 tiveram os seus representantes em Belgrado, 4 não aceitaram o convite (Cuba, Daomé, Finlândia e México), enquanto Togo e a Arábia Saudita não responderam.

Os países que participaram foram os seguintes:

● Trinta e três países de África e Médio Oriente:

Argélia, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Etiópia, Gana, Guiné, Iraque, Jordânia, Quênia, Koweit, Líbano, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Uganda, R. A. U., Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Síria, Tanzânia, Tchad, Tunísia, Iémene, Zâmbia.

● Oito países asiáticos:

Afganistão, Birmânia, Camboja, Cailão, Índia, Indonésia, Laos, Nepal.

● Oito países da América Latina:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Jamaica, Trindade-Tobago, Uruguai, Venezuela.

● Dois países europeus:

Chipre e Jugoslávia.

A Finlândia, que não participou no encontro preparatório de Belgrado, comunicou que estaria presente na conferência cimeira dos países «não alinhados» assim que ela se realizar.

justifica, a participação do Partido Socialista no Poder não se concebe senão nos casos em que possa fazer avançar o país para o socialismo, o que proíbe as alianças com as forças políticas representativas do capitalismo, inclusivamente as aproximações em relação ao centro.

«A união da esquerda constitui pois o eixo normal da estratégia dos socialistas (...) e não pode fazer-se senão em torno de princípios e programas inspirados pelo socialismo e discutidos com todas as forças que dele se reclamam.»

Orgânicamente, as diferenças entre o «velho» e o «novo» Partido Socialista não são notáveis. É certo que Guy Mollet, Defferre, Jules Moch e Christian Pineau não fazem parte dos novos organismos de direcção. Mas, além da S. F. I. O., só alguns clubes reunidos na U. C. R. G. (União dos Clu-



ALAIN SAVARY

A derrota em Alfortville é a sua vitória de agora

bes para a Renovação da Esquerda) deram a sua adesão ao «novo» partido. A margem mantém-se tanto o P. S. U. (Partido Socialista Unificado), como a C. I. R. (Convenção das Instituições Republicanas), de Mitterrand.

O novo Partido Socialista Francês, tem assim uma missão histórica: cortar os laços da social-democracia com a IV República e com os homens (sociais-democratas), que a personificaram. O sistema constitucional francês exige a unidade das forças da esquerda como das da direita. O patronato politicamente personificado em torno da U. D. R. pretende que o seu «interlocutor» de «esquerda» represente efectivamente o mundo do trabalho,

para que os acordos e as transacções parlamentares tenham expressão social. Só o Partido Comunista, uma vez cortados os laços com a estratégia revolucionária, pode desempenhar esse papel de interlocutor e a social-democracia, se quiser subsistir tem que se aproximar do P. C.

Para tal aproximação é preciso que a S. F. I. O. e os seus homens cedam o passo ao «novo» Partido Socialista e aos novos quadros, entre os quais se destaca Alain Savary, que se propôs ser o candidato único da esquerda em plena campanha eleitoral. O congresso de Alfortville não o investiu mais a sua derrota de então é a sua vitória de agora.

QUÉNIA

Uma acha na fogueira

Um assassino não identificado matou o ministro da Economia e do Plano do Quénia, Estado africano da costa oriental, e tanto bastou para que toda a África negra se interrogasse sobre o seu destino e sobre o sentido da sua independência política.

Tom Joseph Odhiambo Mboya pertence por nascimento à tribo do luos, um dos dois mais importantes grupos étnicos do Quénia. Os kikouyous, que povoam a costa, constituem o escol social e político do país e a maioria dos ministros e dos funcionários do Estado pertence a essa tribo.

Ascendendo à independência após uma luta armada contra a presença inglesa, a opção do Quénia era a de todos os países independentes do Terceiro Mundo: socialismo ou capitalismo, integração no sistema de blocos ou criação de «valores próprios, métodos e um estilo específico», para utilizar a terminologia de Fanou.

Tom Mboya foi o agente da escolha «pró-Occidente». O presidente Kenyata, que após a independência alguns disseram prisioneiro das posições radicais dos mau-mau, aproximou-se progressivamente do Ocidente (dos E. U. A.), apoiou o seu poder na burguesia kikouyou, encaminhou a economia nacional para o liberalismo, i. e., para o capitalismo e para a manutenção das estruturas herdadas da colonização.

Apesar de luos, Mboya foi, desde então, o braço direito do presidente: é dele o projecto do texto constitucional, foi ele quem negociou os investimentos estrangeiros, foi ele quem propôs ao governo o desmembramento do «exército popular» mau-mau.

A escolha de Kenyata e do seu jovem ministro da Economia paga-se — como todas as escolhas. O ex-vice-presidente Oginga Odinga, outro luos, que não esconde as suas simpatias pelo socialismo, pelo marxismo e pela revolução chinesa, tornou-se o elemento catalizador de uma oposição de esquerda ao poder central, radicada sobretudo na

frustração dos luos e organizada em torno do Kenya's People Union, oficialmente proibido.

Perante o descontentamento (tribal e não só) que divide o Quénia, o assassinio de Mboya aparece como mais uma acha lançada na fogueira. Apesar de terem sido as principais vítimas da sua política, os luos vêem no desaparecimento do jovem ministro um agravo cometido pelos kikouyous.

«Um grande debate divide hoje a África. — escreveu Mboya. — Os nossos valores são compatíveis com a vida moderna? A família tribal pode subsistir? A nova burguesia, ou plêiade, está separada do povo? A crítica é tão aguda que vai até à contestação dos «fonds de teint», dos ferros de desfrizagem ou das mini-saias. As respostas faltam-nos.»

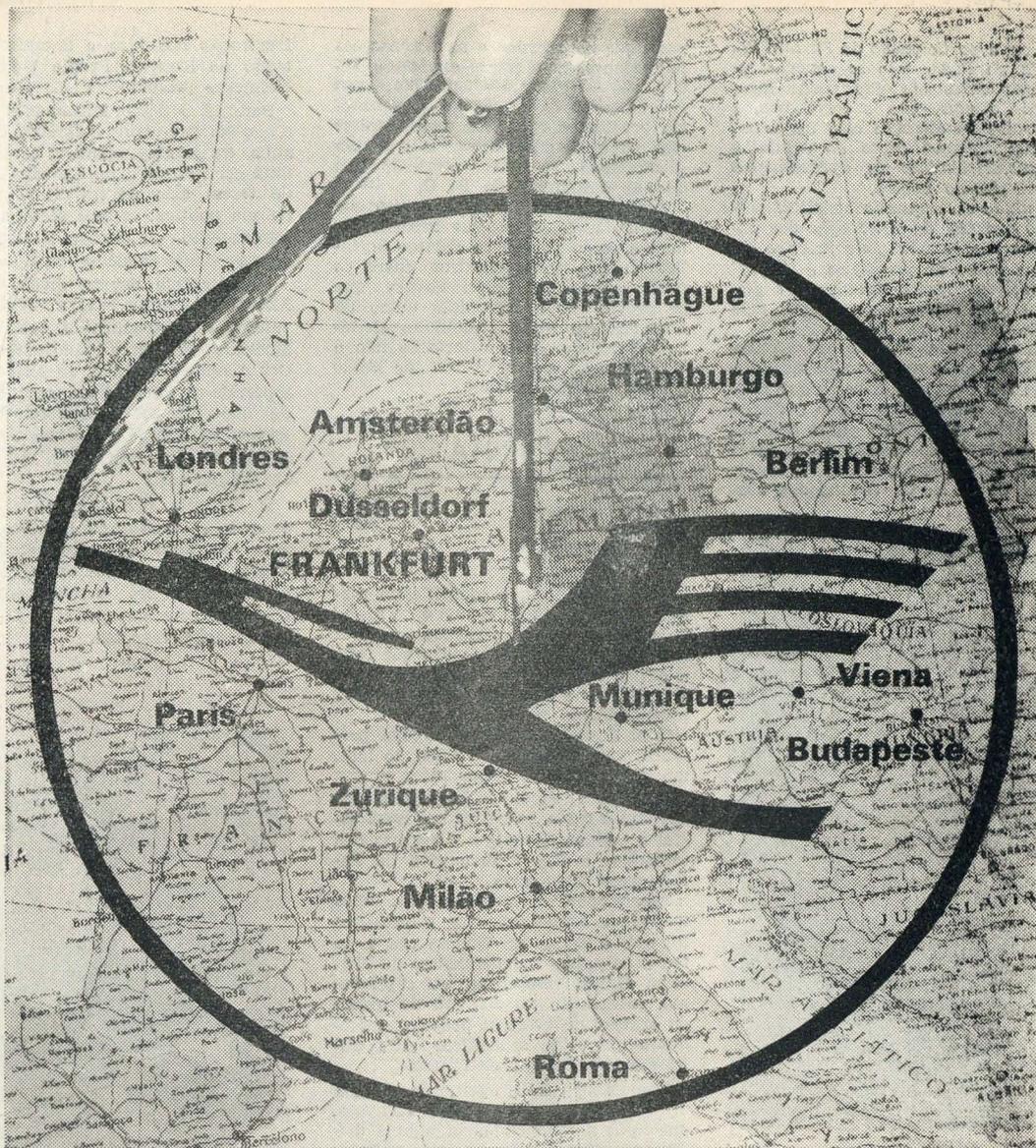
É evidente que são outras coisas que não os produtos e objectos de beleza femininos que são contestados. É provável que os que se opõem à política até agora personificada por Mboya encontrem (tenham já encontrado) uma resposta.

4 1. S.



FIM DE TOM MBOYA

Tanto bastou para que a África negra se interrogasse sobre o seu destino e sobre o sentido da sua independência política



A Lufthansa leva-o directamente ao centro da Europa.

A Lufthansa traça um círculo de conveniências em torno da Europa tomando Frankfurt como centro.

Voe directamente para Frankfurt. Esta fascinante cidade não é somente o centro do mundo comercial mas também o ponto de partida ideal para umas férias maravilhosas. O famoso Reno e os seus vinhos estão só a 25 kms, a lendária Heidelberg apenas a uma hora de comboio ou autocarro, os Alpes (Munique, Salzburgo) a cerca de uma hora de avião. Poucos pontos na Europa poderão interessar tanto ao turista como ao homem de negócios português, e apenas a uma hora de viagem de Frankfurt.

Não dispõe de tempo para esta visita?

Aproveite as excelentes ligações de Portugal para Frankfurt através dos nossos Boeing 727.*

Pode ter a certeza que esta visita o satisfará.

* em colaboração com a TAP

Av. da Liberdade, 70 Tels. 369191/2-535512/3 Lisboa.

Lufthansa-em todo Mundo, como em sua casa.

Consulte o seu Agente
de Viagens ou a



Lufthansa



MÉDIO ORIENTE

Os «fedayin»
e o petróleo

Há, na guerra do Médio Oriente, dois factores que não devem ser minimizados: a influência material dos enormes interesses petrolíferos postos em causa e a considerável influência passional que a acção dos «fedayin» tende a exercer ali.

O Médio Oriente contém dois terços das reservas mundiais de petróleo e proporciona ao Ocidente 2 biliões de dólares por ano, metade dos quais vão para os Estados Unidos. Esses números permitem avaliar a importância do Médio Oriente para os Estados Unidos e, mais geralmente, para as nações ocidentais. Os soviéticos estão de igual modo interessados no petróleo do Médio Oriente, uma região tão próxima do seu território: a despeito dos seus recursos consideráveis e, em parte devido às suas exportações de petróleo que utilizam como moeda de troca (100 milhões de toneladas), o lento desenvolvimento da sua indústria automóvel traz-lhes um défice de, pelo menos, 200 milhões de toneladas. A França pratica, do mesmo modo, uma política petrolífera no Médio Oriente. Se acrescentarmos a estas considerações o facto de o petróleo exportado do Médio Oriente implicar, como compensação, a compra de um valor equivalente de produtos fabricados, compreende-se facilmente a parada considerável que o Médio Oriente representa.

É a importância dessa parada que explica as poderosas solidariedades que não podem deixar de existir entre o mundo árabe, a U. R. S. S., os Estados Unidos e o Ocidente, e isso em detrimento dos israelitas.

Essas solidariedades não são, no entanto, da mesma ordem: os interesses petrolíferos das grandes companhias exigem a paz e a manutenção do «status quo», ao passo que os interesses soviéticos tendem a incitar à mudança, em seu próprio benefício.

É aí que intervém o desenvolvimento da acção dos «fedayin». Começam já a conhecer-se com bastante clareza os diversos movimentos em franca evolução na Palestina e em volta da Palestina. O principal movimento, mas não o único importante, o Al Fatah, é bastante característico do fenómeno que está em vias de modificar o carácter da guerra do Médio Oriente.

O movimento Al Fatah, nasceu em 1965, no enclave de Gaza. O seu chefe, Yasser Arafat, saiu dos Irmãos Muçulmanos (opostos a Nasser). Al Fatah tirou, da derrota de 1967, a conclusão de que a libertação da Palestina não poderia ser conseguida por uma campanha clássica dos exércitos árabes, mas sim por uma participa-

ção, cada vez maior, das massas árabes numa guerrilha destinada a destruir o Estado israelita. Se isso não se fizesse, o facto consumado da ocupação dos territórios árabes por Israel torna-se a «uma realidade eterna».

A libertação, abertamente descrita em numerosos textos, deverá começar pela formação de uma «vanguarda revolucionária» (é a fase actual) e evoluir seguidamente para uma organização revolucionária (em curso de realização). Poderá proceder-se, depois disso, à formação de uma frente de apoio árabe capaz de promover a explosão revolucionária decisiva, auxiliada ou não, pelos exércitos árabes.

Toda essa teoria tem por base o exemplo dado por Cuba, onde uma guerrilha saiu vitoriosa num pequeno país. Al Fatah, que se opõe aos governos do Egipto e da Jordânia, conta com o apoio activo da Síria, do Iraque e da Argélia.

Os resultados até agora obtidos no território dominado pelos israelitas são bastante fracos. Os israelitas, que conhecem perfeitamente o terrorismo, dado que o praticaram, em tempos, eles próprios, são muito eficazes na contraguerrilha. No entanto, não têm conseguido impedir, mesmo assim, a manutenção de uma certa insegurança, e sentem-se tentados a empreender operações de represálias susceptíveis de conduzir a escaladas perigosas. Por outro lado, o movimento «fedayin» assumiu agora uma dimensão internacional que tende a desenvolver-se e a constituir, portanto, uma ameaça crescente para a existência de Israel.

Recentemente, e pela primeira vez, os «fedayin» conseguiram destruir um oleoduto no planalto de Golan. O incidente foi considerado tão grave que Dayan dirigiu-se imediatamente ao local. Conquanto esse atentado não seja resultante de uma iniciativa local, a sua ocorrência marca, possivelmente, o início de uma nova fase no conflito do Médio Oriente.

A rede dos oleodutos do Médio Oriente é, na realidade, extremamente sensível. Se os «fedayin» concentrarem nela a sua acção, poderão criar, muito facilmente, prejuízos consideráveis e semear a desordem em todo o Médio Oriente, «para além dos territórios dominados pelos israelitas».

É impossível dizer, no momento actual, se tal projecto existe realmente, mas, a ser assim, isso só poderia vir a beneficiar os interesses soviéticos. Não se sabe qual o grau de influência que os soviéticos (e os chineses) exercem sobre os «fedayin», mas trata-se, sem dúvida, de uma hipótese particularmente alarmante e de uma situação cuja evolução deverá ser seguida com toda a atenção.

GENERAL BEAUFRE

«Le Figaro»

ESPANHA

(Do nosso correspondente em Madrid)

Problemas
parlamentares

A tranquilidade social que neste momento se observa em Espanha parece servir de contraponto a uma febril actividade política, que tenta debater no campo dos princípios e dos esquemas o caminho das grandes opções futuras.

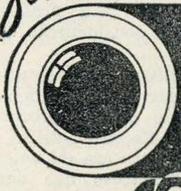
Os sectores fortemente conservadores não escondem a sua inquietação perante os progressos do pluralismo político, em vez de reconhecer neste a superestrutura de uma sociedade em desenvolvimento, que abandona a fase infantil do monopolismo ideológico.

Durante anos um baluarte sem fendas, as Cortes espanholas assistem hoje a um irrequietismo, por parte de certos procuradores, que, pelo facto de eleitos, reflectem frequentemente o espírito de renovação e crítica que agitam a sociedade hispânica.

As celebrações de Montejurra (Navarra), a 4 de Maio deste ano, representaram, como habitualmente, uma oportunidade de os carlistas manifestarem em público as suas convicções políticas. Simplesmente, este ano à referida manifestação depararam-se-lhe várias proibições por parte das autoridades, o que levou, inclusive, a choques nas ruas entre polícias e manifestantes.

Ora, sucedeu que a esta cerimónia máxima do carlismo se encontravam presentes, juntamente com os mais importantes dirigentes carlistas, os dois procuradores por representação familiar de Navarra, Auxilio Goñi e José Angel Zubiaur. As partidárias e intempestivas declarações destes pro-

*espere e
fica pronto!*



**FOTOCOPIA
EXACTA**

**RAPIDEZ • PERFEIÇÃO
DISCRIÇÃO**

SUCURSAL DE «O SECULO»
ROSSIO, 23

curadores, provocaram a reacção das autoridades que aplicaram várias multas aos mais destacados dirigentes, incluindo Goñi e Zubiaur: 25 000 e 50 000 pesetas, respectivamente.

Os dois procuradores negaram-se a pagar as multas, invocando para tal a imunidade parlamentar e declarando não tencionarem recorrer das sentenças nem pagar as referidas quantias. Acerca da imunidade parlamentar, os dois irrequietos procuradores, salientam:

«Não parece lógico, por outro lado, que o procurador às Cortes esteja amparado em relação ao órgão judicial, com o qual normalmente não mantém relações, e, em contrapartida, não o esteja em referência ao executivo, com o qual as suas relações terão de ser frequentes, o que torna normal que mais facilmente se produzam discrepâncias, em virtude dos actos concretos do executivo, do contraste de pareceres, tudo dentro de uma etapa de evolução política importante para o país.»

Nestes termos dirigiram-se à Comissão Permanente das Cortes, solicitando que se exigisse a prévia autorização desta para os procuradores poderem ser sancionados pelas autoridades governantes.

Na sua resposta, a Comissão Permanente declara que os actos de Montejurra foram realizados «apesar da desautorização expressa do governo», e que os procuradores a eles presentes violaram o artigo 8.º da Lei Orgânica, faltando ao respeito ao chefe do Estado.

Acerca da inviolabilidade, citava o artigo 6.º do Regulamento das Cortes, em que define esta prerrogativa dos senadores e deputados, como a de poderem eximir-se às responsabilidades das suas declarações e votos, desde que o façam «no interior do respectivo corpo legislativo».

Ora, tal prerrogativa só funciona nestas condições, que não se verificaram na reunião (ilegal) em que participavam Goñi e Zubiaur, pois seria um contrassenso que «se pudesse dizer e fazer fora da Câmara o que dentro dela, apesar da inviolabilidade que acompanha o procurador, não seria tolerado pela presidência, nem pela própria consideração da Câmara».

A resposta termina, esclarecendo que a imunidade parlamentar impede a possível detenção de um procurador, salvo em caso de flagrante delito, qualquer que seja a natureza da detenção, incluindo as detenções que derivem da acção governamental ou disciplinar. A detenção, em tais casos, só seria possível depois de autorizada pelas Cortes.

Entretanto, os referidos procuradores estão ameaçados de embargo se não pagarem as multas.

O inconformismo destes parlamentares revela-se ainda através de perguntas um pouco embaraçosas, como

a de Escudero, que pedira clareza na contabilidade das empresas, para assim se negociarem os acordos colectivos de trabalho sobre uma base real. Ora sucedeu que todos os que se opuseram a esta moção foram pessoas estreitamente relacionadas com a organização sindical, algumas ostentando até representação operária. E um dos argumentos desta oposição afirmava que talvez existisse «obscuridade contabilística», mas que não valia a



CORTES

Durante anos um baluarte sem fenda

pena tocar-lhe por existirem muitas coisas escuras.

Outra manifestação desta diversidade de critérios, embora de sentido distinto, revelou-se aquando da votação acerca da devolução do Ifni ao Marrocos, em que uma forte minoria votou contra: 295 sim, 66 não e 25 abstenções.

Esta independência de atitudes, fruto do choque de várias tendências e da compreensão justa de que um Parlamento deve ser um órgão de fiscalização dos actos do governo, manifestou-se recentemente quando o ministro das Finanças defendeu nas Cortes o projecto de lei de reforma fiscal (reforma esta que incide sobretudo na agricultura, rendimento do trabalho pessoal, luxo e impostos especiais sobre o consumo e que constitui um reforço dos meios legais da administração para lutar contra a fraude fiscal), tendo-se verificado 352 votos a favor, 53 contra e 1 abstenção.

Também acerca da proibição de os procuradores poderem reunir-se fora das Cortes, Tarragona interpelou o governo no sentido de esclarecer tal medida. Na resposta, afirma-se ser necessária a autorização do governo civil.

Esta atitude vigilante revela-se, so-

bretudo, por parte dos procuradores de representação familiar, eleitos por sufrágio directo. Este facto, aliado ao desenvolvimento do associacionismo político, muito embora as críticas que se possam fazer-se, representa, entretanto, um importante sintoma de progresso numa sociedade em rápida evolução.

F. B.

Alguns dados industriais e agrícolas

A Imprensa espanhola referiu o trabalho publicado no número de 7 de Setembro de 1968, da revista francesa «Entreprise», acerca da produção industrial mundial, no qual se regista que a Espanha tem uma potência industrial «per capita» de 46 (base 100), o que representa uns 1,18 por cento da produção mundial.

Os Estados Unidos, a União Soviética e o Japão, com uma população conjunta de 527 milhões de pessoas (15,5 por cento da população da Terra), produzem 56,9 por cento da produção industrial mundial. A Espanha encontra-se em 19.º lugar, precedendo a Roménia, Bulgária, Jugoslávia, Argentina e Brasil.

Quanto à capacidade de absorção dos mercados nacionais, igualmente considerada como índice de potência industrial, no referente a tens de equipamento, cujos primeiros três lugares cabem aos Estados Unidos (50,6 por cento), à Alemanha Federal (7,8 por cento) e à França (6,3 por cento), a Espanha encontra-se em 12.º lugar (1,2 por cento), à frente de países como a Suíça, Áustria e Dinamarca.

No respeitante à absorção de bens de consumo, com os Estados Unidos (25,9 por cento), a U. R. S. S. (17,8 por cento) e o Japão (12,8 por cento), nos primeiros lugares, a Espanha situa-se em 14.º lugar (1,1 por cento), à frente de países como a Suécia, Bélgica e Suíça.

Ainda quanto aos mercados de matérias-primas, a Espanha encontra-se em 12.º lugar (1,2 por cento), à frente da Suécia, Checoslováquia e Holanda, enquanto os primeiros lugares são ocupados pelos Estados Unidos (34,6 por cento), U. R. S. S. (14,5 por cento), e Japão (7,8 por cento).

Para melhor avaliar o que estes índices representam de evolução real da indústria espanhola nos últimos anos, tenha-se em conta que Portugal não ocupa nenhum dos vinte primeiros lugares destas estatísticas.

Indicamos ainda outros números, referentes a fins de 1967, procedentes dos serviços estatísticos da O. C. D. E., a respeito da Espanha.

Superfície total: 504,7 mil km²;
superfície agrícola: 407,2 mil km²;
superfície cultivada total: 202,2 mil

km²; população total: 32 140 000 h.; densidade (por km): 64; taxa de aumento (percentagem da média anual 1957-67): + 0,85; imigração neta (+) ou emigração neta (-): 128 000; emprego civil total: 11 837 000 (em 1966); percentagem de emprego na agricultura, pesca, silvicultura: 34,8 por cento; idem, na indústria: 35,0 por cento; idem, noutros sectores: 30,2 por cento.

É interessante observar que, para este mesmo período, Portugal mostra uma emigração de 61 000 pessoas, tendo 3 072 000 empregados civis, ocupando respectivamente 33,5 por cento na agricultura, pesca e silvicultura, 35,5 por cento na indústria e 31 por cento noutros sectores.

Quanto à situação agrícola, segundo informações do Ministério da Agricultura, a situação é sensivelmente igual à do ano passado em quase todas as culturas, tendo aumentado um pouco a produção de cevada, centeio, aveia, espargos, feijão verde, e diminuído a de grão (21,4 por cento), algodão, trigo, batata (15,7 por cento), favas, alperches (48,5 por cento) e cerejas.

A produção de carne continua a aumentar regularmente especialmente a de porco, aves e coelhos.

Em relação ao ano passado o índice geral dos salários regista um aumento de 9,4 por cento.

Em fins de Abril deste ano o desemprego agrícola atingia 50 800 pessoas, ou seja menos 32,9 por cento que em igual período de 1968. Continua a ser a Andaluzia ocidental a região mais afectada, com 15 200 desempregados, sobretudo em Cádiz e Córdova.

No mês de Abril, a balança comercial agrária regista um défice de 1483 milhões de pesetas (mais 42 por cento em relação a 1968).

F. B.

SUDÃO

Os objectivos do novo regime

Em Outubro de 1964, pensou-se que o exército sudanês nunca mais quererá nem poderia conquistar o Poder em Cartum. O regime militar do general Abboud, sob a pressão de uma insurreição popular, acabara por desmoronar-se — facto único nos anais do Médio Oriente. Sudanês de todas as condições e de todas as convicções políticas tinham manifestado vontade de restabelecer o regime democrático em que já tinham vivido depois do acesso à independência, deste antigo domínio anglo-egípcio em 1956. O regime autoritário e ineficaz do marechal Abboud — que durou seis anos — desacreditara profundamente os militares, como casta governante.

No entanto, o golpe de Estado no passado dia 25 de Maio, que pôs termo ao parlamentarismo e à pluralidade dos partidos, parece ter sido beneficiado



CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DO SUDÃO

Da direita para a esquerda: Abou Bakr Awadallah (primeiro-ministro), general Jaafar Noumeiry (presidente do Conselho Revolucionário), tenente-coronel Frauk Hamdallah (ministro do Interior), major Khaled Abbas (comandante dos blindados)

pela neutralidade benevolente, ou mesmo pela simpatia, de uma grande parte da população. As tribos e as poderosas seitas religiosas, apesar da prisão dos chefes tradicionais, não manifestaram qualquer veleidade de resistência. Os sindicatos operários e rurais, de camponeses por sua vez, saudaram com entusiasmo a vitória da nova «república democrática», instaurada por um grupo de jovens oficiais nacionalistas, de colaboração com personalidades civis de esquerda e de extrema-esquerda.

Nestes últimos meses, o descontentamento aumentava sem cessar. Os jogos estereis dos partidos tinham cansado, e por vezes indignado, uma opinião ávida de reformas. O partido Ouma, com origem na grande seita dos ansars, não conseguia refazer a sua unidade apesar do acordo concluído para esse efeito entre Sadek El Mahdi e o imã Hadi El Mahdi, dirigentes das suas facções antagonistas, das quais uma estava representada no governo enquanto a outra dirigia a oposição parlamentar a esse mesmo governo. A demissão do presidente do Conselho, Mohamed Ahmed Mahjoub, no passado mês de Abril, anunciava o enfraquecimento da coligação ministerial sem, no entanto, abrir perspectivas de mudança. Em suma, o imobilismo parecia ser a herança deste sistema político anquilosado, amplamente submetido a feudalidades tribais e religiosas.

A situação económica e financeira deteriorava-se. O défice da balança co-

mercial apesar da exportação da maior parte da colheita de algodão, agravava-se devido à importação em quantidades abusivas de produtos de consumo corrente. Os partidos políticos representados no governo, por demagogia eleitoral, recusaram-se a homologar a política de austeridade que parecia impor-se. Em Dezembro passado, um responsável do Banco Central lançou o grito de alarme: os bens em divisas estrangeiras tinham baixado perigosamente, declarou ele, ao passo que as dívidas do governo tinham atingido e, inclusivamente, ultrapassado o total previsto pelos estatutos do Banco Central.

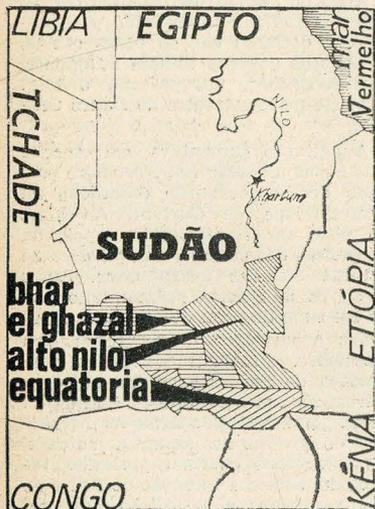
A agitação aumentava, em especial nos meios urbanos. Em Novembro passado desencadearam-se desordens na Universidade de Cartum. A calma só pôde ser restabelecida depois da suspensão dos cursos e da aplicação de severas medidas disciplinares. Antes disso, os jornalistas tinham feito greve em sinal de protesto contra os atentados à liberdade de imprensa. Em Dezembro, os magistrados fizeram uma ameaça de demissão em massa, e os advogados ameaçaram com a arma da greve geral, para pôr termo às ingerências do governo nos assuntos judiciais. Os advogados queriam protestar, sobretudo, contra a intenção do Poder de dar vantagens à jurisdição religiosa, sobre a jurisdição dos tribunais civis.

A comissão constitucional, encarregada em Julho do ano passado de elaborar uma nova lei fundamental, ape-

nas progredia nos seus trabalhos quando se tratava de definir opções consideradas pela maior parte da «inteligência» como nitidamente reaccionárias. Assim foi decretado — apesar dos protestos vindos de vários meios — que o islamismo apareceria como religião de Estado na nova Constituição. Em Janeiro passado, 80 deputados de diferentes partidos assinaram uma petição que pedia — mas em vão — a dissolução de um organismo cuja orientação lhes parecia nefasta para o futuro do país. Alguns dias antes, o representante do Partido Sulista SANU, retirara-se da comissão depois de esta ter rejeitado a ideia de estabelecer um governo regional nas províncias meridionais.

É RECONHECIDA A AUTONOMIA DO SUL

A proposta do SANU — grupo moderado que não participa na rebelião sulista — era, no entanto, muito modesta, em relação às reivindicações dos insurrectos, que vão da autonomia administrativa à independência política. Cartum manifestava deste modo uma intransigência correspondente à sua impotência na neutralização dos «bandos rebeldes». E, apesar das declarações tranquilizadoras do presidente da República, Ismael El Azhari, e do chefe do governo Mohamed Mahjoub, segundo as quais «no Sul reinava a calma», a Frente de Libertação de Azania (FLA) e o seu ramo militar, os anyanya continuavam a consolidar as suas posições no seio da população negra do Sul (animista ou cristã), em conflito com o governo árabe-muçulmano do Norte. Em Março, a Frente criava um «governo provisório da República do Alto Nilo» que reivindica o poder nas três províncias meridionais: Equatoria, Bahr El Ghazal e Alto Nilo.



AUTONOMIA OU SECESSÃO?

As três regiões agora autónomas são aquelas onde os revolucionários da FLA reclamam o Poder



UMA GUERRA DESCONHECIDA

A Frente de Libertação de Azania e os anyanya, continuavam a consolidar as suas posições no seio da população negra

Perante esta contaminação o governo de Cartum cruza os braços e, inclusivamente, recusa-se a fazer investimentos no Sul, «durante tanto tempo quanto a rebelião durar». Oficiais jovens, liberais e as formações de esquerda pensam que a «revolução de Outubro» (aquela que em 1964 derubou o regime conservador do marechal Abboud) foi traída. Os opositores, gradualmente, apercebem-se de que instituições aparentemente democráticas proíbem qualquer reforma radical obstruindo-lhes o acesso ao Poder. O «putsch» de 25 de Maio é imediatamente saudado como «um movimento popular e progressista». Várias personalidades civis aceitam o convite do general Noumeiry, dirigente do golpe de Estado, para fazerem parte do governo dirigido por Abou Bakr Awadallah, um dos homens mais respeitados do Sudão, que foi um dos dirigentes da sublevação de 1964, antes de presidir ao Supremo Tribunal de Justiça.

Uma das primeiras medidas do novo regime foi conceder autonomia ao Sul. O general Noumeiry, numa alocução proferida em 9 de Junho, na qualidade de presidente do Conselho Revolucionário, convidava os dirigentes da rebelião a negociar a emancipação das três províncias meridionais, «a fim de criar uma autêntica unidade nacional e socialista». Na mesma ocasião proclamava uma amnistia geral e convidava centenas de milhares de sulistas — que se tinham refugiado nos países vizinhos — a regressarem ao seu país e aos seus lares. Propunha, por outro lado, a elaboração em comum de um programa económico, social e cultural para os 4 milhões de habitantes que povoam as províncias em estado de rebelião.

De uma maneira mais geral, o novo

regime empenhou-se em conseguir «soluções definitivas» para os problemas económicos que se põem ao país, e isto recorrendo à «via da liberdade e do socialismo, de um socialismo especificamente sudanês». Em política externa, traçou uma linha de conduta muito próxima da da R. A. U.: cooperação com todos os países que respeitam a soberania e os interesses do Sudão, amizade activa em relação ao campo socialista (especialmente com a República Democrática Alemã que Cartum se apressou a reconhecer). Em relação ao conflito israelo-árabe, o general Noumeiry adoptou uma atitude menos intransigente que a dos seus antecessores. Com efeito, aceitou a resolução do Conselho de Segurança de 22 de Novembro de 1967 como base para uma negociação com Israel. Todavia, tal como o presidente Nasser, concederá um apoio político e material às organizações palestinianas durante o tempo em que «os territórios ocupados não forem libertados».

A primeira vista, a «República democrática» do Sudão parece solidamente estabelecida. Mas é ainda muito cedo para avaliar esta solidez. Os objetivos que ela definiu são demasiado ambiciosos e, conseqüentemente, perigosos. Conseguirá ela destruir as estruturas tribais e religiosas do país e arrancá-lo ao subdesenvolvimento? Conseguirá ela restabelecer a unidade do Sudão depois de uma guerra civil, particularmente mortífera que dura, com intermitências, há catorze anos? Estará ela apta a mobilizar uma população e a obter o seu apoio activo sem restabelecer as liberdades públicas?

ERIC ROULEAU

Exclusivo (V. M.) — «Le Monde Diplomatique»

E. U. A.: AS VIAGENS DO PRESIDENTE NIXON

O presidente Nixon parece atribuir grande importância à realização de visitas breves a outros países destinadas a permitir conversações directas com os seus dirigentes. Na fase actual, que ele considera uma fase de transição entre uma era de «confrontação» e uma era de «negociação», com o bloco soviético, Nixon aceitou um convite para visitar a Roménia em princípios de Agosto depois de efectuar outras visitas a cinco países asiáticos.

Os romenos vão sentir-se, sem dúvida, imensamente satisfeitos com esta primeira visita de um presidente americano. Se tudo correr bem, Nixon chegará a Bucareste aureolado pelo êxito da viagem da Apolo-11 à Lua, depois de ter assistido à descida dos astronautas no Pacífico. Considerará de todo o interesse, e talvez da maior utilidade, a sua conversação com o presidente Ceausescu, cuja independência dentro do bloco soviético tem enfiado, frequentemente, o Kremlin.

As reuniões cimeiras oferecem sempre certos perigos e, no que se refere a esta particular visita, Nixon escolheu obviamente a Roménia para a sua primeira aventura presidencial na Europa Oriental pelo facto de Ceausescu ter manifestado o seu desacordo com Moscovo em questões de magna importância, incluindo a invasão da Checoslováquia no ano passado.

Se a Rússia vir na visita de Nixon uma tentativa para alargar as brechas existentes no campo soviético, é bem possível que a atitude dos russos se torne muito mais rígida no que diz respeito às negociações sobre a fiscalização de armamentos e outras questões igualmente importantes. É possível que Nixon alimente a esperança de que a sua visita venha a encorajar os países do Pacto de Varsóvia a assumirem uma atitude de maior independência perante Moscovo; mas é também de admitir que essa visita produza um efeito contrário e venha a tornar mais perigosa qualquer manifestação de independência da parte desses países.

O presidente não deve deixar de ter em mente o facto de que, com a sua visita, vai dar, num certo sentido, a sua aprovação a um regime que não obstante a sua atitude de desafio para com Moscovo, continua a ser, apesar de tudo, uma brutal ditadura comunista, de longe mais opressiva do que a da Hungria e até do que o governo de «linha dura» recentemente reinstaurado na Checoslováquia.

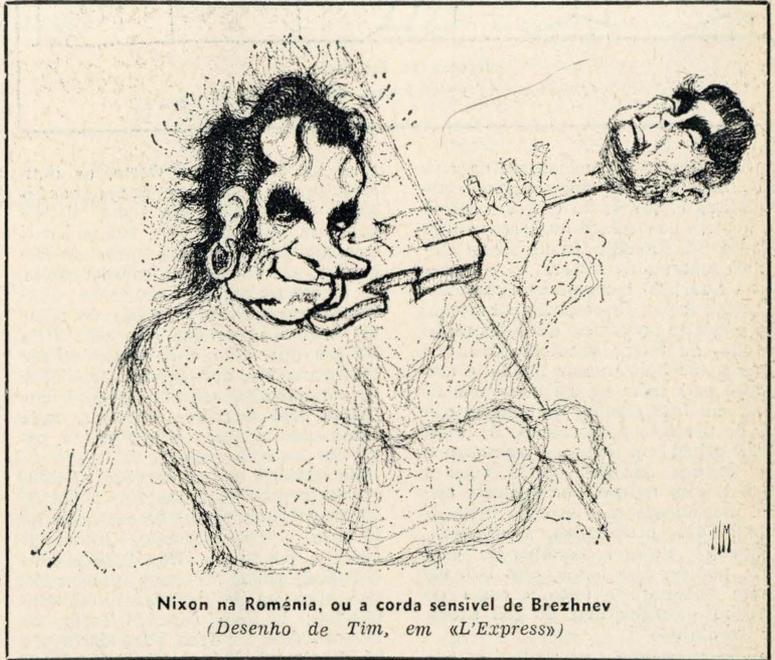
Nixon poderia ter dado um significado bastante maior a essa visita se tivesse pedido ao Congresso para liberalizar a lei que restringe as exportações para os países comunistas, permitindo assim uma maior expansão do comércio entre os Estados Unidos e esses países. Em vez disso, Nixon preferiu apaziguar os republicanos da ala direita, tendo proposto a prorrogação

dessa relíquia restritiva da era da «guerra fria».

As visitas presidenciais podem constituir, é certo, benéficas manifestações de boa vontade e excelentes manobras diplomáticas, mas não podem substituir, de modo algum, uma boa política.

«The New York Times»

serviço). E a lista continua: o general «Hap» Arnold, que lutou para que fosse feita a primeira doação federal para a criação de foguetões, e James Webb e Hugh Dryden, que dirigiram competentemente a N. A. S. A em épocas bastante difíceis. Noutra plano mais elevado, Harry Truman deu ao esforço lunar um ou dois impulsos modestos, o presidente Eisenhower deu-lhe, em



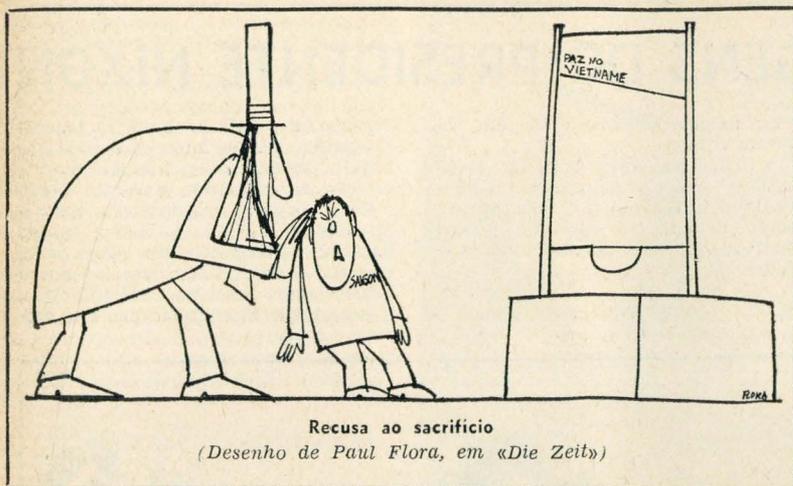
Nixon na Roménia, ou a corda sensível de Brezhnev
(Desenho de Tim, em «L'Express»)

«Da Terra à Lua»

Foi Júlio Verne, pode dizer-se, quem começou a coisa, em 1865, com a sua famosa sátira «Da Terra à Lua», e, a partir daí, a lista dos terráqueos que impulsionaram a viagem do homem à Lua é longa e rica na sua variedade, indo desde estadistas mundiais a três macacos americanos e uma cadela soviética. De acordo com um livro escrito pelo historiador oficial da N. A. S. A., Eugene M. Emme, intitulado «Perspectivas Históricas sobre a Apolo», a lista deveria incluir, com inteira justiça, os nomes de Charles Lindbergh, que fez nascer em nós o gosto pela aviação, e de Adolfo Hitler, que fomentou o aperfeiçoamento dos foguetões, para levar a cabo os seus projectos loucos, Robert Goddard, por ter apresentado o primeiro foguetão com combustível líquido, e Wernher von Braun, pelos seus contributos para o desenvolvimento dos modernos foguetões durante a guerra (ao serviço da Alemanha) e depois desta (ao nosso

bora de má vontade, um empurrão tardio, e o presidente Kennedy deu-lhe, claro, o mais importante impulso que jamais lhe foi dado por qualquer outro homem ao estabelecer, solenemente, em 1961, como objectivo firme dos Estados Unidos, a colocação de um homem na Lua e o seu regresso à Terra (antes de terminar esta década). Depois do presidente Kennedy, figura em segundo lugar a contribuição do presidente Johnson, entre os presidentes americanos, dada a luta ardorosa em que se empenhou para levar o país — e o Congresso — a dar realidade ao compromisso assumido pelo presidente Kennedy em nome dos Estados Unidos: «Num verdadeiro sentido, não será apenas um homem que irá à Lua — será uma nação inteira», disse Kennedy.

Uma nação inteira — é isso mesmo. E levantamos aqui essa questão pela razão única dela ter sido já levantada por uma decisão da Casa Branca no sentido de ser deixada na Lua uma lápida, fixada na armação de aterragem do módulo lunar, na qual estará



Recusa ao sacrifício
(Desenho de Paul Flora, em «Die Zeit»)

gravada uma curta mensagem de quatro linhas com os nomes dos três astronautas e, por baixo destes, o nome do homem que, mercê do acaso, é presidente dos Estados Unidos neste momento supremo da história da conquista da Lua pelo homem. Sem manifestarmos o menor desrespeito por Nixon, não podemos pensar em qualquer razão terrena, ou talvez celestial, para que o seu nome figure nessa lápida, e não apenas pelo facto do seu nome não figurar em fase alguma da história oficial do projecto Apolo, da N. A. S. A. Seria difícil em extremo seleccionar um homem qualquer entre aqueles cujos nomes figuram na história oficial, mesmo que essa escolha fosse limitada aos presidentes americanos. Kennedy? Poderia escolher-se, com certa justiça, esse nome, mas isso somente poderia ser feito à custa do contributo considerável do seu sucessor imediato.

Aconselharíamos, portanto, a que esse projecto fosse encarado como qualquer coisa grande de mais para poder ser decidida por um mero órgão governamental, como algo bem mais importante do que a política, seja ela qual for. O padrão em causa deveria dizer «Viemos aqui em paz, em nome de toda a Humanidade». Essa mensagem, juntamente com os nomes dos três valorosos homens que efectuaram a viagem, seria, quanto a nós, o suficiente.

«The Washington Post»

ROMÊNIA

Esperança em Bucareste e amargura em Praga

No momento em que o anúncio da visita do presidente Nixon a Bucareste alimenta a esperança dos dirigentes e do povo romenos numa aber-

tura na direcção do Oeste, as notícias provenientes de Praga confirmam que a Checoslováquia, decididamente reintegrada na órbita soviética, nada mais tem a fazer do que aceitar, até às últimas consequências, a realidade da sua ocupação pelas forças estrangeiras e o fim de todas as esperanças de que esse país vivia há um ano. Não é de modo algum de surpreender que, em tais condições, as dificuldades se amontoem e que Husak seja levado a estender, cada vez menos, a cencura e a agitar, cada vez mais, o bastão.

No relatório que apresentou, há dias, aos dirigentes do Partido, o chefe do Partido Comunista Checoslovaco referiu-se a três correntes principais entre a população. Há, disse ele, os cidadãos, cada vez mais numerosos, que aprovam as decisões do Comité Central; há, em segundo lugar, as pessoas desorientadas ou indecisas, e há, finalmente, a oposição irredutível. O chefe do Partido apresentou um programa que pode resumir-se assim: é necessário fazer passar para a primeira categoria aqueles que ainda se mostram hesitantes e derrubar a oposição. Não basta remodelar a direcção suprema: chegou a altura de se afastar dos seus cargos, sejam eles quais forem, todos aqueles que se mostram refractários a adoptar a nova linha.

É, por consequência, uma depuração geral que está a ser preparada na Checoslováquia. O primeiro-secretário garante, é certo, que semelhante luta será travada exclusivamente com armas políticas e que os cidadãos não serão, em caso algum, perseguidos por causa das suas convicções. Desde que respeitem a lei, nada terão a recear da polícia, e o poder socialista está suficientemente seguro de si para não voltar a fazer uso das repressões que o aviltaram nos anos 50.

Mas como fazer cumprir, sem usar de rigor, certas leis que ferem as convicções da maior parte dos cidadãos? Como convencer a população a aderir à política do sucessor de Dubcek?

Será a massa flutuante, de que fala Husak, realmente composta de hesitantes como ele afirma? Desde o mês de Maio que toda a gente sabe, em Praga, de que lado sopra o vento. As massas mostram-se indecisas, não na maneira de encarar a «normalização», mas na maneira de exprimir o seu ressentimento. Destruídas as esperanças criadas pela Primavera de 1968, as massas checoslovacas vivem numa verdadeira apatia. Bastará reduzir ao desemprego os agitadores para que o povo checo se entregue, cheio de entusiasmo, à construção do socialismo? Quando Cernik chama a atenção para a crise económica, que parece encaminhar-se para uma verdadeira catástrofe, não interessa descobrir qual o género de reforma que permitiria repor a máquina em movimento ou procurar, no estrangeiro, os créditos necessários para renovar um material vetusto. Há que verificar, em primeiro lugar, se os operários estarão dispostos a trabalhar. E há já alguns meses que eles se entregam a uma greve encoberta que não pode ser simplesmente explicada pela acção das forças «anti-socialistas». O operariado checo recusa-se a fazer o menor esforço em benefício de um governo que considera estrangeiro.

Husak afirmou, em Abril, perante o Comité Central, que conquistaria rapidamente a estima dos seus administrados e que todos eles acabariam por reconhecer os méritos dos seus métodos «realistas». Depois disso, tendo conseguido acalmar os soviéticos, Husak retomou tranquilamente a política iniciada em Janeiro de 1968. Todavia, ao pretender conquistar a confiança dos russos, o dirigente checo descreditou-se aos olhos dos seus concidadãos. Parece ser hoje muito menos forte do que o fraco Dubcek; este, ao menos, era apoiado pela população e dizia aos checoslovacos: «Estamos connosco; estejam também connosco.» Quanto a Husak, já não se daria certamente por infeliz se pudesse dizer, com uma pequena probabilidade de ser ouvido: «Não estejam contra nós.»

«Le Monde»

GRÃ-BRETANHA

A estrutura da Europa

O relatório do prof. Hallstein sobre os problemas da admissão da Grã-Bretanha no Mercado Comum constituiu o primeiro dos quatro estudos encomendados pelo Comité de Acção de Jean Monnet. O relatório do prof. Hallstein trata dos problemas institucionais. Os outros três, que deveriam estar prontos, em princípio, em meados de Julho, estão a ser preparados por grupos de trabalhos chefiados por lordes Plowden, por Edgard Pisani (antigo ministro francês da

Agricultura) e por Guido Carli, governador do Banco da Itália. Esses relatórios terão que ver, sobretudo, com problemas, respectivamente, de tecnologia, agricultura e finanças. A operação dificilmente poderia ter sido melhor organizada mesmo que Monnet tivesse podido saber, com a devida antecedência, que o general De Gaulle ia abandonar o seu cargo e que Debré ia ser substituído por Schumann. O problema da entrada da Grã-Bretanha para o Mercado Comum figura, presentemente, à cabeça da agenda das Comunidades (muito embora vários outros problemas, de maior importância, venham certamente a ser resolvidos em primeiro lugar), e o frio exame da situação realizado, pelo Comité de Acção, com base nos relatórios subscritos por especialistas de tão invulgar categoria, há-de contribuir grandemente para o debate.

O prof. Hallstein foi o primeiro presidente da Comissão do Mercado Comum, tendo-se devotado ao problema que estava no âmago da objecção francesa à admissão da Grã-Bretanha: a objecção de que uma Comunidade com dez membros seria, obviamente, muito diferente de uma Comunidade com seis membros. O general De Gaulle e os seus ministros dos Negócios Estrangeiros declararam que uma Comunidade mais vasta mostrar-se-ia mais fraca e, por conseguinte, mais susceptível à influência americana. O argumento contrário a esse, desenvolvido no seu relatório pelo prof. Hallstein, é o de que uma Comunidade maior será, pelo contrário, mais forte do que a de seis membros, e será, portanto, muito mais europeia», desde que as suas instituições sejam fortalecidas. A explicação é esta: o general De Gaulle afirmava ser um bom europeu mas recusava-se a proporcionar à Europa as instituições de que esta necessitava para funcionar capazmente, com o argumento de que um tal grau de supranacionalismo era incompatível com os interesses nacionais franceses.

O presidente Pompidou está convencido de que o general e o seu veto foram utilizados como desculpa por outros europeus que concordavam secretamente com ele, quer a respeito dos inconvenientes que oferecia a admissão da Grã-Bretanha no clube quer no que se referia aos males que adviriam do supranacionalismo. O prof. Hallstein leva o seu argumento supranacional bastante longe: devia haver um Parlamento europeu directamente eleito com autoridade sobre a Comissão, o Conselho de Ministros devia perder uma parte dos seus poderes, e a regra da maioria de votos devia ser alargada. Os advogados do alargamento e fortalecimento das Comunidades não têm que ir tão longe como Hallstein, mas a lógica do argumento apresentado por este é indiscutível e merece todo o apoio. A reacção britânica vai ser, sem dúvida, tão digna de interesse como a

dos actuais estados-membros. O governo aceitou já o princípio da votação directa para o Parlamento — mas chegará a concordar em conceder às Comunidades o direito de posuírem orçamentos próprios, sujeitos embora à verificação do Parlamento? A Grã-Bretanha aceitou prontamente a lógica da Europa, mas fê-lo sempre tarde de mais para poder beneficiar dela. Os adeptos da Grã-Bretanha no Continente esperam que lhe demonstremos a nossa fé europeia por meio da aceitação da perda de um certo grau de soberania que o Mercado Comum não exigiu, até agora, dos seus membros mas que, no dizer do prof. Hallstein, não deixará de ser-lhes exigido se o Mercado vier a ser alargado.

«The Times»

BIAFRA

As realidades do auxílio

Não deve permitir-se que a desesperança ameça de fome que paira de novo sobre os biafrenses venha a tornar-se meramente noutra orgia de propaganda para os adeptos de ambos os lados da guerra civil da Nigéria. São necessários planos urgentes capazes de abrir caminho através do emaranhado, terrivelmente confuso, de interesses antagonísticos. Esses antagonismos não se verificam apenas entre os biafrenses e os federais, mas também entre as prioridades rivais das agências de auxílio e os dirigentes militares de ambos os lados.

Não será possível qualquer discussão sensata sobre o que poderá ser feito para salvar, possivelmente, centenas de milhares de vidas enquanto não se começar por reconhecer que o auxílio a Biafra passou a constituir um factor militar cada vez mais im-

portante na conduta de guerra civil.

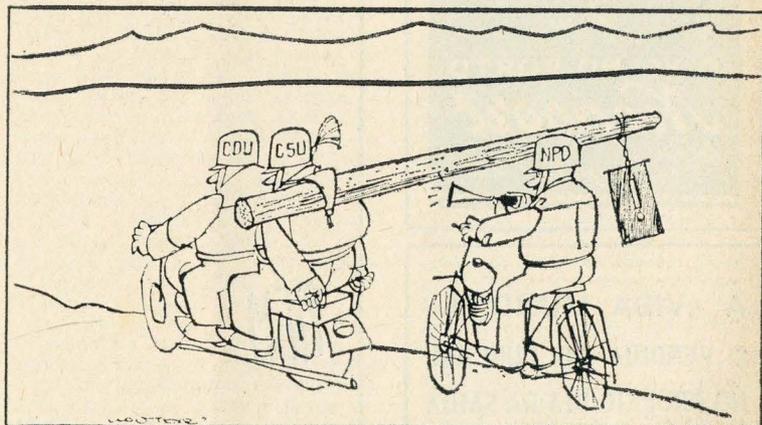
O nó da presente crise sobre o auxílio reside no facto do general Ojukwu, o dirigente biafrense, insistir em que os aviões portadores de auxílio façam os seus voos de noite, partindo de bases situadas fora do território federal, ao passo que o general Gowon pretende que os voos tenham lugar durante o dia e sejam sujeitos a uma eficiente fiscalização federal e internacional. Não é difícil de compreender a razão por que nenhuma das partes se mostra disposta a arrear-se um centímetro dessas posições irreconciliáveis.

Os aviões de abastecimento ao Biafra têm conseguido evitar a intercepção federal devido, em grande parte, ao facto de utilizarem os aviões de auxílio como um escudo nocturno para as suas operações — como bem o demonstra a circunstância de não terem chegado a Uli quaisquer abastecimentos militares desde que foram suspensas as actividades nocturnas das agências de auxílio. A proibição desses voos constitui, portanto, um objectivo militar federal perfeitamente compreensível.

De nada serve acusar-se o lado federal de estar a procurar servir-se da fome como instrumento de guerra. As suas propostas sobre a realização de voos de auxílio a Biafra em pleno dia estão, na realidade, inteiramente de acordo com as quatro Convenções de Genebra de 1949 que regem as disposições do auxílio internacional às vítimas da guerra. Baseando-se nessas Convenções, os federais demonstraram a sua boa vontade em obedecer aos padrões internacionais.

Pode dizer-se, portanto, que, se aceitasse as propostas federais, o general Ojukwu poderia permitir que o seu povo fosse prontamente socorrido. Mas, se o fizesse, enfraqueceria, quase certamente, a sua situação militar.

Qual a solução para semelhante dilema? Há duas possibilidades. A primeira é levar-se por diante a ideia



ALEMANHA OCIDENTAL

Proibido ultrapassar à direita

(Desenho publicado em «Vorwärts»)



Quem é ele ?
Um homem
de preferências bem definidas
Os melhores fatos ...
Os melhores carros ...
Objectos raros ...
e os cigarros KENT
com o filtro exclusivo micronite

KENT, o cigarro americano
preferido em todo o mundo

Repr.: R. S. Contreras, Lda. - R. do Telhal, 4 - B. Lisboa - Telef. 36 95 84

TRUE * NEWPORT * KENT * NEWPORT * TRUE * NEWPORT * KENT * NEWPORT



A «VIDA MUNDIAL»
É VENDIDA NO FUNCHAL
NO PRÓPRIO DIA DA SAÍDA

A 6\$00

de abrir-se um corredor terrestre ou marítimo sujeito a uma fiscalização internacional — uma proposta que é aceite, em princípio, por ambas as partes. A segunda, mais imediata, seria convencer-se o lado federal a aceitar que os voos de auxilio diurnos, em vez de partirem de território federal, partissem de um aeroporto estrangeiro aprovado por ambas as partes — tal como o de Contonou no Daomé. Os aviões de auxilio poderiam ser ali carregados na presença de inspectores federais e internacionais, podendo as suas rotas ser vigiadas pelos postos federais.

Conquanto pudesse remover muitas das objecções do general Ojukwu, esse plano não daria satisfação ao seu evidente interesse de aproveitar os voos de auxilio nocturnos para fins militares. Trata-se, claro, de uma exigência que não pode ser imposta às exigências do auxilio internacional, e menos ainda ao governo federal. Desse modo, esse plano constitui, provavelmente, o máximo com que pode-

rá contar-se no momento actual, e oferece a vantagem de poder ser rapidamente posto em prática, afastando assim o espectro do regresso da fome ao Biafra.

Se não quiser tomar na devida consideração essa proposta, o general Ojukwu expor-se-á à acusação de se preocupar mais com a vitória militar do que com a salvação dos ibos — que deveria constituir o seu primordial objectivo.

Já é altura de levar-se ambas as partes a reconhecer que os seus objectivos fundamentais não poderão ser conseguidos através de uma vitória militar. O que importa, hoje como sempre, é conseguir-se um cessar fogo e reduzir as proporções da luta. Todavia, enquanto isso não se consegue, é absolutamente indispensável salvar as vidas dos civis. Isso só poderá ser feito, no entanto, mediante a criação de planos realistas baseados nas realidades da presente força militar de ambas as partes.

«The Observer»



ITÁLIA: DUPLA CRISE



MANIFESTAÇÃO DE OPERÁRIOS (O COLISEU PRESENTE)

«Por detrás da sua máscara de nova potência industrial e de jovem República, a Itália atravessa uma dupla crise: económica e política»

A jovem República italiana recebeu em 1946 uma pesada herança. Um passado prestigioso que remonta ao Império Romano, a recordação dos faustos da Renascença, o ardor patriótico do «Risorgimento», riquezas artísticas fabulosas. Mas a Itália tem de contar, também, com os traumatismos causados por 30 anos de fascismo, as destruições da guerra, o afrontamento do catolicismo com o comunismo, os milhões de desempregados e emigrantes, o imenso atraso das regiões meridionais da península.

Que caminho tomou a Itália para se tornar, apesar de tudo, o país do «milagre económico»? Qual foi o seu papel na construção da Europa? Que vias se abrem à democracia cristã e aos outros movimentos políticos da península?

DO FASCISMO A DEMOCRACIA CRISTA

O desembarque do exército americano na Sicília em 10 de Julho de 1943 dá o toque de rebate para o fascismo. Mussolini, rejeitado pelo grande conselho do fascismo, foi preso por ordem do rei Vitor Manuel a 25 de Julho. O

marechal Badoglio substituiu-o à cabeça do governo com a dupla tarefa de liquidar o fascismo e fazer cessar as hostilidades. O Partido Fascista foi dissolvido, a milícia fascista foi incorporada no exército, os emblemas fascistas proibidos. Apesar das garantias dadas aos alemães, a capitulação da Itália foi assinada, a 3 de Setembro de 1943, em Siracusa, pelo general italiano Castellano e pelo general americano Bedell Smith em presença de Eisenhower e Alexander. O acordo, vindo a público a 8 de Setembro depois do desembarque aliado na Calábria, implica o cessar imediato das hostilidades, a retirada da assistência italiana ao exército alemão, a restituição dos prisioneiros aliados, a retirada da frota para o seu desarmamento, a requisição da marinha mercante e a evacuação militar da Córsega.

Os alemães reagiram imediatamente, ocupando os principais postos estratégicos ainda em poder das tropas italianas; estas foram concentradas desarmadas e os soldados foram enviados para a Alemanha como trabalhadores forçados. A 12 de Setembro, os pára-quadistas alemães libertaram Mussolini, prisioneiro dos homens de

Badoglio. A partir de 15 de Setembro, o «duce» anunciou a criação do Partido Fascista Republicano; a 28, instituiu a República Social Italiana na qual tomou as funções de chefe de Estado e cujo centro instalou em Salò, no lago Garda. Reviveu na Itália do norte um neofascismo, cujos partidários, em número de cerca de 250 000, exerceram ferozes represálias sobre os antifascistas que tinham gritado vitória cedo de mais. Em Janeiro de 1944, efectuou-se em Verona o processo dos membros do grande conselho fascista que tinham rejeitado Mussolini. Na Itália do norte, submetida à ocupação alemã e às inevitáveis deportações, instala-se a miséria. Pressionados pelos excessos nazis e fascistas, os operários fizeram greve, nomeadamente em Março de 1944 em Milão e Turim. O «maquis», italiano multiplicava os seus atentados e sabotagens.

A 20 de Setembro, de Bari para onde tinha transportado a sua «capital», o governo Badoglio exorta à luta contra a Alemanha, e a 13 de Outubro, declara guerra ao seu aliado da véspera. A Itália foi reconhecida potência co-beligerante pelos aliados. Mas



VÍTOR MANUEL E MUSSOLINI

«Mussolini, rejeitado pelo grande conselho do fascismo, foi preso por ordem do rei Vítor Manuel a 25 de Julho» (1943)

a resistência das tropas alemãs do marechal Kesserling mostra-se encarniçada. Desenrolaram-se combates extremamente violentos, especialmente na zona do monte Cassino. Por fim, as tropas aliadas entraram em Roma, a 4 de Junho de 1944.

Durante este tempo a situação económica e alimentar da Itália do sul, já de si miserável, agravou-se. Nestas regiões naturalmente pobres e agora assoladas pelos combates, as massas começam a agitar-se. Com o apoio dos aliados, especialmente de Churchill, Badoglio tenta evitar a viragem à esquerda e salvar a monarquia. Mas o rei abdicou a favor do seu filho Humberto, que se torna tenente-general do reino a 5 de Junho de 1944. Os seis partidos antifascistas concordam em colaborar no governo, apesar do seu ódio à monarquia. Entretanto, no meio do descontentamento geral, as crises sucedem-se. O marechal Badoglio teve de ceder o Poder a Bonomi, ex-presidente do Conselho em 1922, agora com 71 anos.

A libertação do território prosseguia através de sangrentos combates. No Norte, milhares de italianos são mortos e fuzilados. Um «comité» de libertação nacional coordena as formações de partidários. Apesar do terror desencadeado pela Wehrmacht, estas formações lutam eficazmente contra

os fascistas e contra os alemães. A 28 de Abril de 1945, os partidários executam em Lecco, Mussolini e a sua amante, Clara Petacci; a 29, o general Vietinghoff assinou, em Caserta, a rendição de um milhar de soldados alemães.

AMEAÇA DE ANARQUIA

«Eis o vento do Norte que trará consigo a renovação, varrendo toda a resistência», proclamou Nenni, chefe do Partido Socialista. É esta a esperança de todos os membros do C. L. N., a maior parte deles operários, cujo espírito de independência, mentalidade «partidária» e opiniões de esquerda assustavam os governantes de Roma. O C. L. N. tomou nas suas mãos a administração local; durante muito tempo vastos territórios e cidades inteiras escapavam à autoridade de Roma. Na Itália do norte, a cessação das hostilidades dá lugar a uma vasta depuração cuja amplitude faz temer às autoridades aliadas uma situação de anarquia. Os comunistas, apesar das declarações contempORIZADORAS do seu chefe Togliatti, exigiam medidas revolucionárias, apoiando-se na miséria das massas deserdadas. O desemprego e o abastecimento insuficiente condenavam a população a viver de expedientes. A economia estava completamente desorganizada pela paralisação dos transportes e pela penúria de matérias-primas. Pode encontrar-se a ilustração deste período negro da história italiana nos filmes neo-realistas de Vittorio de Sica e Rossellini. Os argumentos de «Roma, Cidade Aberta», «Ladrão de Bicicletas», e «Umberto D» baseiam-se muito mais na realidade do que na ficção: a luta dos resistentes, a vida quotidiana num país em agitação, constituem os principais temas deste naturalismo cinematográfico.

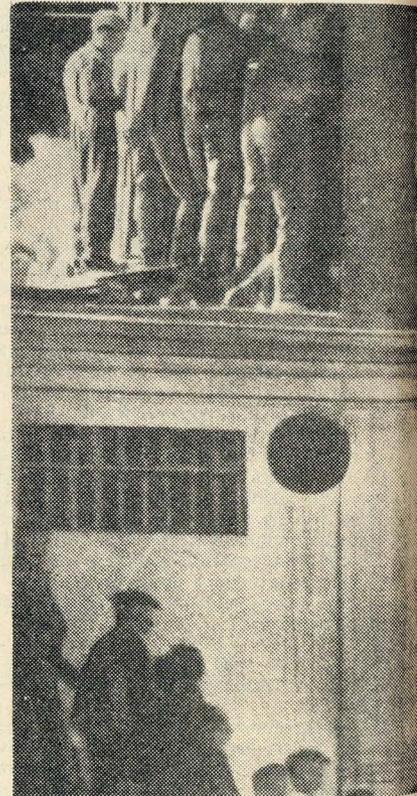
O descontentamento popular era explorado também pela direita no quadro de um movimento fundado por Guglielmo Gianni com o nome de «Uomo qualunque» (homem qualquer). Este grupo, de tendência neofascista, quer unir todos os descontentes: os italianos não têm necessidade de políticos, mas só de técnicos, que lhes assegurem o pão quotidiano. Num país em que as tendências políticas são praticamente desconhecidas da nova geração, e em que os militantes de 1922 tinham envelhecido, o «Uomo qualunque» consegue reunir os sufrágios de uma grande parte da população. Chega a editar um jornal que, facto novo em Itália, atingia uma tiragem de 600 000 exemplares.

O descontentamento manifesta-se também por reivindicações territoriais: a Sicília, a Sardenha, o vale de Aosta e a Veneza Júlia ameaçam cindir-se. A questão do Trieste, por outros motivos, é igualmente preocupante: a Jugoslávia, que ocupava a cidade, reivindica a anexação desse território. Nesta situação explosiva a

fraqueza do governo manifestava-se: a falta de consultas populares e a instabilidade dos partidos são a causa principal dessa fraqueza. Depois da demissão de Bonomi, o tenente-general do reino passa o governo, em Junho, de 1945, a Parri, do Partido da Acção, cuja actividade tinha sido determinante no C. L. N., no Norte. Nenni (socialista), Brosio (liberal), De Gasperi (democrata-cristão), Togliatti (comunista), participam na coligação. Mas, esmagado entre as forças revolucionárias e os partidários da ordem, abandonado pelos liberais que o censuram pela sua inércia, Parri pede a demissão, por sua vez, em 1945, e o chefe da democracia cristã, Alcide de Gasperi, fica na chefia do governo. Continuará até 1953.

QUEDA DA MONARQUIA

Faltava regularizar a questão da forma de Estado, quer dizer, a questão monárquica. Os aliados, pressionados por Churchill, desejavam a manutenção da monarquia, mas os partidos antifascistas, membros do C. L. N., opõem-se a essa solução. Decidiu-se recorrer ao sufrágio popular para decidir a questão. Reúne-se uma assembleia consultiva provisória a 25 de Setembro de 1945. Esta elegeu como presidente o conde Sforza. A 9 de



«Pressionados pelos excessos nazis e fascistas»



UNITED
STATES

12 ANOS DE IDADE ESPECIAL



ESPACO DA FICÇÃO Á REALIDADE

No campo da conquista do espaço, iniciada oficialmente no dia 4 de Outubro de 1957, quando do lançamento, pela U. R. S. S., do Sputnik-1 (uma simples esfera de alumínio pesando cerca de 80 quilos), há vários aspectos a considerar, embora complementares e de modo algum independentes uns dos outros. Assim, temos os voos interplanetários propriamente ditos, cujo objectivo, primeiro, parece ser a conquista da Lua — feito espectacular mas em que certos meios científicos se recusam a ver grandes vantagens — e o lançamento de satélites artificiais da Terra, de utilidade imediata, quer no estudo das condições meteorológicas terrestres quer para estabelecimento de uma rede mundial de telecomunicações.



Entre os satélites meteorológicos, estão incluídos os da Série Tiros, que, fotografando continuamente as altas camadas da atmosfera e transmitindo essas imagens obtidas para as estações de recepção terrestre, facilitam o estudo da evolução do estado do tempo, permitindo, inclusive, como aliás já aconteceu, a previsão de ciclones tropicais, tão frequentes no mar das Caraíbas.

Quanto aos satélites de comunicação, a sua utilidade prática é por demais conhecida dos nossos leitores, e quase não vale a pena sublinhá-la. Quem não se recorda de ter visto na TV as transmissões das primeiras imagens da Lua? Só possível graças aos satélites artificiais. O mesmo em relação às Olimpíadas, que, realizadas no México, puderam ser seguidas em transmissão directa por milhões de telespectadores na Europa.

Mas, voltemos ao princípio. Foi ainda a Rússia que, antes de ter passado um mês sobre a data do lançamento do primeiro Sputnik, deixou o mundo estupefacto (e, na altura, indignado) ao colocar em órbita, com êxito, o primeiro ser vivo «astronauta»: a cadela «Laika», que passou à História, não tanto pelas estátuas que várias sociedades protectoras de animais, no Ocidente, lhe ergueram, mas antes pelo nítido progresso que repre-



sentou esse voo e pelas perspectivas que abriu.

Os americanos reagiram, e, em princípios de 1958, em Fevereiro, lançaram o seu primeiro satélite: Explorer-1, cujas observações levaram à descoberta da cintura de Van Allen.

Mas foram ainda os russos que, em 1959, voltaram a espantar a opinião pública mundial, ao conseguirem vencer a zona de atracção terrestre com o seu Lunik-1. Seguiu-se, cerca de oito meses depois, o Lunik-2 e, com ele, uma segunda vitória, pois constituía o primeiro engenho humano a chegar à Lua, onde se despenhou.

Foram precisos mais dois anos para que os russos (ainda eles) colocassem o primeiro homem no espaço. Foi Gagarine (nome que se tornou famoso) o primeiro a ver a Terra «de fora para dentro». A sua nave, a Vostok-1, lançada em 12 de Abril de 1961, manteve-se em voo orbital durante horas, após o que regressou à Terra.

Nesse mesmo ano, em 5 de Março, os americanos repetiram a proeza, ao colocarem um homem em órbita terrestre. Foi Alain Shepard, a bordo de uma Mercury, a terceira da série deste nome.

Estes os primeiros. Depois deles, os voos tripulados de russos e americanos multiplicaram-se, atingindo os seus momentos mais espectaculares com os Soyuz (4 e 5) russos, que efectuaram a primeira acostagem no espaço, e a Apollo-10, que permitiu a dois homens verem a Lua a 16 quilómetros. Prelúdio de um feito ainda mais espectacular que, apesar de para muitos não trazer nada de novo, será decerto o feito marcante deste nosso século XX. Concretização do sonho maior de gerações e gerações; concretização da genialidade de um dos maiores escritores de ficção científica: Júlio Verne.

Incompreensível parece o facto de, tendo sido a U. R. S. S. a conseguir a primeira alunagem suave — em 31 de Janeiro de 1966 — com a Luna-9, se tenha aparentemente deixado ultrapassar pelos americanos e não tenha batido mais este recorde de serem os primeiros a pisar solo lunar. Incompreensível para uns, simples desinteresse para outros, que vêem a Rússia toda ela virada para mais longe: para Vénus ou Marte, desinteressando-se de uma alunagem de valor científico discutível, e obrigando os astronautas a um risco que não seria compensado, em caso de um provável insucesso, pelo espectacular.

Hipótese que encontraria a sua justificação no êxito obtido pelos 2 últimos engenhos da série Vénus que, após uma viagem de 4 meses, e depois de percorrerem os 390 milhões de quilómetros que separam a Terra de Vénus, pousaram suavemente no solo deste planeta, em 16 e 17 de Junho últimos, respectivamente, transmitindo importantes informações científicas, que vieram confirmar a teoria dos cientistas soviéticos e americanos de ali não existirem condições de vida semelhantes às terrestres.

Mas a conquista do espaço, a investigação e a técnica necessárias à sua concretização são caras. São precisos grandes investimentos, apenas possíveis a certas superpotências, ou porque o seu sistema social o permite ou porque, por questões de prestígio externo, se torna imperioso dar-lhes prioridade.



Por isso as grandes realizações no domínio espacial parecem ser (e são na realidade) exclusivo da U. R. S. S. e dos Estados Unidos da América do Norte. Com efeito apenas estes dois países podem competir, se de competição se trata, na corrida para a Lua ou para outros planetas do sistema solar. Ao alcance de outros países — que não de todos — apenas parece estar o envio para o espaço de pequenos satélites artificiais, e mesmo estes, na sua grande maioria, postos em órbita com foguetões americanos.

As páginas que se seguem foram organizadas para dar uma ideia do que têm sido estes doze anos de feitos espaciais, dos engenhos lançados e dos pioneiros no espaço, e de modo algum pretendem fornecer aos leitores os dados científicos em que se baseia esta conquista.

E para dar essa ideia temos de começar num momento preciso. Simples convenção, pois para começar

mesmo do «princípio» teríamos de recuar muito no tempo, tanto quanto o necessário para chegarmos às primeiras conquistas do homem na sua luta pela sobrevivência. Até à descoberta do fogo, por exemplo, origem de todas as grandes realizações humanas, de que a conquista do espaço é apenas mais uma etapa, escala para novas realizações.

Feito grandioso que nos deixa es-

pantados, a nós homens do século XX, mas que deixará indiferentes os nossos netos, da mesma maneira que a lâmpada eléctrica ou o avião nos deixam indiferentes.

A conquista do espaço, o envio de satélites artificiais ou de cápsulas tripuladas, depende directamente dos foguetões lançadores. Consoante a sua potência de arranque, maior peso dos engenhos e maior precisão de tiro.

MÉTODOS DIFERENTES A MESMA FINALIDADE

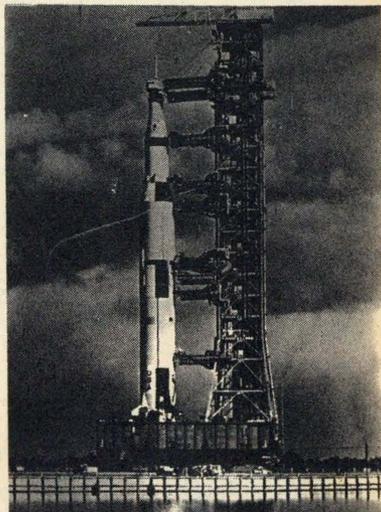
Russos e americanos, na sua caminhada para a conquista da Lua, melhor, para o desembarque de homens no satélite da Terra, com o máximo de segurança, planificaram todo um programa no cumprimento do qual foram lançados diversos tipos de engenhos, tripulados ou não, uns com o objectivo principal de praticar a alunagem suave, outros para estudar o comportamento do homem no espaço.

No primeiro caso, duas coisas eram necessárias: a exploração das vizinhanças da Lua (graças a engenhos que gravitassem à volta do satélite) e o aperfeiçoamento das técnicas de alunagem suave e, ao mesmo tempo, experimentar a consistência do solo lunar. Assim o fizeram russos, com os Luna-10, 11 e 14, e americanos, com os Luna Órbita. Foi ainda com engenhos tipo Luna (5, 6, 7, 8) que a U. R. S. S. efectuou as primeiras alunagens suaves; os americanos utilizaram para o mesmo fim engenhos tipo Surveyor.

Podemos, no entanto, esquematizar esses programas nos gráficos da página seguinte. De salientar que o número de engenhos lançados pela U. R. S. S. é muito menos, embora os resultados tenham sido iguais.

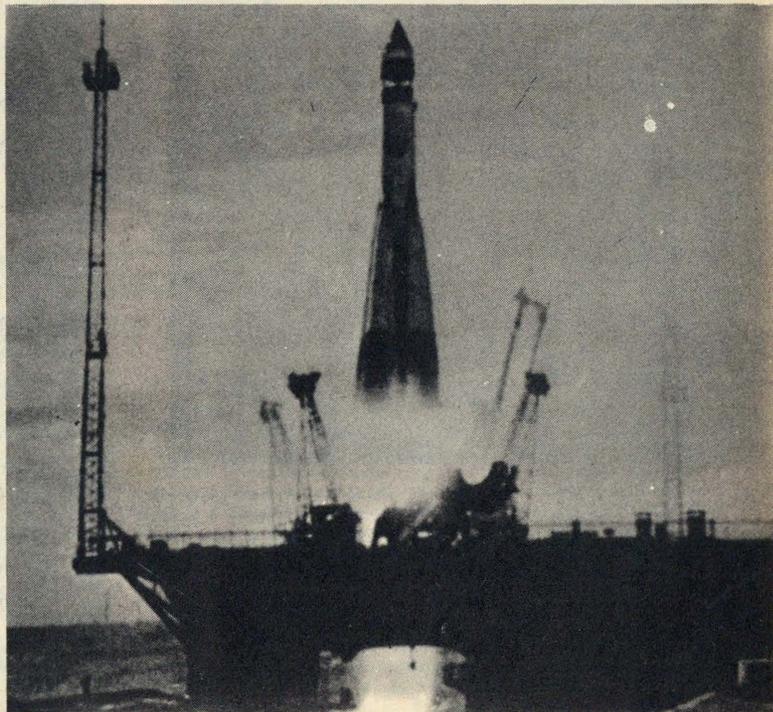


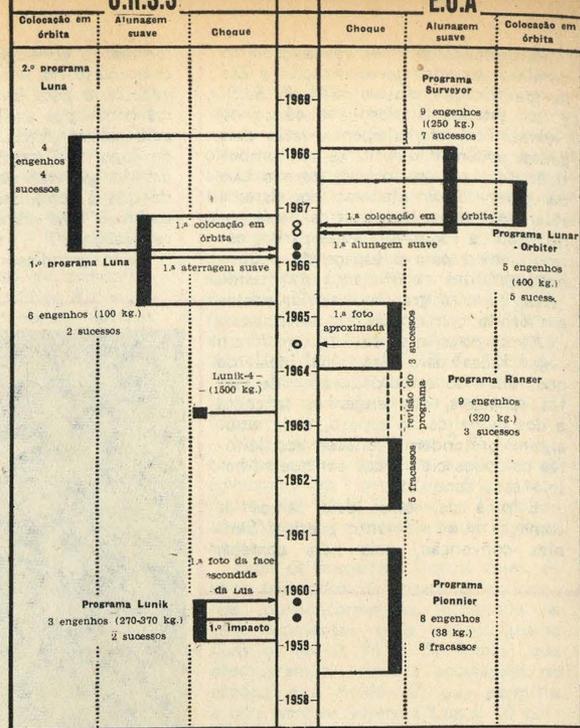
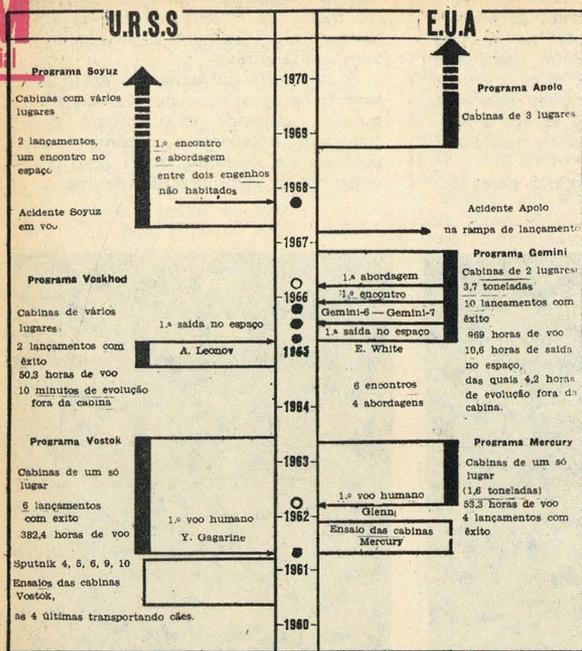
As tentativas europeias para possuírem um foguetão, nem sempre têm tido êxito. Caso da Série Europa, de que apresentamos um modelo



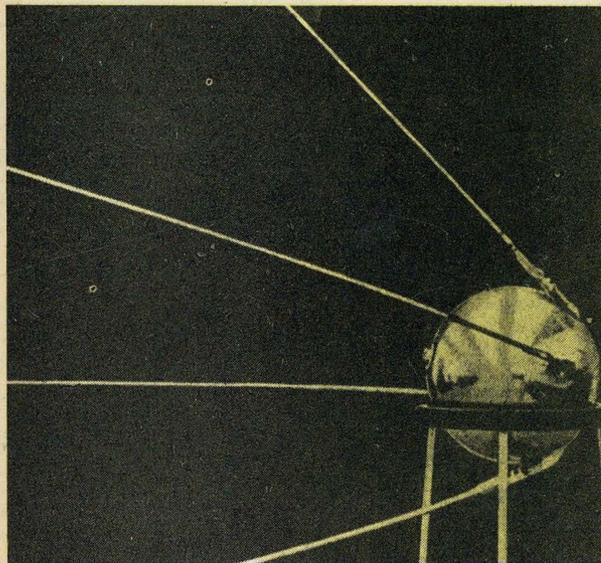
Este é o gigantesco Saturno-5 que tem enviado para o espaço as cápsulas do Programa Apolo

Um dos primeiros foguetões utilizados pela U. R. S. S. para colocar no espaço os seus satélites espaciais



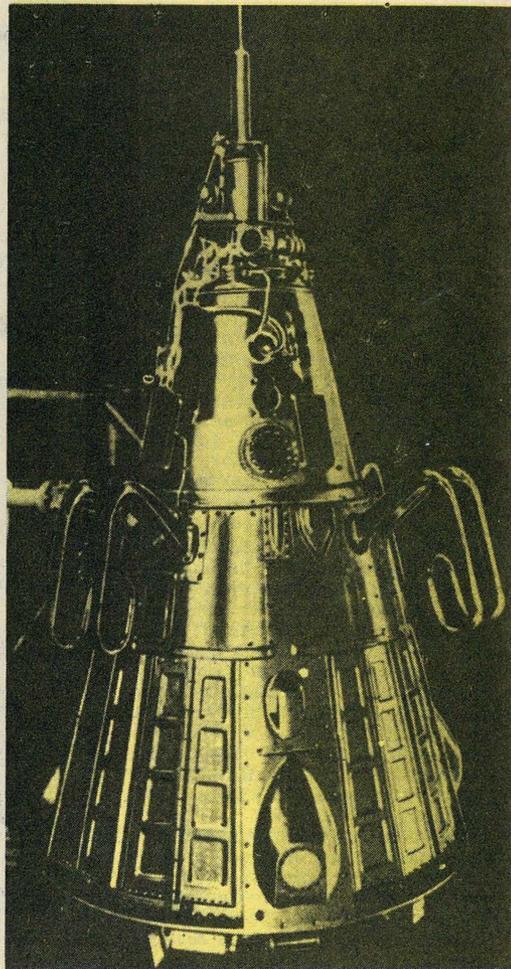


EIS ALGUNS DOS ENGENHOS LANÇADOS PARA O ESPAÇO, AO LONGO DESTES DOZE ANOS. LISTA NÃO EXAUSTIVA, MAS EM QUE SE PRETENDE APRESENTAR UM EXEMPLO DE CADA UMA DAS SÉRIES LANÇADAS. COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, COMEÇAMOS COM A SPUTNIK-1, O PRIMEIRO SATÉLITE ARTIFICIAL DA TERRA, PARA ACABARMOS NA APOLO-11, COM QUE OS AMERICANOS SE PROPUSERAM ENVIAR O PRIMEIRO HOMEM À LUA

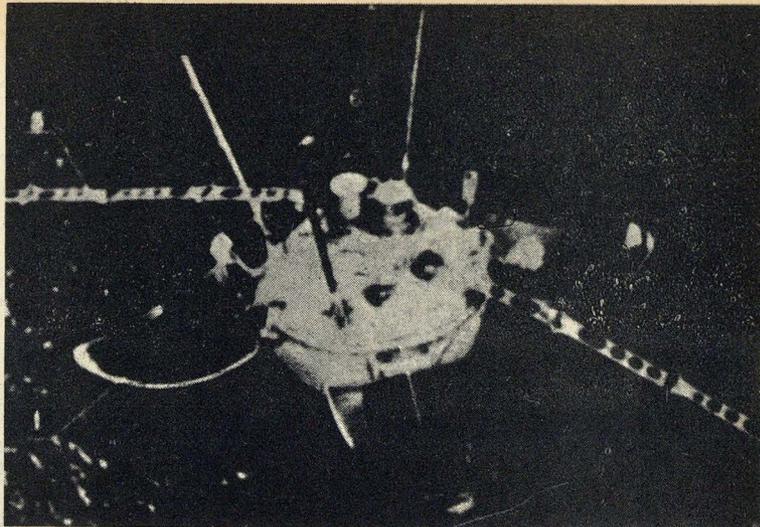
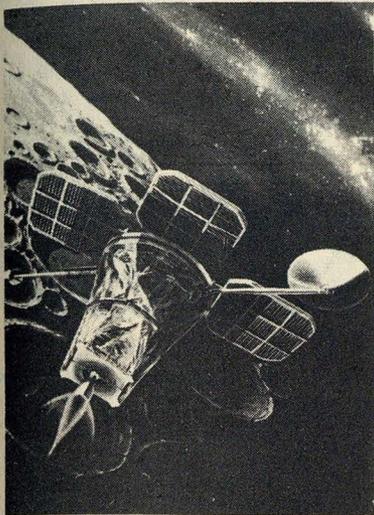


Em 4 de Outubro, a Rússia lançou no espaço o primeiro Sputnik, que abriu uma nova era na vida da Humanidade, dedicada à exploração espacial. Tratava-se de uma esfera simples, com o peso aproximado de 80 quilos. Este satélite transmitiu, durante 21 dias consecutivos, importantes e diversos dados científicos

Em 15 de Maio, os russos fizeram o lançamento do maior e mais pesado satélite desta primeira fase (1350 quilos). O Sputnik-3 permitiu, pelas observações transmitidas, a exacta delimitação das camadas exteriores dos «cinturões de Van Allen», cujos anéis interiores tinham sido já detectados pelo satélite norte-americano Explorer-1

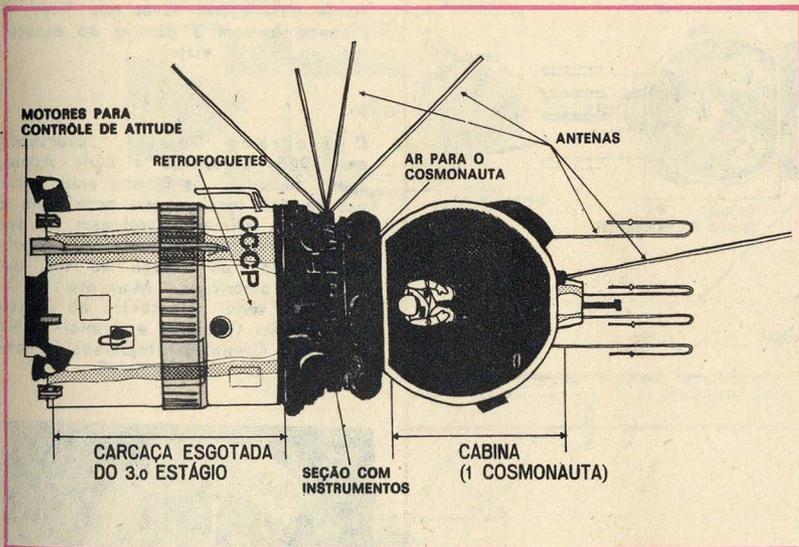


Na sequência do seu Programa Lunik, iniciado em Janeiro de 1959, e com o mesmo objectivo: de conseguir uma alunagem suave, a U. R. S. S. iniciou o seu primeiro Programa Luna, série de seis engenhos, pesando 100 quilos, de que só dois resultaram plenamente, dando mais êxito aos cientistas soviéticos. Na gravura, a Luna-13, a primeira a alunar suavemente



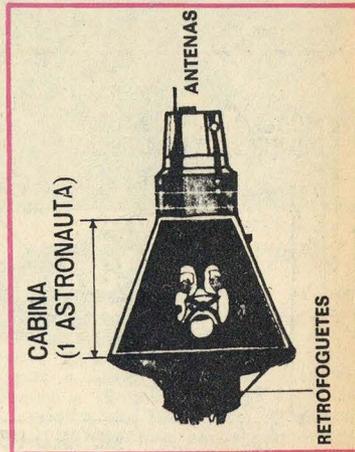
LUNAR ORBITER

Réplica americana ao Programa Luna, que permitiu aos russos a primeira alunagem suave. Foi com um destes engenhos que os americanos conseguiram, igualmente, a sua primeira alunagem suave



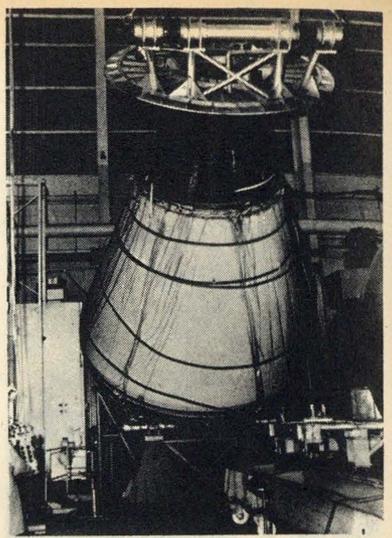
VOSTOK - 1

Foi a bordo desta cápsula Vostok, que se vê na gravura, acoplada ao foguetão lançador, que Gagarine realizou a sua histórica viagem à volta da Terra, transformando-se, assim, no primeiro homem a viajar no espaço. Seria ainda numa sonda deste tipo (cujo peso era de 5 toneladas), que Titov realizaria outra viagem à volta da Terra, esta com a duração de 25 horas e 18 minutos



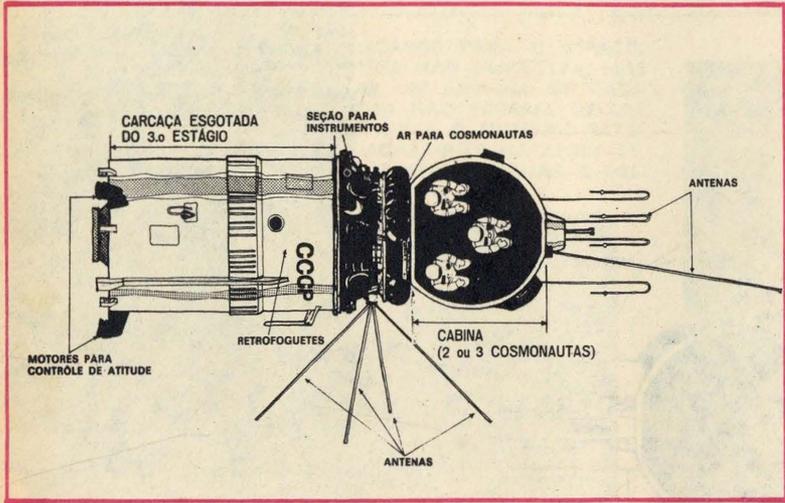
MERCURY

Em 1962, quase um ano depois do histórico voo de Gagarine, os americanos conseguem colocar, pela primeira vez, um homem em órbita terrestre. Foi John Glenn, a bordo de uma cápsula Mercury. Antes dele, outro americano tinha sido lançado no espaço, num voo suborbital: Alan Shepard, também a bordo de uma Mercury. Estas cápsulas pesavam cerca de uma tonelada



OBJECTIVO, VÊNUS

Russos e americanos ultrapassam a Lua lançando os seus engenhos rumo a Vênus. A U. R. S. S. utiliza, para isso, sondas tipo Vênus (na gravura, à esquerda, a Vênus-4, lançada a 12 de Junho de 1967, e que seria a primeira sonda a pousar suavemente no solo venusiano). Os americanos lançaram, com a mesma finalidade, sondas tipo Marine (a gravura, à direita, mostra-nos uma fase da montagem do terminal do foguetão Atlas, utilizado no lançamento dessa sonda)

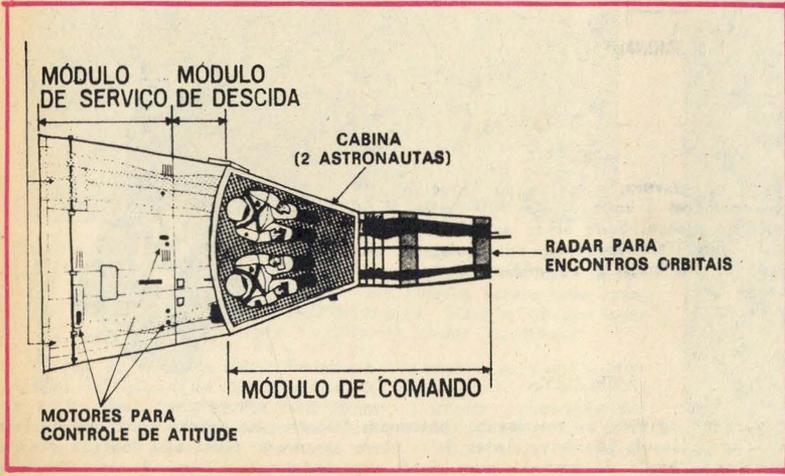


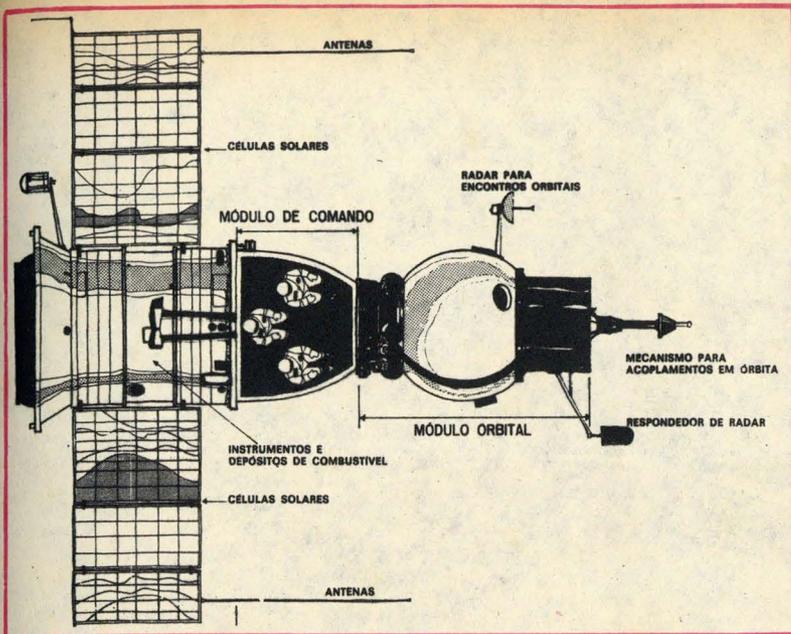
VOSKHOD

Nave tripulada soviética que se seguiu às Vostok. Suas principais características: peso total, 6,5 toneladas; tempo máximo de órbita: dois dias. Foi a bordo de uma destas naves que Titov, o primeiro homem a passear no espaço, viajou

GEMINI

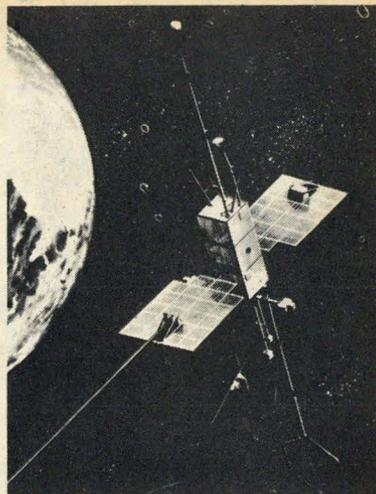
O Programa Gemini, inaugurado em 1965, antecedeu a Série Apolo, agora no auge. As Gemini eram cabinas de dois lugares, que permitiram à América a primeira acostagem no espaço, com engenhos tripulados, e a primeira saída no espaço de um astronauta americano. Momento máximo desta série: o encontro no espaço das cápsulas Gemini-6 e Gemini-7. Na gravura, a Gemini-6 fotografada de bordo da Gemini-7





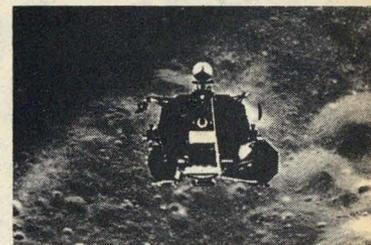
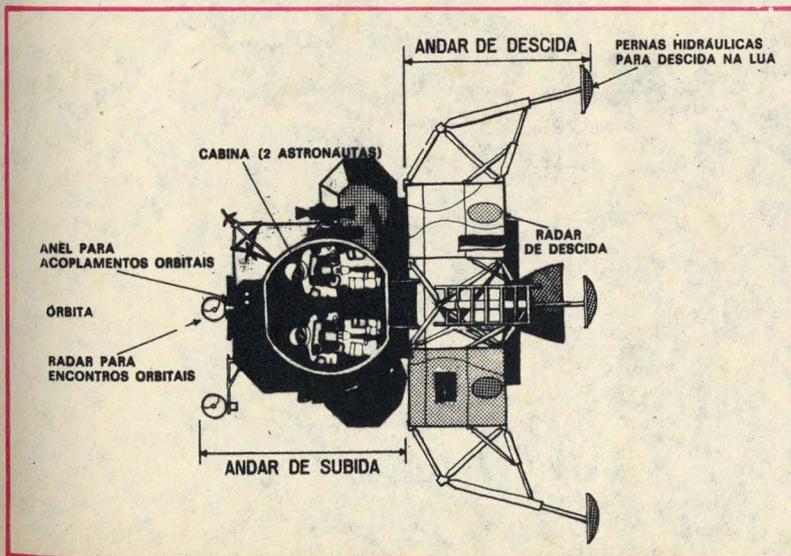
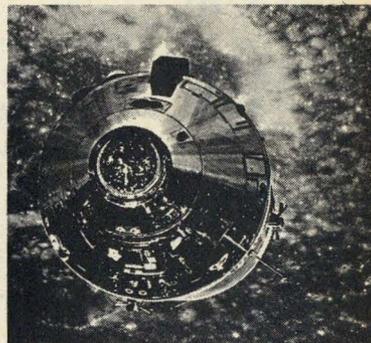
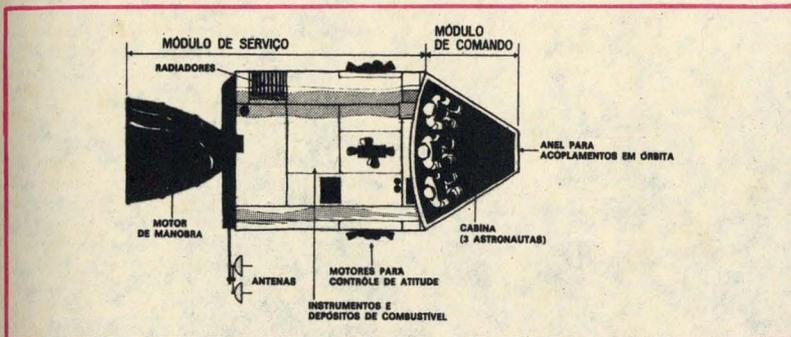
SOYUZ-3

Esquema da cápsula Soyuz-3, a bordo da qual viajou o coronel Beregovoi. Este engenho recolheu no espaço outra cápsula do seu tipo, a Soyuz-2, trazendo-a para Terra



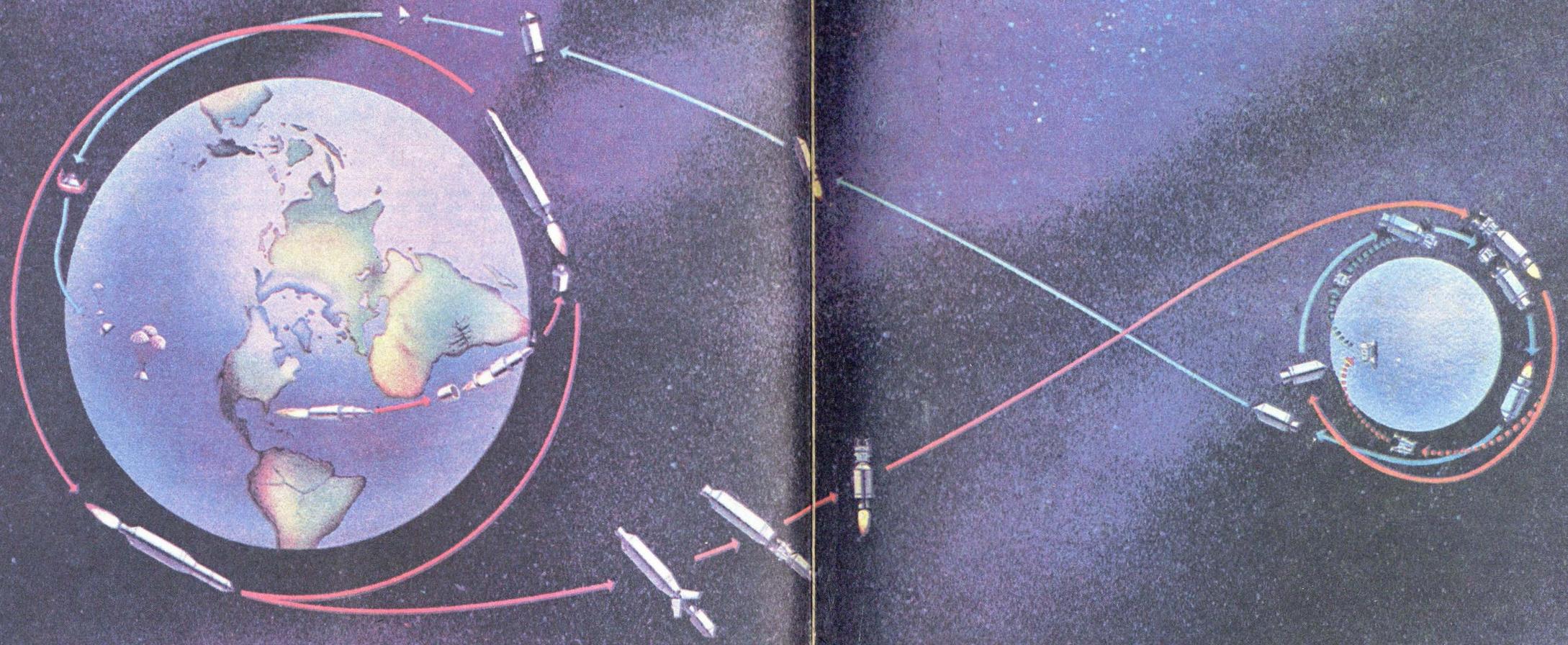
SURVEYOR

Engenho espacial utilizado pelos americanos para estudo do local de alunagem a ser utilizado pelos próximos astronautas. Dos nove engenhos lançados, sete cumpriram a sua missão. Estas cápsulas sucederam aos Lunar Orbiter, primeira sonda americana a efectuar uma alunagem suave



APOLLO-10 E MÓDULO LUNAR

Última etapa antes da descida na Lua. Esta nave, levando acoplado o módulo lunar (em baixo), entrou em órbita lunar. Aí, o módulo, com dois astronautas a bordo, separou-se e aproximou-se a 15 quilómetros da superfície do satélite da Terra, que fotografou. O módulo regressou, em seguida, à nave mãe, iniciando-se a viagem de regresso à Terra e abrindo o caminho para a grande aventura da Apollo-11, agora realizada



UM ASTRONAUTA EXIGE UM TREINO ESPECIAL, NÃO APENAS FÍSICO MAS (E PRINCIPALMENTE) PSICOLÓGICO, QUE LHE PERMITA RESISTIR A CONDIÇÕES DE VIDA TOTALMENTE DIFERENTES DAS NORMAIS. TREINO

O homem foi antecedido nesta aventura por outros seres vivos, cobaias indispensáveis ao estudo da resistência dos organismos quando sujeitos às condições de imponderabilidade e às radiações existentes no espaço extraterrestre.

Estes foram os primeiros heróis. Destacam-se, como primeiros, a cadela astronauta Laika, passageira do Sputnik-2, lançado pela U. R. S. S. em 1961, e o macaco Able, utilizado pelos americanos.



Laika
Sputnik 2, 3 de Novembro de 1957



Belka
Spaceship 2, 19 de Agosto de 1960



Strelka
Spaceship 2, 19 de Agosto de 1960



Enos
Mercury 2, 29 de Novembro de 1961



John Glenn
Friendship 7, 20 de Fevereiro de 1962



Scott Carpenter
Aurora 7, 24 de Maio de 1962



Adrian Nikolaiev
Vostok 3, 12 de Agosto de 1962



Valentina Terechkova
Vostok 6, 16 de Junho de 1963



Vladimir Komarov
Voskhod 1, 12 de Outubro de 1964



Boris Yegorov
Voskhod 1, 12 de Outubro de 1964



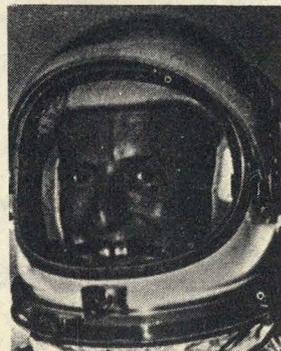
Konstantin Fecklistov
Voskhod 1, 12 de Outubro de 1964



James McDivitt
Gemini 4, 3 de Junho de 1965



Edward White
Gemini 4, 3 de Junho de 1965



Charles Conrad
Gemini 5, 21 de Agosto de 1965



James Lovell
Gemini 7, 4 de Dezembro de 1965

DURO A QUE APENAS ALGUNS RESISTEM. POR ISSO POUCOS SÃO AINDA OS QUE VIAJARAM NO ESPAÇO. ENTRE ELES APENAS UMA MULHER: A RUSSA VALENTINA TERECHKOVA.



Chernushka
Spaceship 4, 9 de Março de 1961



Zvezdochka
Spaceship 5, 25 de Março de 1961



Yuri Gagarin
Vostok 1, 12 de Abril de 1961



Herman Titov
Vostok 2, 6 de Agosto de 1961



Pavel Popovich
Vostok 4, 12 de Agosto de 1962



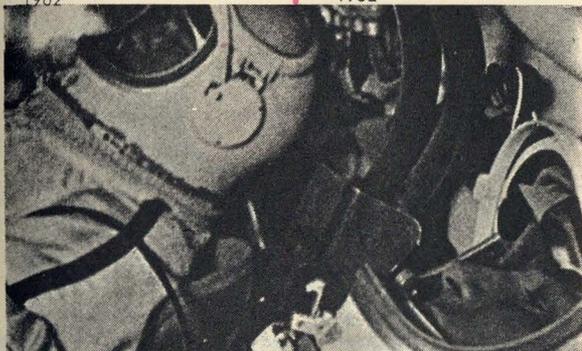
Walter Schirra
Sigma 7, 3 de Outubro de 1962



Gordon Cooper
Faith 7, 15 de Maio de 1963



Valery Bykovsky
Vostok 5, 14 de Junho de 1963



Pavel Belyayev e Alexei Leonov
Voskhodov 2, 18 de Março de 1965



Virgil Grisson e John Young Gemini 3, 23 de Março de 1965



Frank Borman
Gemini 7, 4 de Dezembro de 1965



Thomas Stafford
Gemini 6, 15 de Dezembro de 1965



Veterok Ugolyok
Cosmos 110, 22 de Fevereiro de 1966



Neil Armstrong
Gemini 8, 16 de Março de 1966



David Scott
Gemini 8, 16 de Março de 1966



Eugene Cernan
Gemini 9, 3 de Junho de 1966



Michael Collins
Gemini 10, 18 de Julho de 1966



Richard Gordon
Gemini 11, 12 de Setembro de 1966



Edwin Aldrin
Gemini 12, 11 de Novembro de 1966



Tartugas
Zond 5, 15 de Setembro de 1968



Donn Eisele
Apolo 7, 11 de Outubro de 1968



Walter Cunningham
Apolo 7, 11 de Outubro de 1968



Georgy Bergovoi
Soyuz 3, 26 de Outubro de 1968



William Anders
Apolo 8, 21 de Dezembro de 1968



Vladimir Shatalov
Soyuz 4, 14 de Janeiro de 1969



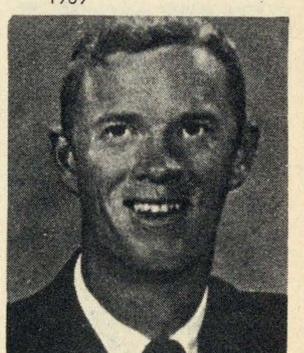
Boris Volynov
Soyuz 5, 15 de Janeiro de 1969



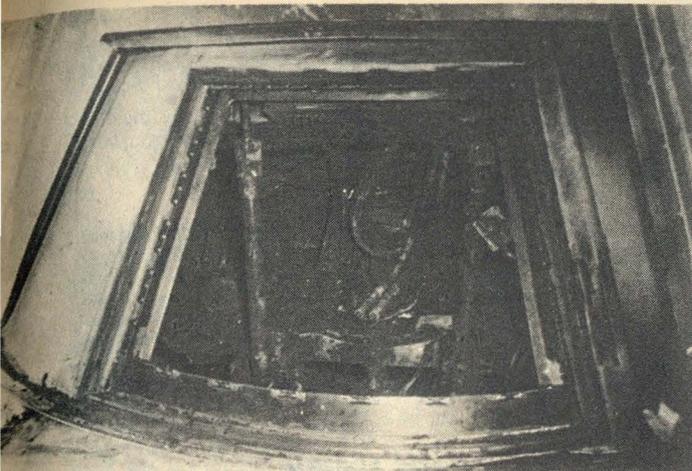
Yevgeny Khrunov
Soyuz 5, 15 de Janeiro de 1969



Alexi Yeliseyev
Soyuz 5, 15 de Janeiro de 1969



Russel Schwerckar
Apolo 9, 3 de Março de 1969



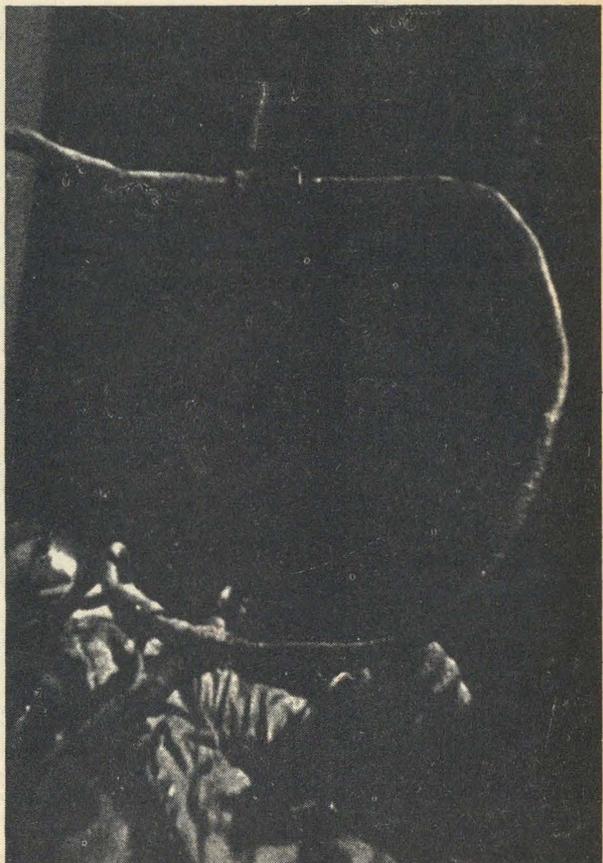
A conquista do espaço tem os seus perigos, os seus mártires, portanto. Foram quatro os astronautas que morreram em serviço, mas nenhum no espaço exterior. Três americanos (Edward Withe, Virgil Grisson e Etroger Chaffee) durante um ensaio com uma cápsula Apollo, que se incendiou na rampa de lançamento; um russo, o coronel Komarov, que se esmagou no solo, dentro da sua cápsula, devido ao pára-quadras auxiliar de descida não se ter aberto



OS PRIMEIROS HOMENS A PASSEAR NO ESPAÇO

Leonov, o primeiro homem a passear no espaço, é fotografado pelo seu companheiro, Beliaev, que se manteve aos comandos da Voskhod-2

O astronauta Edward White é fotografado pelo seu companheiro Divitt, que se manteve aos comandos da Gemini-4. A gravura mostra-nos White a evolucionar no espaço. Ao fundo, a Terra



4 DE OUTUBRO

Foi lançado pela Rússia a SPUTNIK-1, uma esfera simples, de alumínio, pesando cerca de 80 quilos. O SPUTNIK-1 que transmitiu durante 21 dias consecutivos dados científicos diversos, e «caiu» após três meses de orbitação, constituiu o primeiro satélite artificial da Terra.

3 DE NOVEMBRO

Realização da primeira experiência de biomedicina no espaço. A nave SPUTNIK-2, com 500 quilos de peso, transportou a cadela «Laika», tendo as experiências durado os sete dias que o animal se manteve com vida. O SPUTNIK-2 realizou, ainda, importantes observações científicas relacionadas com os efeitos das radiações solares nas características físicas da atmosfera terrestre.

1958

31 DE JANEIRO

Lançamento do primeiro satélite norte-americano, o EXPLORER-1. Este pequeno satélite (14 quilos) manteve-se transmitindo leituras das radiações cósmicas durante 112 dias, e as suas observações levaram à descoberta de camadas de radiações de características especiais, depois designadas por «cinturões de Van Allen», em homenagem ao cientista que concebeu e preparou os instrumentos que equipavam o satélite.

17 DE MARÇO

Lançamento pelos norte-americanos da pequena esfera de quilo e meio, a VANGUARD-1, missão que levou os cientistas a estabelecerem o conceito de «Terra em forma de pera».

15 DE MAIO

Lançamento pelos russos do maior e mais pesado satélite desta primeira geração (1350 quilos). O SPUTNIK-3 permitiu, pelas observações transmitidas, a exacta delimitação das camadas exteriores dos «cinturões de Van Allen», cujos anéis interiores tinham já sido detectados pelo satélite norte-americano EXPLORER-1.

18 DE DEZEMBRO

Lançamento do satélite norte-americano SCORE, através do qual foram experimentadas, pela primeira vez, comunicações via satélite. O satélite funcionou durante 13 dias, retransmitindo mensagens rádio situadas nos Estados do Arizona, Texas e Geórgia.

1959

7 DE AGOSTO

Lançamento pelos norte-americanos

do primeiro satélite utilizando energia solar captada por painéis exteriores. O EXPLORER-6 transmitiu a primeira telefoto da Terra tirada do espaço.

12 DE SETEMBRO

Depois de uma primeira tentativa mal sucedida, os russos realizaram outro feito extraordinário, e colecionaram mais um recorde. A sonda LUNIK-2 pesando 370 quilos, chocou contra a superfície da Lua, depois de uma viagem Terra-Lua de 33 horas e meia. Durante a travessia cósmica, a LUNIK-2 realizou importantes observações das características de regiões do espaço até então nunca penetradas.

4 DE OUTUBRO

Comemorando o segundo aniversário do lançamento do SPUTNIK-1, os russos efectuaram o lançamento do LUNIK-3, obtendo as primeiras fotos da face escondida da Lua.

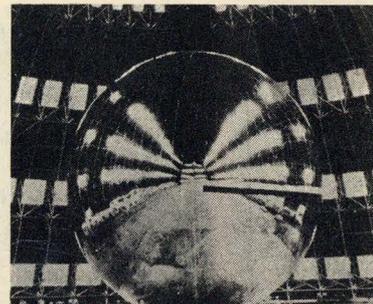
1960

1 DE ABRIL

Os norte-americanos lançam o primeiro satélite meteorológico, o TIROS-1, dando assim início a uma das séries de satélites mais bem sucedidas (falhas zero).

12 DE AGOSTO

Os norte-americanos lançam o ECHO-1, um balão de 33 metros de



diâmetro aberto e enchido em órbita, e destinado a servir de reflector passivo de comunicações rádio.

19 DE AGOSTO

A bordo do SPUTNIK-5, de 5 toneladas, os russos lançam os cães «Belka» e «Strelka» para o espaço e, depois de descreverem 17 órbitas, os animais e a nave foram recuperados em boas condições.

1961

12 DE FEVEREIRO

A Rússia lança a sua primeira sonda para Vénus, a VÉNUS-1, complicado laboratório científico pesando 643 quilos. Apesar de ter falhado o alvo perdendo-se no espaço foi considerado um êxito sob o ponto de vista técnico. Deixou de transmitir a 7,5 milhões de quilómetros da Terra.

12 DE ABRIL

A nave esférica VOSTOK-1, com quase 5 toneladas, realizou o histórico feito tripulado pelo astronauta russo Yuri Gagarin, num voo que durou 1 hora e 42 minutos. Após ter descrito uma órbita completa, a VOSTOK-1 desceu e pousou sem incidentes a cerca de 650 quilómetros para sudoeste de Moscovo.

5 DE MAIO

A terceira cápsula do projecto MERCURY (baptizada FREEDOM-7) foi lançada para uma trajectória balística, levando a bordo o astronauta norte-americano Alan Shepard, constituindo a primeira de uma longa série de missões espaciais tripuladas, utilizando as pequenas naves MERCURY, de pouco mais que 1 tonelada de peso.

6 DE AGOSTO

O astronauta russo Gherman Titov, tripulando a nave VOSTOK-2, descreveu 17 órbitas em volta da Terra, num voo com a duração de 25 horas e 18 minutos. O astronauta após a reentrada na atmosfera, ejectou-se a 7000 metros de altitude e desceu de pára-quedas sem novidade.

1962

20 DE FEVEREIRO

O primeiro voo orbital dos E. U. A. foi realizado por John GLENN, tripulando a MERCURY-6 (baptizada FRIENDSHIP-2). A nave lançada por um foguetão ATLAS descreveu três órbitas em 4 horas e 54 minutos e desceu sem novidade no Atlântico Sul.

11/12 DE AGOSTO

Os russos tentam o primeiro voo «de grupo» no espaço, com as naves VOSTOK-3 e VOSTOK-4 tripuladas respectivamente por Andrian Nikolayev e Pavel Popovich. A VOSTOK-4 lançada no dia seguinte ao da VOSTOK-3, entrou em órbita, sem correções, à distância de 6 quilómetros da outra nave. Nikolayev descreveu 64 órbitas e Popovich 48 órbitas, e ambos desceram de pára-quedas.

26 DE AGOSTO

Os E. U. A. iniciam a exploração interplanetária com o lançamento da MARINER-2. O satélite passou relativamente perto do planeta Vénus a 14 de Dezembro, tendo assinalado temperaturas na superfície deste planeta da ordem dos 350 graus.

31 DE OUTUBRO

Os russos lançam o primeiro satélite-sonda do planeta Marte, o MARS-1. O satélite foi inicialmente colocado em órbita terrestre e daqui lançado para a trajectória interplanetária em direcção a Marte.

1963

15 DE MAIO

Com o sexto lançamento tripulado do projecto MERCURY, foi encerrada a primeira fase do programa norte-americano para colocar astronautas na Lua. A MERCURY-9, baptizada «Faith-7» completou 22 órbitas em volta da Terra, tripulada por Gordon Cooper.

14 E 16 JUNHO

Os russos ensaiam segundo «voo de grupo» no espaço e aos comandos de uma das naves vai a primeira e única mulher que até agora viajou pelo espaço — Valentina Tereshkova. A outra nave, pilotada por Velery Bikovsky, efectuou experiências no campo da biomedicina e completou 81 órbitas. Valentina completou 48 órbitas e, em cada uma, aproximou-se da outra nave até distâncias da ordem dos 5 quilómetros. Bikovsky tripulou a nave VOSTOK-5 e Valentina a VOSTOK-6, e ambos desceram em pára-queadas.

26 DE JULHO

Os norte-americanos lançam para um ponto do espaço na vertical do Brasil, o primeiro satélite de órbita sincronizada com o movimento de rotação da Terra, o SYNCOM-2 (satélite de comunicações). O SYNCOM-2 foi posteriormente desviado para a área do Oceano Índico, com o fim de servir as comunicações militares entre o Pentágono, em Washington, e os comandos militares no Vietname.

16 DE OUTUBRO

Os norte-americanos lançam o primeiro par de satélites destinados a detectar e identificar explosões nucleares no espaço, os VELA-1 e VELA-2.

26 DE NOVEMBRO

Os E. U. A. lançam a primeira versão destinada a servir de «plataforma espacial de observação», o EXPLORER-18, do projecto EXPLORER, de satélites de investigação científica do espaço. Este satélite permitiu obter, pela primeira vez, dados precisos acerca do campo magnético terrestre e das forças e influências a que está sujeito, nomeadamente a influência dos ventos solares.

1964

28 DE JULHO

Depois de seis lançamentos sem êxito, os norte-americanos conseguem fotografar a Lua pela primeira vez a curtas distâncias da respectiva superfície, por intermédio do RANGER-7. Esta sonda lunar tirou 4316 fotografias da área onde viria a despenhar-se, no lado visível da Lua.

12 DE OUTUBRO

A Rússia realiza mais um feito espectacular, ao lançar a nave VOSKHOD-1, com três tripulantes sob o

comando do astronauta Vladimir Komarov. A nave aterrou com os tripulantes por meio da utilização combinada de pára-queadas e motores foguete de travagem. Completou 16 órbitas em 24 horas e 12 minutos de voo.

28 DE NOVEMBRO

Os E. U. A. obtêm as primeiras fotografias do planeta MARTE por intermédio do satélite-sonda interplanetária MARINER-4. O satélite passou pelas proximidades de MARTE em 14 de Julho do ano seguinte.

1965

18 DE MARÇO

Alexei Leonov realizou a primeira saída para o espaço, deslocando-se durante 10 minutos no exterior da nave VOSKHOD-2, pilotada por Pavel Beliyev.

23 DE MARÇO

Os E. U. A. iniciam a série de voos espaciais tripulados do projecto GEMINI (dois tripulantes). A nave GEMINI-3, levando a bordo os astronautas Virgil Grissom e John Young, foi lançada nesta data, e desceu sem novidade no Atlântico, depois de descrever três órbitas em volta da Terra.

6 DE ABRIL

Colocação em órbita do primeiro satélite de comunicação comercial, utilizando o sistema de órbita sincronizada (estacionando, em relação a um determinado ponto da superfície da Terra — neste caso sobre o Equador, a meio do Oceano Atlântico). O satélite, propriedade da organização internacional INTELSAT é designado por ELARY BIRD (ave da madrugada).



23 DE ABRIL

Os russos iniciam o seu programa de satélites de comunicações, os MOLNIYA.

3 DE JUNHO

Num voo com a duração de 4 dias, o astronauta norte-americano Ed White, tripulando a nave GEMINI-4, realiza o primeiro «passeio» no espaço dos E. U. A. Ed White manteve-se fora da GEMINI-4 durante 21 minutos. O comandante de bordo foi o astronauta James McDivitt.

12 DE NOVEMBRO

Lançada pela U. R. S. S. a VÉNUS-2, também ela erra o alvo, passando a 24 mil quilómetros do planeta. Pesava 963 quilos.

16 DE NOVEMBRO

Lançamento da VÉNUS-3. Pesando 960 quilos, a sonda estava munida de um pequeno laboratório que se separou automaticamente indo no entanto esmagar-se de encontro ao solo veneziano.

26 DE NOVEMBRO

Com o lançamento do satélite A-1, a França coloca-se como terceira potência espacial. Este primeiro satélite francês, de natureza experimental, foi lançado por um foguetão DIAMANT, também de fabrico francês.

15 DE DEZEMBRO

A nave GEMINI-6, lançada nesta data pelos E. U. A., e tripulada por Walter Schirra e Thomas Stafford, realizou o primeiro «encontro» no espaço com a nave GEMINI-7 (lançada anteriormente em 4 de Dezembro) chegando as duas naves a estar à distância de 30 centímetros uma da outra.

1966

31 DE JANEIRO

Primeira aterragem automática de um satélite, no solo lunar. O satélite, o LUNA-9, aterrou no «mar» PORCE-LARUM e transmitiu fotografias durante três dias.

3 DE FEVEREIRO

É lançado pelos E. U. A. o primeiro satélite operacional de observações meteorológicas — o ESSA-1, derivado dos satélites experimentais meteo-TIROS.

30 DE MAIO

Os E. U. A. fazem aterrizar automaticamente na Lua o SURVEYOR-1, o primeiro satélite do projecto do mesmo nome. O satélite aterrou no mesmo «mar» onde já se encontrava o satélite russo LUNA-9.

18 DE JULHO

Depois de duas tentativas falhadas, os norte-americanos John Young e Michael Collins, tripulando a nave GEMINI-10, efectuam a primeira manobra de atracação no espaço, utilizando como alvo um foguetão AGENA («apagado»).

11 DE NOVEMBRO

Lançada com êxito a GEMINI-2 com que os americanos encerram este programa.

1967—Até Outubro

23 DE ABRIL

Depois de cerca de dois anos sem a realização de voos tripulados, a Rússia envia o astronauta veterano Vladimir Komarov para órbita, tripulando uma nova nave, a SOYUZ-1. Depois de 18 órbitas e já na fase final da aterragem, os pára-quadras de travagem não funcionaram e a nave despenhou-se de encontro ao solo, matando o coronel Komarov.

5 DE MAIO

A Inglaterra realiza o lançamento do primeiro satélite de fabrico britânico, utilizando, no entanto, para o seu lançamento, um foguetão SCOUT, de fabrico norte-americano. O satélite, um ARIEL-3, da série do mesmo nome, destina-se a investigações científicas no âmbito da ionosfera e nas camadas atmosféricas logo abaixo desta região.

12 DE JUNHO

O VÊNUS-4, lançado nesta data pela U. R. S. S., atingiu Vénus a 18 de Outubro seguinte, e transmitiu dados das características atmosféricas deste planeta, nosso vizinho mais próximo, no sistema solar.

1968

7 DE JANEIRO

Os americanos lançam, de Cap Kennedy, a última sonda do seu programa SURVEYOR, que poisa suavemente no solar lunar.

17 DE MAIO

Colocado em órbita, por intermédio dos americanos, o primeiro satélite eu-

ropeu, o ESRO-2. O lançamento verificou-se na base de Vandenberg.

SETEMBRO

A sonda soviética ZOND-5 dá a primeira volta à Lua e regressa à Terra.

11 DE OUTUBRO

A APOLO-7, transportando 3 astronautas, é lançada de Cap Kennedy. Após um voo de 260 horas é recuperada no meio do Oceano Atlântico.

25 DE OUTUBRO

Lançamento pelos russos do engenho espacial SOYUZ-3 não habitado, que, no dia seguinte, será recolhido no espaço pelo cápsula SOYUZ-3, a bordo da qual seguia um cosmonauta: o coronel Beregovoi.

11 DE NOVEMBRO

A U. R. S. S. lança em direcção à Lua um engenho não habitado, a ZOND-6, que, após contornar o nosso satélite, regressará à Terra, em 26. Com este engenho os cientistas russos experimentaram, com sucesso, um novo método de reentrada na atmosfera terrestre.

5 DE DEZEMBRO

Novo satélite terrestre de fabrico europeu, o HEOS, é lançado da base americana de Cap Kennedy.

21 DE DEZEMBRO

Início do primeiro voo circunlunar do homem. A Apollo-8 transportando três astronautas, Borman, Lovell e Anders, é lançada de Cap Kennedy. Após ter completado 10 órbitas em torno da Lua, regressa à Terra descendo no Pacífico, 147 horas após a sua partida.

1969

14 DE JANEIRO

A U. R. S. S. anuncia o lançamento e a colocação em órbita do SOYUZ-4, a bordo do qual seguia o cosmonauta Vladimir Chatalov.

15 DE JANEIRO

Novo engenho soviético em órbita. Trata-se o SOYUZ-5. A bordo seguem três cosmonautas: tenentes-coronéis Khrounov e Eliseu e engenheiro Volynov.

Os dois satélites encontram-se no espaço realizando uma experiência espetacular que se traduz pela construção da primeira estação espacial e transferência de parte da equipagem de uma para outra nave.

7 DE MARÇO

Lançamento da APOLO-9 — ocupantes: McDiwitt, Schweickart e Scott. Após a sua entrada em órbita lunar o módulo, que seguia acopolado, separa-se da cápsula e evoluciona independentemente, tripulado por McDiwitt e Schweickart. Ao comando da nave mantém-se Scott.

16 DE MAIO

A VÊNUS-5, lançada 5 de Janeiro, penetra na atmosfera de Vénus demorando 53 minutos a chegar à sua superfície numa descida suave amortecida por um pára-quadras.

Esta foi a terceira nave soviética a atingir aquele planeta. A primeira a Vénus-4, que, em Outubro de 1967, poissou suavemente naquele planeta transmitindo para a terra durante 90 minutos.

17 DE MAIO

Nova sonda soviética, a Vénus-6, poisa suavemente no solo venuziano, a 300 quilómetros da sonda que a precedeu.

Durante 4 meses percorreu os 350 milhões de quilómetros que separam a Terra de Vénus.

As informações recolhidas confirmam a teoria dos cientistas soviéticos e americanos que afirmam não haver em Vénus condições de vida semelhantes as terrestres.

18 DE MAIO

Lançamento da APOLO-10 para um voo tripulado à volta da Lua, treino final para a projectada viagem do homem à Lua, agora concretizada com a Apollo-11. A tripulação é constituída pelo cornel Thomas Stafford e pelos comandantes John Young e Eugene Cernan.

No dia 22, o módulo lunar separa-se da Apollo-10 e, levando a bordo Stafford e Cernan, aproxima-se a apenas 15 quilómetros da superfície lunar^a.

Esta missão tinha por finalidade escolher um possível local de alunagem para a Apollo-11.

A 23 o módulo liga-se de novo à nave-mãe iniciando-se a viagem de regresso à Terra.

13 DE JULHO

A U. R. S. S. anuncia o lançamento da nave espacial, não tripulada, Luna-15. Explicação do lançamento: exploração da Lua e do espaço circunvizinho.

16 DE JULHO

De Cape Kennedy é lançada a cápsula Apollo-11. Objectivo: a primeira viagem de um homem à Lua. A bordo seguem três astronautas: Armstrong, Aldrin e Collins.

Maio de 1964, Vítor Manuel abdica a favor de seu filho Humberto II. A 2 de Junho, o referendo decidia entre a monarquia e a República e designava os membros da Assembleia Constituinte. A República triunfa escassamente com 12 672 765 votos contra 10 683 905 e mais de 1 000 000 de boletins nulos. No Norte, a maioria republicana é mais nitida, e atinge por vezes 77 por cento dos sufrágios. No Sul, pelo contrário, encontra-se a mesma proporção a favor da monarquia (na região de Nápoles). Humberto aceita a vontade popular e abandona o Poder a 13 de Junho de 1946.

As eleições para a Assembleia Constituinte deram um avanço nítido à democracia cristã, que obteve 32,3 por cento dos votos. De Gasperi conserva o Poder. De Nicola foi eleito para a presidência da República, enquanto Saragat (socialista) assegura a presidência da Assembleia Constituinte. Esta reuniu-se pela primeira vez a 25 Junho de 1946.

A RECUPERAÇÃO (1946-1953)

Ante o êxito obtido pelo «Uomo qualunque», a Assembleia Constituinte preocupa-se mais em assegurar as coisas do que em inovar. A Constituição de 1948, elaborada entre Março e Dezembro de 1947, entra em vigor

a 1 de Janeiro e estabelece um tipo de regime parlamentar clássico, fundamentado sobre o princípio da separação dos poderes. O presidente da República é eleito por 7 anos pelo Parlamento. Este compõe-se de 2 câmaras: a Câmara dos Deputados, eleita por 5 anos, por sufrágio universal directo, à razão de um deputado por 80 000 habitantes, e o Senado, eleito por 6 anos (5 a partir de 1953) pelos eleitores de mais de 25 anos, à razão de um senador por 200 000 habitantes. O presidente da República nomeia o presidente do Conselho que, depois de formado o seu gabinete ministerial, tem de obter a confiança do Parlamento. Gasperi assume a presidência do Conselho, enquanto o economista piemontês Luigi Einaudi é eleito para a presidência da República, cargo que virá a ocupar de 1948 a 1955.

Ao contrário do sistema francês centralizado, a Constituição italiana prevê a descentralização administrativa e o desenvolvimento da autonomia regional. Em cada uma das dezanove regiões instituídas, um conselho regional eleito dispõe de largas prerrogativas administrativas. Cinco dessas regiões, em que se tinha posto o problema da secessão, Sicília, Sardenha, vale de Aosta, Trentino-Alto Adige e Veneça Júlia recebem um verdadeiro esta-



BENITO MUSSOLINI

«A partir de 15 de Setembro (1943), o «duce» anunciou a criação do Partido Fascista Republicano»

tuto de autonomia pelas leis constitucionais de 26 de Fevereiro de 1948. Tem um Parlamento e um governo regional.

Restava regular o estatuto do Vaticano. A Igreja está presente em toda a parte na Itália. A prática religiosa está muito difundida, variando no entanto de amplitude segundo as regiões e o tipo de povoamento, urbano ou rural. Como na Idade Média, o clero preenche ainda certas funções civis. No plano internacional, o facto de a sede do catolicismo mundial se centrar em Roma, na capital italiana, dá todo o peso do prestígio mundial de Chefe Supremo da Igreja e da potência financeira do Vaticano. Deste modo, a Constituição retoma, no seu artigo sétimo, os acordos de Latrão, assinados em 1929 entre Mussolini e o Papa, que reconhecem o catolicismo como religião de Estado, dão ao casamento religioso os efeitos civis e regulam o estatuto internacional do Estado do Vaticano. Este retomar dos acordos de Latrão não se consegue sem suscitar vivos protestos nos meios liberais e socialistas. A organização das instituições faz-se sob o signo do tripartidarismo. De 1945 a 1947, os democratas cristãos governam com o concurso dos socialistas e dos comunistas. Desencadeia-se uma luta cerrada para decidir a manutenção ou a mudança das estruturas fundamentais do país, mas todos os adversários aceitam ter por quadro a Constituição, livremente aceite pelas principais forças políticas. Os comunistas, nomeadamente, encaram uma marcha pacífica para o socialismo. A Constituição prevê, de resto, certas nacionalizações nos sectores de interesse público, e uma limitação do latifúndio.

Em Maio de 1947, o governo separa-se, no entanto, dos comunistas. Ao



OCUPAÇÃO DA FIAT

os operários fizeram greve, nomeadamente em Março de 1944, em Milão e Turim»



A HISTÓRIA TEM AS SUAS LEIS

«A 28 de Abril de 1945 os partidários executam Mussolini e Clara Petacci»

tripartidarismo sucede-se o quadripartidarismo. Com a rejeição dos ministros comunistas, os laços entre o Partido Socialista de Nenni e o Comunista de Togliatti cerram-se. Mas um certo número de socialistas desaprovava esta unidade de acção com a extrema esquerda. O desacordo deu origem a uma cisão em Janeiro de 1947, de que sairia o Partido Social-Democrata, dirigido por Saragat. O novo Partido continua no governo, onde partilha o Poder com dois pequenos partidos do centro, sempre sob a direcção da democracia cristã, que conserva toda a sua influência.

No dia primeiro de Janeiro de 1948, a Constituição entra oficialmente em vigor. É preciso eleger a primeira Assembleia Legislativa. Para estas eleições os comunistas e os socialistas apresentaram-se numa frente comum: A Frente Popular Democrática. Em face deles surgem o Partido Social-Democrata de Saragat, os Partidos Republicanos e Independentes do centro, os monárquicos, os neofascistas e sobretudo a democracia cristã. Os mo-

nárquicos estão representados pelo Partido Democrático Italiano de Unidade Monárquica (P. D. I. U. M.). O Movimento Social Italiano (M. S. I.) agrupa os nostálgicos do fascismo, principalmente na juventude universitária. Tanto um como outro saíram da frente do «Uomo qualunque», desaparecida depois das eleições de 1946.

As eleições de 1948 consagram a vitória da democracia cristã. Obtém 48,7 por cento dos votos contra 31 por cento para a frente democrática. A habilidade política do «casamento» com os pequenos partidos do centro-direita (P. C. I.), do centro-esquerda (socialis-democratas e P. R. I.), permite-lhe governar com uma confortável maioria. A democracia cristã domina a cena política e De Gasperi exerce um certo ascendente sobre a maioria. Governa como um chefe da maioria inglesa até 1953.

Depois das eleições de 1948, a extrema esquerda tenta reagir. Aproveita o atentado perpetrado contra o seu chefe Togliatti, que ficou gravemente ferido, para desencadear uma greve ge-

ral de carácter político e encarar uma prova de força com a maioria governamental. Mas contra as greves e as batalhas de rua, o governo reage vigorosamente. O falhanço da greve deu origem à ruptura da unidade sindical. A Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos (C. G. I. L.), no seio da qual as tendências comunistas e socialistas são acusadas de politizar a vida sindical, estoura em 1948. Em Outubro constitui-se uma Livre Confederação Italiana do Trabalho (L. C. G. I. L.), que se tornou em Maio a Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores, inspirada pelos democratas cristãos. Em Junho de 1949 os socialistas de Saragat criam pelo seu lado uma nova central sindical: a Federação Italiana do Trabalho. O governo sai todo-poderoso desta luta. No plano social, como no campo político, a democracia cristã tem o caminho livre.

SANEAMENTO ECONÓMICO

O edifício económico e financeiro da nova República parece extremamente precário. O desemprego atinge 2 milhões de trabalhadores; o mercado negro, a extensão do analfabetismo, a carestia de vida, a insuficiência de abastecimentos, suscitam manifestações e mesmo violenta anarquia. Além dos defeitos estruturais: falta de capitais proveniente de uma insuficiência de rendimentos, na maior parte das vezes modestos, raridade de matérias-primas, insuficiência de equipamento industrial, desenvolvimento regional desigual, a economia italiana, devido às destruições que o país sofreu, está a braços com uma inflação contínua. Em 1947, o dólar, cotado em 225 liras no mercado oficial, paga-se a 900 liras no mercado paralelo.

A partir de 1946, os anglo-saxões deixam de emitir liras de ocupação. Em 1947, o ministro responsável pelo orçamento, Luigi Einaudi, consegue travar a inflação. Reduz a circulação monetária, elevando os impostos e impondo uma fiscalização restrita do crédito. Depois desvaloriza a lira e provoca simultaneamente importações massivas, de modo a influenciar os preços. Estes estabilizam-se. As mercadorias em «stock» reaparecem, a ajuda americana e os créditos Marshall reanimam a actividade. A lira volta a uma taxa de câmbio real que se situa entre 350 e 500 liras por dólar. A originalidade da reforma financeira foi instituir para a lira um curso flutuante, revisto mês a mês. Mas as importações massivas desequilibraram a balança de pagamentos exterior e a aplicação de medidas energicas de estabilização conduz, pelo menos numa certa altura, a uma estagnação da produção. Quando a politica de expansão foi retomada, um pouco mais tarde, isso aconteceu com base em finanças sãs e numa moeda consolidada. Nesta via não podia haver paragens, e a necessidade de renovação

de estruturas surgiu então aos dirigentes italianos. Para responder às aspirações dos militantes da C. L. N., a Constituição tinha previsto expressamente tais reformas.

RENOVAÇÃO DAS ESTRUTURAS

A primeira reforma que Fanfani, então ministro do Trabalho, faz adoptar, refere-se à absorção do desemprego, problema sempre grave em Itália e que a desorganização devida à guerra ainda mais tinha agravado. Tratava-se de empregar os sem trabalho e construir habitações. Estas são imediatamente alugadas em condições vantajosas às classes pobres. O financiamento do plano Fanfani é conseguido por um sistema tripartido: Estado, empresas, e desconto nos ordenados dos trabalhadores. Este plano, posto em execução em Fevereiro de 1949 por um organismo criado para esse efeito, que tem o nome de Ines Casa, será prolongado até Novembro de 1955.

Na libertação, um dos principais objectivos era a valorização das terras; foi nesta perspectiva que foi principalmente concebida a reforma agrária. Elaborada em 1944, só foi aplicada, praticamente, em 1950, aquando da promulgação das leis de reforma. Visa a expropriação dos grandes domínios latifundiários (ultrapassando em geral 3000 hectares e em que a maior parte não estava cultivada com culturas extensivas), e a formação de pequenas propriedades a atribuir, depois de transformadas, a cultivadores que as explorem directamente. Esta reforma tem portanto um duplo objectivo: económico e social, aumento do rendimento agrícola e formação da pequena propriedade rural. A reforma agrária ficou limitada a dez zonas: Calábria (Sila), Romania e Venécia, delta do Pó, Poilles e Basilicate, Abruzzos, Molise, Campânia, Lácio, Sicília e Maremma da Toscana, numa superfície global de 8,5 milhões de hectares. Em ligação com a reforma agrária, a democracia cristã toma a iniciativa, em 1950, da Constituição de uma Caixa do Sul: La Cassa per il Mezzogiorno. Esta caixa recebe a missão de fornecer os meios do desenvolvimento sistemático da parte meridional da península, cujo atraso evidente perturba os espíritos há muitos anos. A Caixa dispõe de fundos públicos para realizar um programa de grandes trabalhos destinados a completar a reforma agrária: obras, melhoramento das terras a distribuir, florestamento, drenagem, e a criar uma infra-estrutura: construção de estradas e de caminhos-de-ferro, etc. Enfim, o Estado atenta as possibilidades de intervenção na economia por intermédio de quas instituições que ele pretende transformar. O Instituto de Reconstrução Industrial foi criado em 1933 pelo Estado fascista para fazer face à situação catastrófica dos principais bancos italianos



ALEXANDER
(CAMPANHA DA ITÁLIA)

«Por fim, as tropas aliadas entraram em Roma a 4 de Junho de 1944»

Tem a forma de uma grande sociedade de investimentos cujos fundos são fornecidos pelo Estado. Possui o capital dos três principais bancos italianos, o que lhe permite administrar um grande número de empresas industriais. De 1945 a 1951, foram os fundos públicos fornecidos por intermédio do I. R. I. que permitiram à Itália dispor de um equipamento industrial renovado.



IVANOÉ BONOMI

«Os seis partidos antifascistas concordam em colaborar no governo, apesar do seu ódio à monarquia. Entretanto, as crises sucedem-se. O marechal Badoglio teve de ceder o Poder a Bonomi»

Em vez de liquidar a A. G. I. P., a antiga Agência Geral Italiana dos Petróleos, criada por Mussolini, Enrico Mattei reforça a sua actividade desde a libertação. Cria-se então a E. N. I. (Ente Nazionale Idrocarburi). Este enorme organismo assegura uma espécie de monopólio não só sobre a indústria petrolífera, mas também no domínio da comercialização, prospecção e importação, e ainda em actividades ligadas à exploração de outras fontes de energia, nomeadamente atómica.

O PREÇO DA PAZ

A nova República cabia antes de mais a tarefa de resolver às últimas consequências da guerra, isto é, assinar a paz. Alcide Gasperi defende a posição do seu país diante da conferência da paz: a Itália aceita a responsabilidade jurídica da entrada na guerra, mas não a responsabilidade moral, que cabe apenas ao regime fascista, regime que os italianos rejeitaram. E preciso também ter em conta a co-beligerância da Itália com os aliados. A conferência de Paris adopta, a 10 de Outubro de 1946, o projecto do tratado que será assinado no primeiro de Fevereiro de 1947. A Itália deve consentir em rectificações fronteiriças em proveito da França: planalto do Mont-Cenis (Tende e La Brigue) e da Jugoslávia, que recebe o Trieste; a minoria austriaca do Alto Adige recebe autonomia administrativa; o Dodecaneso é restituído à Grécia; todas as colónias são postas sob a tutela da O. N. U.; enfim, as suas forças militares são reduzidas a 250 000 homens e fixa-se para cada um dos países beligerantes o montante da indemnização. Estas cláusulas surgem bastante pesadas à Constituinte que tem de ratificar o tratado em Julho de 1947. Mas o conde Sforza, ministro dos Negócios Estrangeiros de 1947 a 1951, vai-se empenhar na revisão de um certo número de cláusulas económicas do tratado, principalmente as que se referem ao montante das indemnizações. Quanto à questão do Trieste, erigido em território livre com a Istria e posto sob o domínio dos aliados, ela é regulada por um acordo directo italo-jugoslavo, ratificado pelas grandes potências, depois de longas negociações que se arrastaram de 1948 a 1954. A Itália fica com a cidade e os seus arredores (zona A) e a Jugoslávia, com o resto do território (zona B); quanto às colónias, a O. N. U. decide em 1949 constituir a Líbia em Estado independente e soberano e unir à Eritreia à Etiópia, dando-lhe uma certa autonomia. Quanto à Somália receberá a independência depois de um período transitório de 10 anos durante o qual é confiada à Itália a tutela administrativa, como mandatária da O. N. U.

A diplomacia italiana durante este período tenta, principalmente, pôr o seu país no lugar que lhe compete no concerto internacional. A protec-

ção americana, de que a Itália nunca deixou de beneficiar desde o desembarque da Sicília, fornece-lhe os meios. Para conjurar o perigo comunista, os Estados Unidos concedem à Itália numerosas vantagens, tais como empréstimos ou reembolso em dólares das despesas de ocupação das tropas americanas. A Itália será, também, um dos primeiros países europeus a aceitar o Plano Marshall, que lhe irá trazer 1470 milhões de dólares. No fim do Plano Marshall, a Itália beneficia da ajuda militar, e principalmente das encomendas «off shore», encomendas de armamento passadas pelo governo americano às fábricas europeias, para aumentar o potencial defensivo dos seus aliados da Aliança Atlântica.

Desde 1948 que o governo italiano se mostrava muito interessado pelo projecto da Aliança Atlântica. A habilidade e prestígio pessoal de De Gasperi e do conde Sforza conseguem vencer as últimas reticências dos outros governos europeus. Desde o princípio de 1949 a Itália associa-se às negociações. Mas no país, a oposição ao Pacto do Atlântico, muito bem dirigida pelos comunistas e socialistas de Nenni, mostra-se muito virulenta e provoca manifestações de rua, greves e mesmo tumultos graves. Apesar de tudo, a 18 de Março de 1949, a Câmara italiana autoriza o governo a aderir ao Pacto. A 4 de Abril assina-se o Tratado de Washington.

A Itália recebe, como recompensa da sua aderência ao Pacto do Atlântico, o apoio dos Estados Unidos para a sua entrada nas organizações mundiais. Torna-se deste modo membro das organizações especializadas da O. N. U., como a F. A. O., que estabelece em 1950 a sua sede em Roma, e a U. N. E. S. C. O. Quanto à sua admissão nas Nações Unidas, proposta desde 1947, será retardada até Setembro de 1955 pelo veto da U. R. S. S. que não lhe perdoa a sua orientação pró-americana.

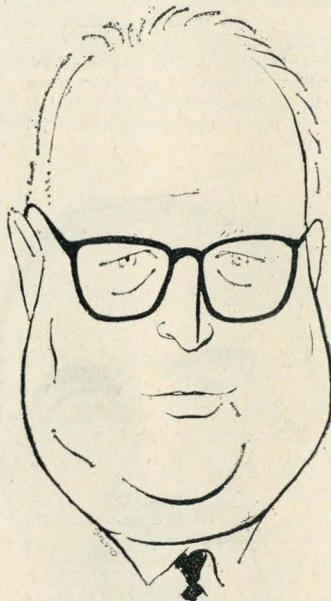
RELANCE EUROPEU

A Itália vai tentar, também, uma política europeia activa. Uma primeira oportunidade é fornecida pela França, nas suas propostas para uma conferência dos «Dezasseis» em Paris, em Fevereiro de 1947, que regularia, sob propostas do general Marshall uma união aduaneira dos Estados europeus. A Itália torna-se imediatamente favorável ao projecto e assina um tratado de união aduaneira franco-italiano. De facto, essa união aduaneira nunca verá o dia. Em França, a oposição é muito viva e o projecto não irá além da ratificação parlamentar. Outro projecto, designado por «Fritalux», também acabará por abortar. De Gasperi, europeu convencido, continua a pregar a união europeia no seio da O. E. C. E. Em 1949, o governo italiano junta-se às tentativas de formação de uma organização europeia nova, de carácter político. Estas tentativas apenas darão origem à consti-

tuição do Conselho da Europa. A Itália aceita também a proposta de criação de uma comunidade europeia de defesa. O governo italiano é um dos primeiros signatários em 1952. Mas, do mesmo modo que em França, a oposição a este tratado mostra-se muito virulenta, e o projecto falha também.

No entanto a Itália acolhe bem as tentativas de Robert Schuman, e, desde o princípio, manifesta vontade de entrar na organização proposta por ele, para a utilização comum dos recursos de carvão e aço (C.E.C.A.), em 1951. É o início da pequena Europa para os seis países onde nascem as tentativas de integração numa comunidade de competência supranacional; em 1955, a Itália participa activamente no início dos esforços de construção europeia. Foi na Sicília, na conferência de Messina de 1955, que foi lançado o tema da integração europeia. Em Março de 1957, assinam-se em Roma os tratados que instituem o Eurátomo e o Mercado comum.

A participação nestes tratados vai trazer à Itália numerosas vantagens:



PIETRO NENNI

«Eis o vento do Norte que trará consigo a renovação, varrendo toda a resistência»

facilidades para a emigração da sua mão-de-obra excedentária e mercados para os produtos da indústria e agricultura. De resto, encontra-se, também, no quadro destes tratados, a possibilidade de uma ajuda para o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas. Está tudo preparado para que surja o «milagre italiano».

OS «ANOS FARTOS»

Em 1954, o ministro da Economia, Vanoni, remete ao presidente do Con-

selho um esquema de expansão para o período de 55 a 64. Trata-se, não de um plano saído de medidas governamentais, mas de um estudo sobre as condições de desenvolvimento da economia italiana. O Plano Vanoni sublinha a necessidade de acelerar o ritmo dos investimentos nos sectores chamados «propulsivos», agricultura, transportes, construção, graças a uma ajuda do Estado. Os investimentos na indústria deviam crescer 11% por ano, mas a responsabilidade seria confiada à iniciativa privada. Previse-se um aumento médio de 5% por ano no rendimento nacional.

Estas previsões, apesar de optimistas, são ultrapassadas pelo crescimento tumultuoso que conheceu então o país. A economia italiana continua a recuperação iniciada em 1947, e entra num período de expansão rápida. De 1947 a 1960, o P. N. B. mais que duplicou, a taxa de crescimento industrial ultrapassa os 15%. Como explicar o «milagre italiano»? De facto, a explosão da economia italiana é devida a muitos factores. Já se sublinharam os efeitos benéficos da ajuda americana e da reforma monetária de 1947. Lembremos também a conjuntura internacional muito favorável, da qual a Itália, por integração, em vastos mercados como o da Comunidade Económica Europeia, se aproveitou particularmente. Por fim «o toque final» é dado pela descoberta, no vale do Pó, em 1948, de jazigos de metano, que permitiram um desenvolvimento considerável da indústria química. Isto provoca uma batalha feroz entre os principais grupos italianos para a exploração do novo mercado: Edison, Montecatini, E.N.I. Entre 54 e 60, a produção petroquímica italiana é multiplicada por 23, contra 8 para o resto da Europa Ocidental.

Os desacordos não tardam a surgir nesta expansão. Desde Junho de 1959, os desajustamentos vêm à luz no relatório sobre o Plano Vanoni, apresentado pelo Comité para o Desenvolvimento do Emprego e do Rendimento, dirigido por Sarraceno. Verifica este que, depois de 4 anos, os objectivos propostos pelo plano apenas foram parcialmente atingidos. O aumento do rendimento nacional ultrapassou a taxa prevista de 5%. Mas a ventilação dos investimentos pelos sectores da economia parecem defeituosos. A agricultura não chegou a receber um terço dos investimentos previstos, a construção, pelo contrário, beneficiou da especulação. De um modo geral, os detentores do capital preferiram os investimentos tendentes a aumentar a produtividade àqueles que desenvolvem o número de empregos.

Assim, em 1959, apesar do «milagre» ainda subsistem cerca de 1 600 000 desempregados. A mão-de-obra feminina e os artesãos sem trabalho aumentam constantemente o seu número, apesar da criação de empregos. Enfim, a transferência de capitais privados para o Norte compensa mal o investimento governamental no Sul.

Assim, o desequilíbrio é tão importante em 59 como em 54. E se a conjuntura internacional protegeu o desenvolvimento italiano, os factores estruturais deixam prever uma quebra na expansão a mínima modificação conjectural. Vai surgir, a partir de 1962, depois do apogeu dos «anos fartos», 60 e 61.

A USURA DO PODER

Depois de 7 anos de governo e apesar de um novo eleitorado favorável, a democracia cristã sofre uma decepção nas eleições de Junho de 53. Continua à frente com 34,6 por cento dos votos, mas o recuo é nítido: de 305 deputados em 48, cai para 262 em 53. Pelo contrário, os partidos de direita, hostis ao regime, monárquicos e neofascistas, e a extrema esquerda progredem sensivelmente. O que torna ainda mais precária a posição da democracia cristã.

Depois de ter apresentado um último gabinete, De Gasperi retira-se da cena governamental para se consagrar a direcção do seu Partido. Mas mesmo no interior da democracia cristã, a sua direcção é contestada. Quando morreu, em 1954, deixou um partido dividido, com uma orientação política incerta. A democracia cristã foi acusada de se ter aproveitado do Poder, de ter povoado a administração do Estado com os seus partidários. A estas dificuldades políticas juntam-se as dificuldades sociais, que se traduzem pelas greves de 1953, particularmente em Florença, onde a administração da cidade, embora democrata-cristã, toma o partido dos grevistas contra o governo.

O governo Pella, que sucedeu a De Gasperi, aplica com rigor uma política de ortodoxia financeira que o leva a bloquear os salários a um nível bastante baixo, o que provoca tensões sociais. O divórcio aparece claro entre um gabinete de centro-direita, apoiado pelos partidos de direita e a base da democracia cristã que recruta cada vez mais à esquerda. O governo Pella não resiste e tem de demitir-se em Janeiro de 54. Desde então, a instabilidade parlamentar presidirá à sucessão dos governos.

A PROCURA DE UM EQUILÍBRIO

Depois da infeliz tentativa de Fanfani, Scelba consegue reunir um governo de centro capaz de agradar à esquerda. Mantém o Poder de Janeiro de 54 a Junho de 55. Durante esse período, Fanfani, depois da morte de De Gasperi, toma o secretariado do Partido Democrata Cristão. É durante este período que a democracia cristã tem de fazer face ao escândalo Montesi. A exploração desta questão de moralidade põe em causa alguns dirigentes da democracia cristã no Poder, em particular o ministro dos Negócios Estrangeiros, que é obrigado a demitir-se.

A viragem à esquerda da democracia cristã acentua-se depois da eleição do

presidente da República, em Maio de 55. Foi Gronchi, dirigente da ala esquerda da D. C. que foi eleito, graças ao apoio dos socialistas e comunistas. Os liberais, assustados, abandonam Scelba, que tem de se demitir. No entanto, a crise de destalinização no conjunto dos países europeus provoca um mal-estar na esquerda. Regista-se um progresso dos socialistas, de Nenni e mesmo de Saragat, à custa dos comunistas. Pelo contrário, os partidos de direita estão em regressão. O enfraquecimento da maioria que apoia o governo Segni, que exercia o Poder desde há dois anos, acaba por provocar a sua queda em 57. A este, sucede uma combinação homogénea democrata-cristã, presidida por Zoli, que se mantém durante cerca de um ano, fazendo trabalho de rotina até às eleições de 58.

Graças à acção de restauração exercida por Fanfani no seio do seu Partido, a democracia cristã melhora as suas posições nas eleições de 25 de



PALMIRO TOGLIATTI

«Os comunistas, apesar das declarações do seu chefe Togliatti, exigiam medidas revolucionárias apoiando-se na miséria das massas desesperadas»

Maio de 58. Mas, estas eleições marcam também uma consolidação dos partidos de esquerda, principalmente do Partido Socialista Italiano; o problema da aceitação pelo governo de uma neutralidade colaborante dos socialistas, em troca de uma viragem à esquerda, vai-se pôr de um modo agudo.

Assim, não é de espantar que o governo seja confiado a um dos dirigentes do centro-esquerda da democracia cristã, Fanfani. A ausência dos liberais permite-lhe aplicar uma política social e económica um pouco mais dinâmica: aumento de investimentos destinados a lutar contra o desemprego, desenvolvimento do Sul, etc. Claro que esta política dá origem a

violenta oposição na ala direita da democracia cristã, corroborada pela hierarquia católica. Esta oposição, no seio do próprio partido, provoca a queda de Fanfani, em Janeiro de 59.

Um gabinete de centro-direita, presidido por Segni, retoma o Poder. O programa deste governo é orientado pela necessidade de conservação dos interesses económicos, e por um amolecimento da fiscalização do Estado sobre a empresa privada. Em Fevereiro de 60, os liberais retiram-se da coligação, e o governo demite-se. Então, surge a maior crise da história política italiana.

ABERTURA A ESQUERDA

Ao falhanço da tentativa centro-esquerda de Segni sucede-se a combinação centro-direita de Tambroni, nascida dos votos embaraçantes dos neofascistas do M. S. I. Fanfani tenta uma experiência de abertura à esquerda, mas tem de desistir devido às prontas reacções da ala direita da D. C. e principalmente da hierarquia católica. Tambroni consegue, então, uma fraca maioria. Mas esta aliança D. C.-neofascistas provoca o endurecimento da oposição de esquerda. Esta aliança provoca, também, rumores importantes da opinião pública, ampliados pela agitação comunista. Para protestar contra a reunião do congresso do M. S. I. os operários de Génova decidem, a 24 de Junho de 60, desencadear a greve. A 30 de Junho é a greve geral, que provoca escaramuças entre a polícia e os manifestantes. A agitação propaga-se e agrava-se progressivamente: numerosos feridos, entre os quais membros do Parlamento, nas manifestações de Reggio, de Emilia e de Roma, e, mesmo mortos, sobretudo na Sicília. A gravidade destes tumultos levou os quatro partidos do centro a coligar-se para sustentar um novo governo Fanfani, que sucedeu, a 16 de Julho de 1960, ao governo Tambroni. No entanto, esta nova maioria não tem programa, e o êxito dos socialistas e dos comunistas, nas eleições administrativas de Novembro, volta a levantar o problema de uma abertura à esquerda.

Para os democratas-cristãos em recuo, como para os socialistas enfraquecidos pela cisão dos social-democratas, só uma saída parece possível: a colaboração. Mas os obstáculos subsistem, quer do lado democrata: reticências dos conservadores sobre os «marxistas», avisos da hierarquia eclesástica; quer do lado socialista: resistências diversas apesar do relaxamento dos laços com os comunistas, devido aos acontecimentos da Hungria. Dois homens favorecem a abertura à esquerda. Com o Papa João XXIII, aparece um esforço de dar à Igreja um aspecto mais moderno: atenuam-se as resistências sobre a abertura à esquerda. Pietro Nenni, secretário-geral do Partido Socialista, aceitou, em 1961, no Congresso de Milão, o relaxamento dos laços subsistentes com o P. C. I. e o risco de uma cisão da ala



DE SICA

«Pode-se encontrar a ilustração deste período negro da História italiana nos filmes neo-realistas — «Roma, Cidade Aberta», «Ladrões de Bicicletas», «Humberto D» baseiam-se muito mais na realidade do que na ficção»

esquerda do seu Partido. É o fogo verde à «apertura a sinistra». A 12 de Março de 1962, um quarto gabinete Fanfani, apoiando-se na neutralidade bem humorada dos socialistas, recebeu a investidura do Parlamento

CRISE DE CRESCIMENTO

O crescimento italiano tinha-se desenvolvido em dentes de serra: nomeadamente o consumo, tinha-se efec-

tuado por acelerações e desacelerações bruscas. Muito relacionado com o crescimento europeu, mostrava-se particularmente vulnerável às variações de conjectura. Ora, desde 1962, produz-se uma viragem da tendência económica. Na bolsa de Milão, em 1963, a confiança diminui. Em 1964, é a recessão.

A taxa de crescimento do rendimento nacional cai de 6 para 3 por cento ao ano. Os investimentos têm uma queda brutal (menos 10,1 por cento em 64 e menos 8,2 por cento em 65). A produção industrial e o consumo continuam a decrescer até ao segundo trimestre de 1965. O desemprego toma proporções únicas; o número dos sem trabalho cresce de 770 000 desde 1963 a 65, embora o número de empregos aumente no mesmo período de 246 000. O tempo médio de trabalho dos empregados também diminui. O choque da recessão abate-se sobre o país em plena euforia do milagre. Começa-se então a pensar e a interrogar-se sobre as causas da crise. Primeiro, recrimina-se a recessão da Alemanha, cujos efeitos se fizeram sentir em toda a Europa. É preciso encontrar respostas na própria economia italiana, como já tinha assinalado em 59 o relatório Sarraceno. A taxa de crescimento elevada da Itália é a própria de um país subdesenvolvido que consegue a sua descolagem. O milagre não apagou o atraso italiano



DE GASPERI

«Parri pede a demissão em 1945 e o chefe da democracia cristã Alcide de Gasperi fica na chefia do governo até 1953»

O nível geral da economia estabeleceu-se em menos de metade do nível alemão, francês e inglês. Os números são ainda mais nítidos quando se reportam ao consumo e ao rendimento «per capita». O crescimento operou-se principalmente na base de um autofinanciamento das grandes firmas cujas receitas foram obtidas no consumo individual. São os baixos salários dos operários italianos que tornam a Itália competitiva nos mercados internacio-

espiral

PORQUE TENHO TANTO CABELO E VOCÊ NÃO TEM?...



Entre nos, meu caro amigo... e **PERSONAL**

Aqui onde me vê, tenho idade para ser seu pai! Bem, seu pai não direi, mas seu irmão mais velho... Não acredita? Por causa da cabeleira? Pois é, pareço um rapaz. Ainda ontem a «Pat» me disse com certo sorriso: «trrrinta e trrrrés...». Quer saber o segredo? Vê este frasco? É Personal, o tónico capilar que evita a calvície prematura pois é uma loção cientificamente preparada. Fundamentado em vitaminas, hormonas, antibacterianos antimicóticos (são estas palavras difíceis que lhe garantem resultado tão fácil), Personal é o tratamento contra a calvície e a caspa. Faça como eu: aplique sistematicamente o concentrado Personal nocturno e a loção Personal diurna na sua toilette matinal. Vai ver que, dentro em breve, outra «Pat» lhe dirá, também com certo sorriso «twenty trrrrés...». Mas que isto fique entre nós... Não vale a pena darmos a chave do êxito a toda a gente! Lembre-se da concorrência, é



PERSONAL

A venda na sua farmácia habitual

Representantes:  Aymami Peig, Lda. Av. Grão Vasco, 45, r./c., Esq. Lisboa-5

nais. Aproveitou-se deles por vezes para fazer «dumping» como no caso dos frigoríficos que exportava a preços que desafiavam toda a concorrência. Mas as remunerações aceleraram a corrida salários-preços, e a inflação instalou-se.

No plano nacional o milagre não permitiu à Itália do sul recuperar o seu atraso. As grandes firmas industriais que decidem a taxa de investimento, motor da economia, estão situadas no Norte. E se a população agrícola já não é maioritária na Itália, continua a viver no Sul, onde sofre um subemprego crónico. A solução continua muitas vezes a ser a emigração, para o estrangeiro ou para o Norte. Assim se pode falar da meridionalização da Itália.

Se a recessão permitiu uma tomada de consciência, era preciso travar-lhe rapidamente os efeitos. O governo decide seguir uma política de deflação: limita o aumento de salários sem bloquear o dos preços de retalho (a blocagem dos preços industriais deve permitir um aumento das exportações) e toma diversas medidas restritivas que suscitam violentos conflitos sociais. A C. G. I. L., por exemplo, critica o governo de centro-esquerda por abandonar o seu programa de reformas por uma política de consolidação dos grupos financeiros e industriais poderosos (Fiat, Olivetti, Montecatini, Pirelli, Innocentini).

PLANIFICAÇÃO A ITALIANA

Embora os conflitos sociais só excepcionalmente tomem a forma de confrontamentos violentos, continuam, no entanto, a ser mais agudos do que no resto dos países da Europa. Apesar das divisões sindicais, a taxa de sindicalização continua a ser elevada. Uma central de tendência marxista, a C. G. I. L., continua maioritária. Uma unidade de acção retoma de novo forma no rescaldo do milagre. As lutas sindicais desenvolvem-se de novo no plano das reivindicações profissionais e locais. Face às organizações dos assalariados, a organização patronal mais importante é a Confindustria, que agrupa 72 000 empresas que, por intermédio do Partido Liberal e da direita da D. C., exerce uma grande influência nos meios governamentais. Participa, por exemplo, na elaboração da programação económica, esforçando-se por defender as prerrogativas da livre empresa.

O governo tem outras ambições: o seu programa comporta reforma das estruturas, instituição das regiões, refusão das leis sobre urbanismo e uma programação que se estende a todas as actividades económicas e sociais. Elabora-se um primeiro plano para o período 66-70. Se contém o número de projectos quantitativos habitual, constitui mais um programa de reformas do que um instrumento de política económica. Propõe principalmente aumentar os investimentos sociais (a parte do rendimento nacional a eles consagrada passa de 23 a 27%) e dar maior



SFORZA

«Reúne-se uma assembleia consultiva provisória a 25 de Setembro de 1945. Esta elegeu como presidente o conde Sforza»



AMINTORE FANTANI

Responsável pela «abertura a sinistra»

autonomia às regiões. A realização do pleno emprego constitui um objectivo prioritário. Prevê-se um aumento anual médio no rendimento nacional de 5%. Enfim, tentar-se-á aumentar a produtividade.

Também se elaborou um «plano verde», para modificar as estruturas da agricultura. Visa principalmente a consolidação dos grupos e a promoção das cooperativas para desenvolver as culturas de viveres. Os seus autores esperam para os próximos dez anos uma total revolução na agricultura italiana.

PONTO MORTO

A crise parece marcar o falhanço da abertura à esquerda. A aliança consumou-se com base num vasto programa de reformas: racionalização e renovação das estruturas económicas, luta contra o desequilíbrio entre o Norte e

Sul, absorção do desemprego e da emigração por uma política de pleno emprego, prioridade de educação, etc. Apenas se realizou a nacionalização da electricidade que não deu de resto os resultados esperados; mas a recessão conduziu ao esquecimento das outras reformas e à aplicação de uma política rigorosa, mais próxima das opções tradicionais da direita. Os grupos privados aumentam a pressão e, ao contrário de surgir como promotor das reformas estruturais esperadas, o P. S. I. arrisca-se a passar, pela sua vez, por um pilar da ordem estabelecida. O que conduziu a que a ala esquerda, agrupada em torno de Delio Basso, se cindisse em 64 para fundar o Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária (P. S. I. U. P.). Apesar da reunificação dos partidários de Nenni e Saragat, a in-



SARAGAT

«Depois de cerca de vinte escrutínios, concorda-se com o nome de Saragat — pela primeira vez a presidência escapa à democracia cristã»



PETRILLI

Proprietário da IRI — Domina 30 por cento da indústria italiana
«Os grupos industriais e financeiros fazem tudo para influenciar o governo»

fluência do socialismo diminui enquanto a do comunismo aumenta.

Durante o quarto gabinete de Fanfani, responsável pela abertura à esquerda, verificam-se os primeiros sintomas da recessão; o custo de vida aumenta em média 7% por ano e o reajustamento de salários é insuficiente, de modo que se desencadeiam as greves de Junho de 62. Depois começa a crise do Quirinal em que se defrontam Segni e Saragat. Depois de muitas negociações foi Segni, democrata-cristão, que foi eleito para a presidência. No entanto as eleições de 63 marcam um recuo da D. C.

Aldo Moro, depois de um breve gabinete Leone, constituiu governo. Desta vez os socialistas são integrados na equipa governamental. Saragat recebe a pasta dos Negócios Estrangeiros e Nenni ocupa a vice-presidência do Conselho. Apenas sete meses depois da sua investidura, o governo Moro está em

minoría, devido à questão das escolas livres. A crise sublinha a fragilidade da abertura à esquerda, comprometida pela recessão, por uma série de medidas impopulares e pela divisão que existe no seio da D. C. Prisioneiro da esquerda e da direita o governo encontra-se em ponto morto. Um segundo governo Moro constitui-se então, com base em negociações directas entre os partidos.

O segundo gabinete Moro apresenta à investidura do Parlamento uma equipa e um programa ligeiramente diferentes do precedente. Em Dezembro de 64, Segni demite-se, por razões de saúde, da presidência da República. Depois das eleições incertas e de cerca de 20 escrutínios, concorda-se com o nome de Saragat, o actual presidente: pela primeira vez a presidência escapa à democracia cristã. Fanfani sucedeu a Saragat nos Negócios Estrangeiros. A dualidade de influência destes dois ho-

mens vai influenciar profundamente a política italiana externa, que ora toma uma coloração europeia, ora atlântica. No plano internacional a Itália pronuncia-se contra a disseminação das armas nucleares. Participa activamente nas negociações para o estabelecimento do Mercado Comum agrícola, pretendendo defender o rendimento dos seus agricultores. A questão do Alto Adige continua preocupante. Durante o Verão de 63 novos e violentos atentados se desencadearam no Alto Adige e na Itália Setentrional, o que conduziu a novos incidentes italo-austriacos. Depois de uma entrevista imprudente, Fanfani pede a demissão dos Negócios Estrangeiros e sai do governo.

UM REEXAME TRÁGICO

Em Janeiro de 66 o governo cai depois de uma nova questão sobre o ensino. Um decreto que levava à formação de escolas infantis laicas é recusado em escrutínio secreto. Incrimina-se os franco-atiradores de Fanfani, desejosos de voltar ao governo. A crise surge grave devido ao endurecimento da direita em relação ao nome de Scelba. Em Fevereiro de 66, constitui-se um novo gabinete Moro pelo acordo entre sete grupos; os quatro partidos da maioria e três composições marginais da D. C.; desta vez a D. C. empenhou-se completamente na formação do gabinete.

Segundo Foster Dulles, a Itália tem de fazer um «reexame trágico», e deixar de se apoiar sobre um passado glorioso, e afrontar as realidades de um futuro difícil. A vida política italiana parece cada vez mais complicada, sujeita a lutas de influências e de pessoas. As formações políticas e os sindicatos interpõem-se entre o legislativo e o executivo.

Os grupos industriais e financeiros fazem tudo para influenciar o governo. A hierarquia eclesiástica, embora não intervenha directamente como nos princípios da D. C., conserva uma grande influência. Constituída para defender a ordem moral e social contra o perigo marxista, a D. C. regista uma lenta diminuição nas suas forças: 38,3% em 63 contra 48,5 em 48. As divisões que sofre servem-na: a ala direita justifica a sua política conservadora, abrigando-se sob uma política pseudolaica, enquanto a ala esquerda se serve das recentes encíclicas para justificar a aproximação com os socialistas. Deste modo o jogo parlamentar surge falso na Itália. As crises aparecem normalmente; não depois de um voto de desconfiança, mas depois de uma crise da maioria. A resolução delas encontra-se de resto fora do Parlamento, nas negociações directas entre os partidos. É preciso ir buscar aqui a causa do imobilismo e do mal-estar políticos da Itália. Por trás da sua máscara de nova potência industrial e de jovem República, a Itália atravessa uma dupla crise: económica e política.



MAIS UM GOVERNO (NOVO XADREZ, AS MESMAS PEÇAS)

«A ala direita justifica a sua política conservadora abrigando-se sob uma política pseudolaica, enquanto a ala esquerda se serve das recentes encíclicas para justificar a aproximação com os socialistas»



VISITE A BÉLGICA

DE LISBOA PARA BRUXELAS 4 VOOS SEMANA

SABENA

BELGIAN *World* AIRLINE

SABENA

BELGIAN *World* AIRLINES

DE BRUXELAS PARA 4 CONTINENTES 46 PAÍSES 66 CIDADES

Olisipo

consulte o seu agente de viagens



Robert Bouchayer



Charles Boch



Gérard Beaugonin



Anaré Blairon



Jean-Claude Lasanté



René Bourdot



Jean Guyot



Jean-Roger Bossu



Robert Boucaud

OS SUPERFUNCIONÁRIOS —COMO SE RECRUTA ESTA NOVA RAÇA:

Pergunta feita a:

Robert Bouchayer,

Presidente — director-geral dos Estabelecimentos Bouchayer e Viallet;

Charles Boch,

Presidente — director-geral do Centro para o Tratamento da Informação (CENTI);

Gérard Beaugonin,

Director-geral de Control Data;

André Blairon,

Director administrativo central de Antar;

Jean-Claude Lasanté,

Director-geral de Paris Survey (1);

René Bourdot,

Director do pessoal e das relações sociais da Dunlop;

Jean Guyot,

Director do pessoal da Minnesota de França;

Jean-Roger Bossu,

Director de «marketing» da Nielsen (2);

Robert Boucaud,

Eengenheiro principal da M. S. L. (3).

Quem são os superfuncionários? Os grandes empregados das empresas, aqueles que os outros reconhecem como «patrões», aqueles que, numa palavra, permitirão à economia francesa realizar com êxito a longa marcha em frente.

Se já é difícil preencher os lugares médios e superiores de uma empresa, mais difícil ainda é recrutar os superfuncionários, pois as qualidades que se lhes exige são realmente raras: temperamento, disponibilidade e vivacidade de espírito, gosto pelas responsabilidades e valor moral. Os testes psicotécnicos e os exames grafológicos, nessa altura, nem sempre são suficientes, porque o que se espera desses «braços direitos» das direcções não é completamente enumerável. Não é de admirar portanto que o chefe da empresa, quando tem de escolher os seus colaboradores mais próximos — diremos mesmo os seus «íntimos!» — se

guie tanto por considerações de carácter intuitivo como científico.

Precisamente pelas qualidades e capacidade exigidas, tais homens são muito pouco numerosos e constituem o capital mais precioso das firmas que os empregam. Mas esses «happy few», onde se encontram e de onde vêm?

Há vários caminhos a seguir, quanto ao seu recrutamento. O primeiro consiste em admitir o futuro superfuncionário assim que sai de uma grande escola e formá-lo pacientemente numa espécie de escola dentro da empresa, o que exige a utilização de uma espécie de escola dentro da empresa, política de pessoal a longo termo, naturalmente dispendiosa e que não pode deixar lugar a qualquer ambiguidade quanto aos seus objectivos. Também é possível praticar uma política selectiva de promoção interna e de

formação contínua, aberta a todos os membros da empresa e que permite explorar, com conhecimento de causa, uma «reserva» permanentemente renovável.

Existe ainda uma terceira possibilidade, que as empresas francesas aparentemente não utilizam tão sistematicamente, como as suas semelhantes de além-Atlântico, que não hesitam em ir buscar os «eleitos» onde eles estão, ou seja a outras firmas, e mesmo em acolher os desertores ou antigos colaboradores dos seus concorrentes. Estes trespasses fazem-se mais facilmente nos Estados Unidos, visto que os americanos dispõem de referências profissionais, tanto técnicas como comerciais, mais precisas e portanto menos duvidosas. Os riscos de erro são menores, visto que as funções estão definidas com mais nitidez e a programação das tarefas a desempenhar durante dado período

se encontra melhor estabelecida e se fiscaliza com mais facilidade. A esta possibilidade de recrutamento acrescentamos ainda uma «variante» muito utilizada hoje em dia pelas sociedades francesas, com falta de pessoal directivo: os funcionários do Estado, entre os quais foi significativo o caso dos inspectores das Finanças, que preferiram trabalhar em empresas particulares. Mas que pensam os chefes de empresas francesas destas possibilidades? Como procedem eles próprios, actualmente, para descobrir e anexar esses superfuncionários? A nossa mesa-redonda destina-se precisamente a comparar algumas experiências e propor soluções.

«Para admitir novos funcionários, confia nos antigos!»

Robert Bouchayer:

«O êxito de uma empresa depende da qualidade do seu pessoal e sobretudo dos seus superfuncionários. A admissão destes exige pois uma grande atenção ao chefe da empresa, que deve tratar dela, pessoalmente, e ter sempre presente no espírito a necessidade de união da sua equipa. Se não sentir competência particular para seleccionar os funcionários, poderá naturalmente pedir conselhos a organismos especializados.

Se for preciso recrutar jovens que acabam de sair de grandes escolas, com o risco de secar essa fonte essencial, é apesar de tudo preferível, na minha opinião, admitir funcionários que tenham já certa experiência. Recuso o possível recrutamento de homens vindos da concorrência, por ser contrário à ética industrial, a não ser que haja um acordo prévio.

Como é que se pode então fazer a prospeção? Os anúncios são evidentemente um meio cómodo e eficaz e as relações também. Direi mesmo que os funcionários que já se encontram na empresa têm muitas vezes uma consciência aguda dos problemas e, se propõem candidatos, podemos geralmente acreditar nas suas opiniões. Porque não confiar neles? Acrescento ainda que os candidatos com os quais não é possível chegar a acordo, por uma razão precisa, podem por seu lado propor amigos ou companheiros de estudos eventualmente susceptíveis de servir.»

«Em face das responsabilidades, uma potência!»

Charles Boch:

«Se se fala tanto, em 1967, da dificuldade de funcionários, é precisamente porque os funcionários superiores e os superfuncionários nem sempre estão adaptados aos problemas da gestão moderna. Talvez se tenham abandonado demasiadas noções, todavia fundamentais, como as da responsabilidade e a da competência.

Actualmente, o funcionário alcança com mais frequência os degraus superiores da empresa em função da

sua experiência e influência do que devido às suas capacidades. Ora a experiência, em face da evolução técnica, serve mais de travão do que de impulsionadora e a influência só é válida num contexto administrativo e social relativamente frágil, como toda a gente sabe. Hoje, as pessoas vão deixando de servir muito depressa para os diferentes lugares e os funcionários desempregados são possivelmente aqueles que não se puseram em dia. Em contrapartida, nos Estados Unidos, onde a formação permanente é uma realidade, as empresas pedem frequentemente, por meio de pequenos anúncios, funcionários com mais de 45 anos, dotados de sentido de comando e das responsabilidades...

Sem dúvida, o jovem diplomado por uma grande escola aprendeu os métodos de trabalho que o tornam mais depressa «operacional» e essa formação superior justifica-se cada vez mais para os funcionários, a quem são entregues tarefas despersonalizadas. Um superfuncionário deve, com efeito, ser capaz de assumir funções da mesma maneira que um general que dirige uma divisão, em manobras deve poder ceder, eventualmente, o seu lugar a outro general em alguns minutos...

É verdade que as funções, em França, são geralmente mal determinadas. Muitas vezes, tem de se organizar as empresas, não em função de estruturas teóricas bem definidas, mas a partir dos indivíduos de que se dispõe! Por consequência, um funcionário, neste país, é infinitamente menos móvel do que um «executive» nos Estados Unidos, o qual deve, além do mais, saber suportar as sanções e os desastres. Lembrem-se de que o grande Frederico da Prússia, que continua a ser o modelo do grande organizador, fundou, em face das responsabilidades, uma «potência!»

«É necessário dar incentivos aos superfuncionários e pagar-lhes devidamente!»

Gérard Beaugonin:

«De momento, não se pode pensar em recrutar funcionários superiores recém-saídos das grandes escolas, mas recebemos frequentemente jovens engenheiros que, mal acabam o curso, vêm pedir-nos, com um ar muito inocente, um lugar de director-geral, pois pretendem saber fazer tudo... Não perceberão que, se continuam nessa atitude, a sua carreira corre o risco de ser prejudicada?»

Pela minha parte, acho indispensável recrutar os superfuncionários entre a concorrência. Quem não o faz, comete três erros: para com a empresa, uma vez que tem funcionários ao seu alcance e que se recusa a admiti-los; para com a empresa concorrente, onde eles estão empregados, visto que querem deixá-la; finalmente, para com a economia geral. «O

país. Este processo tem, com efeito, a vantagem de libertar os lugares e assim os superfuncionários em potência já não serão obrigados a permanecer numa firma quando são capazes de maiores iniciativas noutros lugares. Ficando onde estavam, impediam por vezes os seus inferiores de alcançar postos de responsabilidade, mais adaptados às suas personalidades.

Quando alguém estiver prestes a recrutar um superfuncionário, não deve esquecer nunca, além do mais, de lhe perguntar logo o que já fez. Vi candidatos a lugares de responsabilidade comercial muito espantados, quando eu lhes perguntei se já tinham vendido alguma coisa pessoalmente. Em geral, descobre-se que nunca o fizeram e que apenas participaram em operações comerciais integrados numa equipa.

Na minha opinião, quando se diz que é um problema muito delicado ir recrutar pessoal entre a concorrência, muitas vezes o que acontece é não se querer pagar ordenados suficientes. No domínio das remunerações há ainda, sem dúvida, muitíssimo que fazer no que diz respeito aos superfuncionários.

Na hipótese de um sistema capitalista onde, em princípio, a motivação é o desejo de poder ou os ganhos, é preciso remunerar convenientemente o superfuncionário, o que só se pode conseguir satisfatoriamente em forma de interesses na empresa. Pode-se, por exemplo, como nos Estados Unidos, dar opção sobre as acções da sociedade. Nessa altura, é lícito afirmar que se tem um superfuncionário!»

«Não esqueçamos os imponderáveis.»

André Blairon:

«O que condiciona as possibilidades de acesso de um funcionário aos degraus mais altos da direcção de uma firma é a eficácia e o gosto pelas decisões, o bom senso e a vontade. Estas qualidades parecem-me, todavia, as mais difíceis de descobrir ao princípio. Dizendo isto, não tenho qualquer «receita» a propor-lhes para o recrutamento dos superfuncionários e não conheço uma equação que dê respostas satisfatórias. De qualquer maneira, não penso que uma única solução seja sempre susceptível de resultar.

As grandes escolas? Sim, claro, visto que dão a formação básica, mas isso não exclui a promoção interna, sobretudo nas sociedades de grandes dimensões, onde se dispõe geralmente de «reservas», ou seja certo número de funcionários superiores em potência. Fala-se muito da mobilidade dos funcionários, o que acho muito desejável, mas vejo essa mobilidade no interior da empresa, quando as suas dimensões o permitem. Na nossa profissão, encontram-se poucos casos de funcionários tirados à concorrência. A delicadeza, bem como o interesse

faça teste

são necessários três elementos:
você, uma garrafa cheia e um
INDESIT

Atire a garrafa para dentro do frigorífico. Esta salta, resalta, e bate violentamente no interior do novo INDESIT! Vá verificar... Nem um risco! Nem uma esfoladela! Poderá argümentar que o frigorífico não é o local mais próprio para onde se atirem garrafas.

De acordo, mas só procuramos provar que se o interior do INDESIT resistiu aos choques violentos de uma garrafa cheia, com certeza que resistirá aos pequenos choques do dia-a-dia e manter-se-á inalterável após longos e longos anos de uso diário.

O interior do novo INDESIT é de **POLISTIROLO**



com

INDESIT

tudo corre sobre rodas

comum bem compreendido fazem com que se procurem os futuros grandes responsáveis fora da profissão, quando a própria empresa não pode fornecê-los.

Terminarei com algumas palavras sobre os funcionários autodidactas. Só raramente alcançam os lugares de mais altas responsabilidades, mas devem, no entanto, poder aperfeiçoar a sua cultura geral no seio da empresa onde trabalham e assim conservar inteiras as suas possibilidades de subir eventualmente para degraus bastante elevados.»

«O superfuncionário não deve hesitar em abandonar a empresa se todas as suas qualidades não estiverem a ser completamente utilizadas.»

Jean-Claude Lasanté:

«A sociedade que procura um superfuncionário deve primeiro assentar sobre aquilo que quer e aquilo que pode oferecer. Assim que essa definição estiver claramente estabelecida, na minha opinião, a empresa dispõe essencialmente de dois recursos.

Primeiro, a promoção interna, que pressupõe, para resultar, todo um arsenal de técnicas. Desde o recrutamento do funcionário, é essencial que se estabeleça para ele um plano da sua carreira e, portanto, ao nível da empresa, um plano de promoções para o conjunto dos funcionários. Estas promoções não devem ser feitas por antiguidade, mas sim por mérito, é necessário estabelecer técnicas de definição de postos e de avaliação do trabalho dos homens, nas funções que ocuparam anteriormente. Se a firma não praticar essa política de promoção sistemática arrisca-se a perder os elementos mais brilhantes, porque eles não terão paciência para esperar. Por outro lado, se tiver de enfrentar despedidas inesperadas, ou se não tiver meios para realizar tal política, resta-lhe sempre a possibilidade de recorrer ao exterior.

Recrutar um superfuncionário no exterior pode ser mais lucrativo do que se pensa para a economia geral. Há, com efeito, em muitas empresas, mesmo bem dirigidas, homens cujo potencial está a ser mal utilizado, visto que trabalham a 50, 60 ou 70 % da sua capacidade. Esse subemprego é prejudicial, tanto para a economia do país como para esses indivíduos, que não se sentem tão eficazes como desejariam ser. Sem estarem completamente descontentes, são sensíveis aos apelos do exterior, mesmo da concorrência, e em certos casos esses apelos não podem vir senão daí.

A verdade é que um director financeiro ou um director do pessoal pode passar indiferentemente dos detergentes à electrónica, mas os funcionários superiores técnicos e comerciais, que, pela sua carreira, têm certa especialização, não se adaptam imediatamente às funções superiores numa empresa totalmente diferente. Além disso, nos postos de responsabilidades hierárqui-

cas mais elevadas, raramente se pode contar completamente com o homem, porque se este falhar toda a empresa sofre consequências. O recrutamento de um funcionário superior que venceu na profissão pode portanto diminuir o risco que se corre sempre quando se integra um homem numa equipa de direcção.»

«Definir os postos de trabalho evita perdas de capital.»

René Bourdot:

«Antes de recrutar tais homens, é preciso definir-lhes as funções. Em níveis que, devido à sua terminologia, podem parecer idênticos em várias empresas, encontramos, com efeito, diferenças consideráveis. Aquele que é director comercial ou secretário-geral numa empresa, não pode pretender ter o mesmo título noutra, dadas as diferenças que podem existir entre as duas empresas consideradas: organização, dimensões, estrutura do pessoal, etc., ou ainda o facto de poder encontrar uma competência muito especializada. Além disso, existem muitas vezes postos puramente honoríficos ou de condescendência, que estão aureolados de um prestígio sem relação com as verdadeiras responsabilidades dos funcionários que os ocupam»

Penso que se deve naturalmente recrutar homens que vêm de grandes escolas, mas o seu número deve ser sempre em função do efectivo da empresa. Caso contrário, arriscamo-nos a colocar «rolhas» no desenrolar das suas carreiras e não devemos então admirar-nos se, depois de lhes termos dado uma formação de vários anos, os funcionários diplomados por grandes escolas preferirem deixar a sociedade, por não encontrarem possibilidades suficientes de carreira. Isto acaba por constituir uma perda de capital. Nessas condições, a promoção interna é, sem dúvida, de recomendar. Depois de alguns anos de actividade, os colaboradores melhor adaptados sentem-se ligados à empresa, sentimento esse que nem sempre existe entre os jovens, pelo menos durante os primeiros anos

Jean Guyot:

«Tomarei como exemplo a nossa sociedade, onde fazemos uma promoção interna sistemática, visto que 70 % dos nossos funcionários superiores saíram das nossas fileiras anónimas. Não temos, portanto, um único chefe de vendas que não tenha começado como vendedor e pensamos que esta política estimulante cria um sentido de competição.»

Antes de recrutar pessoal, fazemos uma previsão quantitativa e qualitativa das necessidades. É preciso desenharmos o perfil das exigências dos lugares, definir o potencial desejado e aceitar os erros clássicos: potencial muito fraco, que conduz a trabalho insuficiente, e potencial demasiado forte, que leva à partida do funcionário.

Os meios de recrutamento mais frequentemente utilizados na nossa empresa são os pequenos anúncios e o apadrinhamento de candidatos por membros do pessoal.

Depois das provas de seleccionamento que usamos, segundo os métodos clássicos — entrevista, testes, etc. — decidimos ou não a admissão. Os candidatos, pelo seu lado, podem escolher. Claro que a remuneração pesa muito na sua decisão, mas os jovens funcionários dão grande importância às perspectivas de aperfeiçoamento e de carreira que as empresas lhe oferecem. Desde os primeiros meses, e até na sessão de boas-vindas, expomos-lhes a política do pessoal. Explicamos-lhes sobretudo em que consiste o nosso sistema de apreciação profissional e de comentários periódicos dos pontos fracos e fortes de cada um. Assim, ficam seguros de serem «acompanhados»

Também recrutamos pessoal entre os jovens engenheiros que vêm das grandes escolas, e colocamo-los num ou noutro serviço. Igualmente cumprem missões em várias fábricas e acabam por ter uma visão de conjunto da nossa indústria. Em seguida e segundo os resultados obtidos, ficam com a possibilidade de subir todos os degraus da hierarquia até uma função de superfuncionário... e isto não apenas em França!

Jean-Roger Bossu:

«Quem procuramos para superfuncionários? Uma espécie de galinhas com dentes! Exigimos-lhes que sejam ao mesmo tempo analistas, homens de síntese, especialistas de problemas comerciais e de «marketing» e que tenham ainda o sentido dos contactos humanos e da venda ao nível mais elevado»

Não existe qualquer grande escola ou universidade susceptível de fornecer tal colaborador, futuro superfuncionário, e que reúna, desde o princípio da sua carreira, simultaneamente, todas essas qualidades. Aqui, farei um parêntesis: Seria bom que as universidades, as grandes escolas e as empresas colaborassem cada vez mais estreitamente no incioamento de futuros funcionários superiores em técnicas que eles depois aprofundariam.

Por consequência, consideramos que a nossa empresa é responsável pela formação técnica dos seus próprios superfuncionários. Nestas condições, empregamos pessoas que vêm das grandes escolas tradicionais e das universidades, mas pedimos-lhes que tenham alguns anos de experiência prática, não no domínio dos estudos de mercado, porque nesse caso temos o nosso próprio programa de formação, mas nos domínios ligados ao que nós exploramos.

O nosso futuro superfuncionário passa então por um treino e uma formação complementar, relativamente longos e difíceis. Pedimos-lhes bastan-

tes sacrifícios, que se traduzem por uma série de estágios. Primeiro, estágios de ordem técnica, depois de «marketing», organizado ao nível internacional. Em seguida, depois de ter trabalhado em «comando duplo» com um responsável confirmado, durante pelo menos um ano, o nosso homem tem pelo menos todos os trunfos para se tornar um funcionário superior. Contudo, nada pode permanecer estático, neste capítulo e, por isso, são organizados todos os anos seminários internos. Isto autoriza-me a afirmar que a própria empresa faz sacrifícios que se traduzem por uma sobrecarga notável

Robert Boucaud:

«Se adoptarmos a formação dentro da própria empresa, ela tem de se esforçar por conciliar, por um lado, as possibilidades e as necessidades da empresa e, pelo outro, o desenrolar normal da carreira de um funcionário superior. Tudo isto pressupõe uma análise precisa do desenvolvimento da sociedade a longo termo, muitas vezes difícil de estabelecer, sobretudo nos pequenos e médios negócios franceses. De qualquer maneira, um plano de desenvolvimento e um plano de carreira, por muito bem pensados que tenham sido, não podem prever as circunstâncias inesperadas que surgem. Por consequência, mesmo nas sociedades desejosas de a fazer com todo o rigor, a promoção interna tem limites. E será ela desejável?»

Certamente que sim, mas ainda é muito frequente, em França, encarar-se a promoção interna do ponto de vista da continuidade e da estabilidade. As sociedades acham muitas vezes que devem assegurar a carreira dos seus funcionários superiores e estes esperam encontrar na empresa a certeza da evolução das suas carreiras. Uma preocupação moral está portanto à frente da eficácia!

Exclusivo «V. M.» — «Entreprises»

- (1) Sociedade de conselhos de direcção.
- (2) Sociedade especializada no estudo de mercados, segundo listas de retalhistas para os produtos de grande consumo.
- (3) Sociedade especializada no recrutamento de funcionários superiores.

ÍNDICES «V. M.»

O de 1967 saiu no n.º 1518
(12 de Julho de 1968)

O de 1968 saiu nos n.ºs 1553
e 1554 (14 e 21 de Março
de 1969)

TAXA DE JURO 4,5%

A PRAZO DE 12 MESES E UM DIA



TAXA DE JUROS DOS DEPOSITOS

A ORDEM (isentos de impostos)

até 30 contos	2 %
de 30 até 100 contos	1 %
de 100 a 500 contos	0,5 %
mais de 500 contos	0,25 %

A PRAZO

3 meses	3 %
6 meses	4 %
mais de 12 meses	4,5 %

ATÉ 15 CONTOS POR DEPOSITANTE
ESTÃO ISENTOS DE TODOS OS IMPOSTOS

EMPRÉSTIMOS

CAUCIONADOS POR:

propriedades
títulos de crédito
metais e pedras preciosas

compra de coupons
cobrança de juros e dividendos
administração de propriedades
arrecadação de valores nas casas fortes
aluguer de cofres individuais



MONTEPIO COMERCIAL E INDUSTRIAL
Rua Augusta, 206 - Telef. 32 32 24 - LISBOA

A CIÊNCIA CONTRA A FOME

Uma das grandes angústias do momento resulta da impossibilidade em que nos encontramos para garantir a alimentação do mundo. Na verdade, a fome sempre existiu, causando as suas devastações. A própria França era atingida há 200 anos, e há cerca de 100 a Irlanda era dizimada. Mas o progresso dos meios de comunicação e de informação tornam-nos também mais sensíveis a este drama. Para tentar resolver este trágico problema, duas soluções possíveis: o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, especialmente nos países subdesenvolvidos; o recurso às técnicas industriais, em matéria de adubos e de pesquisa para a criação de novas fontes de nutrição. As unidades fabris petrolíferas, assim como carboníferas, do tipo da D. S. M. holandesa, empregaram neste domínio grandes esforços que abrem perspectivas inesperadas, tanto no plano humano como no económico. É o que vamos hoje apresentar-vos.

Quanto seremos no ano 2000: 5 mil milhões, 6 mil milhões? Tenho em conta esta demografia galopante e o facto de, actualmente, 2 de cada 3 homens receberem uma ração alimentar insuficiente para que o seu desenvolvimento físico e intelectual seja normal, é indispensável que os recursos alimentares do nosso planeta dupliquem de agora até àquela data. Mas, duplicar a produção alimentar em 30 anos é um objectivo que parece estar fora do alcance da agricultura clássica, que apenas consegue suportar um desenvolvimento com metade do ritmo necessário. Longe de melhorar, a situação corre o risco de agravar-se.

A FOME DE PROTEÍNAS!

Mas o que é ainda pior, a quantidade não constitui o único problema: a qualidade tem pelo menos tanta importância como a quantidade. Se, com efeito, um vasto sector da humanidade come insuficientemente, o outro come mal. Em várias regiões, a ração alimentar é portanto desequilibrada e tem como consequência carências graves. Porque não importa apenas proporcionar aos homens uma quantidade de calorías suficiente, é ainda necessário que a proporção dos principais constituintes — proteínas, lípidos e glúcidos — seja equilibrada.

Exactamente, uma fome de proteínas ameaça a Humanidade. Na maior parte dos países em que a alimentação é baseada num único cereal (arroz, milho, trigo), ela carece geralmente de proteínas, e certos aminoácidos essenciais estão ausentes. Ora, contrariamente ao que acontece com os vegetais e microrganismos, o homem é incapaz de sintetizar por si próprio os elementos deficitários. É necessário que ele encontre na sua alimentação tudo

aquilo de que o corpo necessita. Neste aspecto, até mesmo os ruminantes são superiores a nós! Especialmente no que diz respeito aos 25 aminoácidos conhecidos, o nosso organismo é impotente para remediar a carência de 9 de entre eles — seja porque não os saiba elaborar, seja porque o pode fazer mas a um ritmo demasiado lento para responder às suas próprias necessidades. Uma carência destes aminoácidos essenciais à alimentação do homem é mais grave na medida em que traz para ele consequências nefastas, especialmente porque o organismo se torna impotente

pecto, o mar será, no futuro, explorado de maneira muito mais sistemática. Procura-se além disso criar novas fontes de proteínas. Enfim, trata-se de produzir artificialmente os aminoácidos essenciais para tornar equilibradas as rações proteicas deficientes.

O PETRÓLEO ALIMENTAR

Detenhamo-nos um pouco mais extensamente sobre o problema das proteínas. Precisemos, a este propósito, que toda a Terra dispõe actualmente para a nossa alimentação de cerca de 20 milhões de toneladas destes pro-



PROTEÍNAS DE FERMENTAÇÃO PETROLIFERA

«Uma fome de proteínas ameaça a Humanidade»

para assimilar os outros aminoácidos presentes na alimentação, mesmo necessitando deles. Assim, o consumo de proteínas é uma necessidade vital, mas torna-se ainda indispensável que a composição destas últimas não seja muito diferente da composição daquelas de que precisamos. É uma das razões pelas quais a maior parte das proteínas de origem vegetal não têm para a nossa alimentação o mesmo valor que as proteínas animais (carne, peixe, manteiga, queijo, etc.): carecem com efeito de aminoácidos essenciais, em especial de lisina.

Nestas condições, o combate contra a fome é simultaneamente feito em várias frentes. A agricultura esforça-se para aumentar as suas produções graças ao emprego cada vez mais amplo de adubos e pesticidas, graças ao aproveitamento de novas zonas de cultura e a uma melhor selecção das espécies. A conservação dos alimentos faz, por outro lado, grandes progressos. Ao mesmo tempo, procura-se «extrair» a alimentação de fontes novas e, neste as-

pecto, o mar será, no futuro, explorado de maneira muito mais sistemática. Procura-se além disso criar novas fontes de proteínas. Enfim, trata-se de produzir artificialmente os aminoácidos essenciais para tornar equilibradas as rações proteicas deficientes.

detidos por ano. Mas, neste momento, 14 milhões são consumidos por 1000 milhões de indivíduos, enquanto os 2 outros 1000 milhões devem contentar-se com os 6 milhões de toneladas restantes. O défice anual é assim da ordem de 10 milhões de toneladas. E, para o ano 2000, será pelo menos necessários dispor de 60 milhões de toneladas, para alimentar «racionalmente» os homens... Só a indústria se encontra em situação de proporcionar este colossal esforço de recuperação. Só ela dispõe de métodos de produção em massa dos produtos cuja qualidade e quantidade não estão submetidas a flutuações climáticas ou próprias da estação.

Estes métodos podem eventualmente ser aplicados à preparação de matérias comestíveis que respondem a certas normas. Sem dúvida, a preparação industrial dos alimentos (e, ao falar-se de industrialização, trata-se de uma coisa muito diferente do condicionamento em cadeia de produtos tradicionais) tem aspectos desfavoráveis, cho-

cando os consumidores, nos seus hábitos e nos seus preconceitos. Mas é verdade que se trata da única saída racional, em face da «fome de proteínas» que se manifesta. Esta é uma das razões que incitaram grandes empresas industriais a debruçarem-se sobre o problema da fabricação artificial de proteínas. Em particular, uma das vias mais prometedoras parece ser a conversão de certas fracções petrolíferas em alimentos.

Não se trata de modo nenhum, neste caso, de obter uma síntese química destes compostos muito complexos que são as proteínas. O custo de uma tal operação seria pouco razoável. Mas pode-se, aproveitando o metabolismo de certos microrganismos, transformar as fracções pesadas do petróleo em proteínas comestíveis. O benefício é por outro lado duplo, porque acontece que, seleccionando certas leveduras, consegue-se desenvolvê-las, nutrindo-as de petróleo, no qual elas consomem selectivamente as fracções pesadas, prejudiciais à produção dos produtos petrolíferos clássicos.

Ao mesmo tempo, «purifica-se» o petróleo e obtém-se, como subproduto deste tratamento, proteínas de valor. Quando se sabe que, em condições favoráveis, certas leveduras conseguem duplicar o seu peso em cinco horas, compreende-se o interesse que este recurso pode ter. Por outro lado, organismos encarregados do doseamento dos produtos comestíveis — como o Medical Research Council, na Inglaterra — publicaram já relatórios em principio favoráveis à sua utilização na alimentação humana.

As experiências de base são antigas. Simplificando, trata-se de encontrar os microorganismos capazes de se alimentar de petróleo e de sintetizarem proteínas a partir destes corpos mais simples que são as parafinas contidas no petróleo bruto. Os organismos mais evoluídos são completamente incapazes disto; mas, desde 1906, Söhnngen mostrou que certas bactérias podiam manter o seu metabolismo a partir do metano, principal constituinte do gás natural. Mais tarde, os investigadores descobriram numerosas leveduras, fungos e bactérias que podiam alimentar-se de hidrocarbonetos mais pesados. Foram todavia necessários longos esforços para seleccionar as espécies que faziam algo mais do que so-



A IMAGEM REAL (E LANCINANTE!) DO DEFICE

«O défice anual é assim da ordem de 10 milhões de toneladas

breviver, que se desenvolviam com grande rapidez.

A investigação destes clores apresentou durante muito tempo um carácter empírico, mas hoje os resultados são excelentes. As transformações enzimáticas e as mutações genéricas profundas, tão frequentes nos organismos monocelulares, permitiram esta selecção relativamente rápida. Os laboratórios das grandes sociedades petrolíferas empreenderam estes estudos depois da guerra e, hoje, praticamente todas estas sociedades estão interessadas em tais investigações. Desde 1945, as equipas de F. Just isolaram clores de leveduras — «candida lipolip-

tica» e «candida tropicalis» — que se adaptavam à vida num meio petrolífero. Tinha-se já observado que os carbonetos parafínicos ou oleifínicos não ramificados que apresentavam mais de doze átomos de carbono podiam servir de alimento a estes microrganismos. Um ano mais tarde, M. S. Taggart registava patente da transformação do gás natural numa mistura de ácidos gordos, álcoois leves e esterres, devido à acção do «bacillus parafínicus» em presença do ar. A partir daí compreendeu-se que as fermentações, vastamente utilizadas até então para converter as matérias-primas agrícolas em diversos produtos de consumo, podiam também ter como base industrial produtos petrolíferos, e compreendeu-se também o enorme interesse destas novas sínteses. Em 1954, J. B. Davis anunciava que, pela primeira vez, a produção de proteínas podia fazer-se a partir de produtos cujo preço é de um ou dois céntimos por quilograma!

BISCOITOS ENRIQUECIDOS

Entre as primeiras sociedades que empreenderam investigações em grande escala, encontra-se a B. P. E bem conhecida a importância das que foram levadas a cabo em França pela sua filial francesa, sob a direcção de A. Champagnat e em relação com a C. N. R. S. Actualmente, ultrapassou-se a fase experimental, na qual a pequena instalação de Laverne produzia diariamente 0,5 toneladas de proteínas para a alimentação animal. Encontrar-se em construção uma nova unidade que trabalhará à escala industrial. Fabricam-se já biscoitos «enriquecidos» em proteínas, devido à acção da massa de fermentação obtida por este processo.

Se a iniciativa da B. P. é a mais conhecida, ela não é a única. Em França, são conhecidos os trabalhos do Instituto Francês do Petróleo, particularmente os orientados para a conversão por oxidação biológica dos hidrocarbonetos gasosos em alimentos. Aqui, procuraram-se fenómenos de simbiose que permitiam obter «populações» particularmente activas. Ao mesmo tempo, os investigadores da I. F. P. colaboram com o Instituto Indiano do Petróleo que constrói duas fábricas-pilotos, esperando assim contribuir para a solução do grave problema da Índia, nos anos mais próximos.

A Gulf Oil Corp., nos seus laboratórios de Pittsburgh, fabrica por seu lado bolos e sopas que contêm proteínas extraídas do petróleo. Os investigadores da Mobil Oil dedicam-se também a este estudo. A Esso e a Nestlé encontraram uma matéria de investigação comum: uma unidade-piloto, situada nos Estados Unidos, transforma o petróleo numa farinha branca, inodora e insípida, rica em vitaminas e proteínas e que nesta altura custa cerca de três francos o quilograma.

Também os investigadores japoneses conseguiram preparar concentrados

No próximo número:

BERTRAND RUSSELL
— UM PERFIL E UMA OBRA

proteicos a partir de óleos de petróleos. Finalmente, a Shell Research, Ltd. revelou recentemente ter aperfeiçoado um progresso baseado num tipo bacteriano particular que oxida o metano e pode produzir proteínas a partir deste gás. Estudos análogos estão a ser efectuados pelos I. C. I. na Inglaterra.

Eis portanto os esforços que permitem boas perspectivas para o futuro das proteínas obtidas do petróleo mediante conversão biológica. Mas outras vias têm sido exploradas simultaneamente, para fazer face ao défice de proteínas. Em regra, são menos conhecidas, se bem que ofereçam perspectivas incontestavelmente interessantes. Trata-se, não de criar proteínas completas, cuja composição, como dissemos, pode desviar-se sensivelmente daquilo que um organismo humano exige, mas, pelo contrário, de fabricar esses componentes das proteínas que são os aminoácidos. Em primeiro lugar, convém sintetizar os ácidos «deficitários», como a lisina.

Contrariamente àquilo que foi dito para as proteínas, os aminoácidos — os seus constituintes — são de «estrutura» mais simples. Esta relativa simplicidade permite encarar a sua produção comercial, não mais por via biológica exclusivamente, fazendo apelo a organismos vivos, mas também por síntese química pura e simples. Vê-se imediatamente o interesse de uma tal produção. Posto que as proteínas de origem vegetal são «desequilibradas» em certos aminoácidos essenciais — o que diminui o seu valor — seria desejável poder enriquecer estas proteínas com os componentes de que carecem, aumentando fortemente o seu valor nutritivo.

Por este motivo, diversos laboratórios empreenderam investigações sobre a síntese da lisina. Sobretudo no Japão, já se produz este ácido por via bacteriológica: uma raça bacteriana particular converte melaços num produto rico em lisina. Grandes socieda-

des químicas especializadas procuraram, por sua vez, sintetizar inteiramente este produto. Os laboratórios Du Pont de Nemours, Merck Sharp & Dohme e Union Carbide trabalham nisto desde há anos. Todavia não decidiram ainda lançar uma produção comercial de certa envergadura.

Em compensação, uma decisão deste género foi tomada pelas Minas de Estado Holandesas: a D. S. M. Com efeito, esta grande sociedade química europeia está a concluir os seus preparativos para o lançamento de um fabrico industrial da lisina de síntese. O produto utilizado é o caprolactame, o mesmo que serve de matéria-prima para a síntese do «nylon»-6. Acontece que a D. S. M., grande produtora de «nylon», fabrica o caprolactame em grandes quantidades, graças a processos que são seu exclusivo.

Os investigadores desta sociedade tinham observado a semelhança de estrutura existente entre a lisina e o caprolactame. Do ponto de vista químico, o problema consistia pois em «fender» a molécula cíclica de caprolactame e introduzir um grupo aminado num determinado lugar da molécula. Mas o problema era complicado devido ao facto de a lisina, como muitos outros compostos orgânicos, possuir dois isómeros ópticos: a D-Lisina e a L-Lisina.

Se bem que a variedade dextrógira tenha a mesma composição, ela é na verdade biologicamente inactiva, por mais que a fabricação industrial tenha levantado os problemas de uma separação no fabrico de dois compostos de uma mistura racémica, facto a esta escala sem precedentes na história da química. No processo D. S. M. consegue-se isolar a L-Lisina, enquanto a variedade dextrógira reciclada no fabrico, no estado de aminolactame, que é o produto intermediário desta síntese. É certo que o mesmo método poderia eventualmente servir para a produção de outros aminoácidos, e as in-

vestigações do tipo D. S. M. prosseguem neste sentido.

A lisina de síntese pode utilizar-se directamente, mediante um enriquecimento das rações alimentares humanas, quando este composto falta naturalmente, ou ainda de modo indirecto, servindo para equilibrar as rações alimentares do gado, cujo rendimento em carne se eleva. Algumas estações zootécnicas holandesas estudaram já esta utilização da lisina na alimentação dos animais não ruminantes. Tal lisina de síntese apresenta múltiplas vantagens.

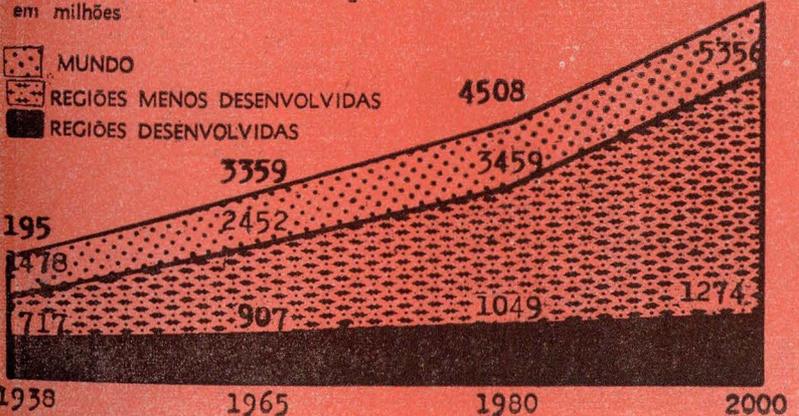
Assim, é necessário pouca quantidade desta, para melhorar uma ração alimentar, o que torna insignificante o custo do seu transporte. Por outro lado, este produto conserva-se facilmente, apesar das variações climáticas. A sua adição na alimentação é por outro lado muito simples, sem alterar o gosto dos alimentos. E ainda possível respeitar os hábitos alimentares da população para a qual a administração de lisina se torna necessária. Finalmente, dada a fabricação industrializada do produto, este último não é submetido a nenhum dos factores que alteram os produtos agrícolas.

A D. S. M. tem actualmente em funcionamento uma unidade destinada a fabricar 3000 toneladas de lisina por ano. É certamente muito pouco ainda, comparado com o consumo global de proteínas por ano, mas representa uma considerável fracção do consumo mundial, no que diz respeito a este aminoácido. É certo que os recursos desta fábrica aumentarão. Mas, para já, é um exemplo do modo como estes problemas, actualmente dramáticos, poderão ser resolvidos no futuro, se a Humanidade consentisse em sair dos antigos processos utilizados para a procura da sua alimentação.

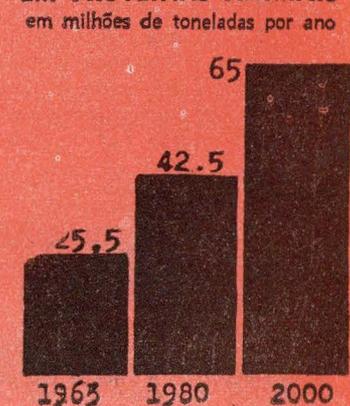
JACQUES BURKO

Exclusivo «V. M.» — «Entreprise»

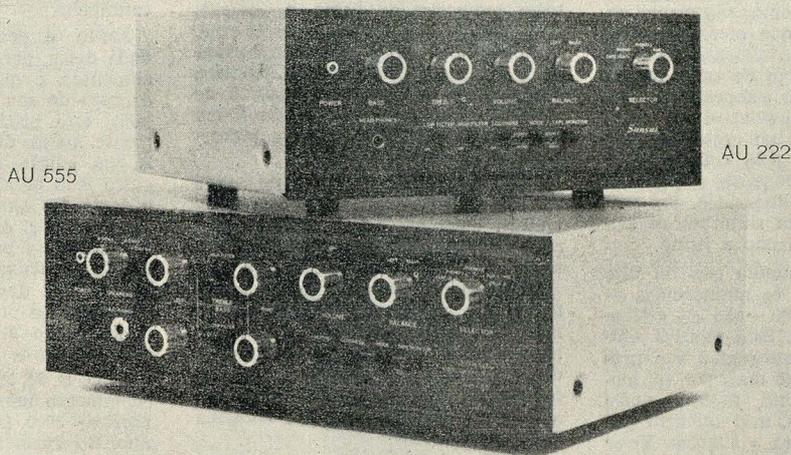
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL



NECESSIDADES DO MUNDO EM PROTEÍNAS ANIMAIS



Profissionais



Sansui®

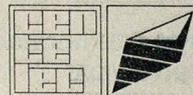
Ao escolher um dos amplificadores AU 555 ou AU 222, ambos do tipo "solid state" descobrirá um novo mundo... o mundo do neorealismo em som que lhe oferece a SANSUI em estereofonia profissional.

Com os seus 60 W, o AU 555 foi concebido para atingir o máximo da sua perfeição quando trabalha em conjunto com sistemas de altifalantes de potências alta e média. Além de uma completa independência entre os seus andares de preamplificação e de amplificação de potência, dispõe ainda de terminais para dois grupos de altifalantes, quatro vias de saída e sete de entrada.

Em 46 W, o SANSUI AU 222 dispõe de grande parte das características do AU 555 e goza ainda do privilégio de ser o primeiro amplificador realmente compacto, na classe profissional.

Qualquer dos dois amplificadores incorpora o que de mais actualizado existe na técnica de áudio. Uma banda mais larga, uma distorção mais baixa, mais ampla resposta e no que respeita à separação entre canais, está mais alta do que nunca.

Se o seu problema é um amplificador capaz de aproveitar as melhores possibilidades dos seus componentes, pense seriamente nos profissionais.



centelec

AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 47-4.º D.º - Telef. 561211 e 561647
(junto ao Saldanha - Metro PICOAS)

O LIVRO NA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

O que nos parece urgente, nisto como em tudo, será a definição pura e simples de uma política mais voltada para o presente e o futuro do que para a contemplação do passado. O problema actual do livro parece resumir-se no seguinte: o livro português é praticamente inexistente no mercado brasileiro e o livro brasileiro em Portugal é caríssimo. Veja-se o acentuado decréscimo a partir de 1961 nas exportações de livros portugueses para o Brasil:

Anos	Milhares de Escudos	Quilogramas
1954	130 062	12 555
1955	109 298	8 219
1956	269 057	27 611
1957	337 626	27 611
1958	305 726	30 450
1959	183 336	16 052
1960	197 000	16 776
1961	96 000	8 392
1962	163 800	13 329
1963	157 900	12 546
1964	99 900	8 266
1965	86 000	7 785
1966	73 700	5 534

Não se pode esquecer todavia uma realidade: apesar da língua comum, estamos perante duas culturas — a portuguesa e a brasileira.

Ignorar isto é cair em falsos paternalismos ou em nacionalismos exagerados.

Porque são propostas concretas e uma primeira base de trabalho, deixamos aqui as propostas (1) tendentes a resolver os problemas do livro português no Brasil, da prof. Maria de Lurdes Belchior, quando ocupava o lugar de conselheiro cultural da Embaixada portuguesa no Brasil:

a) Inclusão no novo Acordo Comercial luso-brasileiro de uma cláusula especial para um tratamento de excepção a conceder ao livro português no Brasil, com base na reciprocidade, ou seja, tratamento idêntico para o livro brasileiro em Portugal. Os livros deveriam sair da rubrica «Diversos» em que actualmenet se encontram;

b) A solução no que respeita aos pagamentos poderia ser encontrada na criação de um fundo especial no Brasil para amortização das liquidações pendentes; ou, ainda, por meio de subsídios de exportação ou, também, através da criação de institutos de compra;

c) Protecção do Estado à indústria e comércio do livro português, com vista ao caso especial da divulgação da cultura portuguesa no Brasil;

d) Criação de uma Editora ou Cooperativa de Editores que no Brasil editasse autores portugueses em colecções

mistas, ou só de autores portugueses, e a lançasse no mercado em concorrência com os editores brasileiros;

e) Criação de um Instituto ou Casa do Livro Português no Brasil, na base de reciprocidade, ou seja a existência de uma Casa do Livro Brasileiro em Portugal;

f) Criação de Institutos de Cultura Portuguesa nas cidades capitais dos grandes Estados do Brasil;

g) Exposições ou feiras periódicas do livro português no Brasil;

h) Propaganda comercial, publicidade de prestígio; em particular adequada propaganda do livro através da oferta sistemática de obras originais de autores portugueses a criticos, colunas de jornais, revistas, casas editoras, etc.;

i) Oferta sistemática de Bibliotecas de Autores Portugueses a centros de cultura e outras instituições congêneres do Brasil (universidades, ginásios, centros de pesquisa, etc.). Esta cobertura de centros culturais brasileiros com bibliotecas portuguesas poderia ser feita em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian;

j) Instituição de prémios para o maior exportador português e o maior importador brasileiro de livros portugueses para o Brasil.

Também o suplemento «Literatura e Arte» do jornal «A Capital» de 22-5-68, publicou uma entrevista com Enio da Silveira, grande vulto da Edição do Brasil, o director-proprietário da Editora Civilização Brasileira, e da qual, devido ao seu interesse, transcrevemos alguns excertos. Disse Enio da Silveira: «... O livro português, no Brasil, foi trabalhado de maneira académica e

imperfeita. Nenhum esforço sistemático se desenvolveu em extensão e profundidade. E porquê? Porque até hoje só houve contactos bilaterais e não plurilaterais entre editores portugueses e editores e livreiros brasileiros. Estas formas de contacto são limitadoras.»

E noutro passo da sua entrevista: «Somos uma ilha cultural de crescente importância a partir do próprio crescimento demográfico do Brasil: 3,6 por cento ao ano. Isto quer dizer que, no fim do século, seremos 100 milhões, que, somados ao que representa o mundo português, integrarão uma parcela substancial da Humanidade. Percebem isto melhor do que nós, determinados grupos internacionais, notadamente norte-americanos, que já se preparam para a conquista desse mercado.»

Acerca do papel da Comunidade Luso-Brasileira, Enio da Silveira respondeu: «O que nos interessa não é uma Comunidade Luso-Brasileira teórica, com discursos, «crachats», comendadores. Nós, povo da mesma carne e do mesmo sangue, com as mesmas reacções psicológicas, temos de estar unidos.»

Projectos?! «Um grupo brasileiro em colaboração com um grupo português vai fundar no Brasil o Centro do Livro Português. Uma iniciativa dinâmica, voltada para a promoção horizontal e vertical do livro português no Brasil. Pretendemos abrir loja no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou seja centros de venda ao público, simultaneamente, centros de irradiação de venda por atacado do livro português. Não vai ser tarefa fácil (...).»

Temos, portanto, dois tipos de propostas em análise: uma que endereçaria a solução para os governos dos dois países e outra de tipo particular e comercial, Complementares?! É evidente que neste condicionalismo talvez sejam. Não sabemos até que ponto



«Apesar da língua comum, estamos perante duas culturas — a portuguesa e a brasileira»

qualquer delas está já em marcha e não acabam, elas também, por ficar nas boas intenções. É evidente que tudo o que possa sacudir o marasmo actual nos parece válido. É necessário agir mesmo que seja necessário falar em nome da tão apregoadá Comunidade Luso-Brasileira para que algo se faça pela cultura destes dois países irmãos que são o Brasil e Portugal.

Para já deveriam os editores e livreiros, enquanto não o fazem os respectivos governos, tentar a solução dum problema que voltamos a enunciar: não se lêem livros portugueses no Brasil e os livros brasileiros de interesse que se podem encontrar em Portugal estão a um preço verdadeiramente escandaloso.

Um exemplo apenas: na pouco tempo um livrinho pequeno da colecção **Saber** (tradução brasileira da col. **Que sais-je?**) com o título «As Vitaminas» de Suzanne Gallot custava cá 22\$00; pois bem, a nova remessa da mesma edição brasileira chegou ao mercado português a 34\$00. Que fenómeno terá acontecido? Seria interessante que se pronunciassem os editores e livreiros dos dois países a fim de que o público leitor (que é quem paga) possa saber algo do que se passa. Seria interessante, pelo menos...

(1) In «Diário de Lisboa», 8/3/1968.

JOSE ANTUNES RIBEIRO

RELIGIÃO

Coire — Reunião dos bispos europeus

A problemática que os padres se põem e põem à Igreja (trabalho profissional, compromisso político, casamento, relações padres-bispos, exercício da autoridade, etc.) aparece hoje como a questão prioritária da Igreja.

Por isso o simpósio dos bispos europeus terminado há dias, em Coire, na Suíça, e dedicado ao estudo «do padre no Mundo e na Igreja de hoje», tinha fatalmente de concentrar as atenções (225 jornalistas presentes), tanto mais que o simpósio seria uma amostragem do que os bispos quererão fazer daqui a 3 meses no sínodo de Roma.

Presentes em Coire 115 bispos vindos de 19 países da Europa (entre os quais o auxiliar de Lisboa, D. Manuel Falcão) e cerca de 100 padres de 8 nacionalidades, chegados para criar uma espécie de «internacional» do clero.

Depois de termos lido as várias crónicas de Henri Ferquet no «Le Monde», a primeira verificação a referir é certamente a de que a Igreja Católica não vive na paz dos cemitérios. Daí que os focos de tensão que se multiplicam nas igrejas de todos os



A BASE EM OPOSIÇÃO À HIERARQUIA

«Serão necessários mil colóquios para que se decida procurar os verdadeiros remédios para esta crise?»

países também se fizessem entender em Coire. E se uns (como «Nouvel Observateur») já fazem a crónica e o inventário da morte da Igreja, outros (como «Le Monde») servem-se dos mesmos factos para focar a vitalidade actual da Igreja romana, julgando que uma sociedade se torna adulta quando é capaz de trazer ao consciente os conflitos recalçados do inconsciente.

PRECONIZADA A ADMISSÃO DE HOMENS CASADOS AO SACERDÓCIO

«O que queremos aqui — começaram por afirmar os padres num comunicado — não é, como se disse, fazer uma antiassembleia em relação à dos bispos, nem mesmo uma «assembleia paralela». Queremos somente tomar o nosso destino de padres nas nossas próprias mãos e não podemos fazê-lo senão numa tomada de consciência colectiva. Procuramos ser fiéis aos homens do nosso tempo e ao Evangelho. Não o faremos com balelas mas pelos actos que realizarmos em cada um dos nossos países, e em ligação uns com os outros.

«Os factos mostram com evidência que é necessário mudar a situação social dos padres. O problema dos padres diz respeito primeiro ao padre. Temos intenção de escrever a Paulo VI e aos bispos a dizer que queremos trabalhar na Igreja. Se os bispos quisessem tratar aqui como em qualquer outro dos nossos próprios problemas sem nós, seriam eles que fariam uma assembleia paralela.»

Este raciocínio estaria correcto se os padres reunidos em Coire representas-

sem efectivamente a maioria do corpo sacerdotal da Europa; o que não acontecia. Por isso ao pedido de que:

— o comité executivo dos padres presentes participasse nos debates da assembleia;

— uma sessão de trabalho comum padres-bispos fosse organizada;

— uma conferência de Imprensa igualmente comum tivesse lugar no final do simpósio;

os bispos argumentaram dizendo que se tratava dum simples reunião amigável entre bispos e que o grupo de padres presentes não era suficientemente representativo.

Os padres retorquiram. Mas os bispos não cediam. Até que, finalmente, à lógica das argumentações se substituiu o esforço pelo diálogo entre pessoas interessadas nos mesmos problemas e vários encontros informais acabaram por realizar-se, sem que, no entanto, se tivesse chegado a bases idênticas de reflexão ou de acção, em moldes orgânicos.

«Já há quase 1000 livros sobre a crise do padre. Serão necessários 1000 colóquios para que se decida procurar os verdadeiros remédios para esta crise?» — observava um padre no final do simpósio, descrito em termos negativos por Henri Ferquet, que por seu lado acentuava o perigo crescente da formação de uma «Igreja paralela», dado que os bispos não conseguiriam assumir e integrar as questões postas por uma fracção da Igreja. Diz ele: «A verdade obriga a dizer que entre o simpósio dos bispos europeus e a assembleia dos padres contestatários que acabam um e outro de terminar em Coire, a parte não é igual. Cada um ressentiu-o aqui como uma evidên-

ela paradoxal e dolorosa para os católicos ligados à hierarquia. Entravados na sua procura doutrinária e pastoral, tanto pelas diversas posições tomadas por Roma desde há 2 anos, tanto por hábitos desusados, os bispos, com algumas excepções, exprimiram duma maneira embaraçosa e eclética um certo número de ideias elementares que, em 1969, não podem passar aos olhos dos fiéis senão por lugares comuns.»

Quanto a nós e porque não temos outras informações, parece-nos de salientar o discurso do primaz da Bélgica, cardeal Suenens. Eis uns apontamentos:

«A nossa tragédia é a de não termos suficientemente diante dos olhos o mundo do ano 2000. Não creio que falte o ideal aos jovens de hoje. As vocações sacerdotais continuam numerosas. Se elas não resultam é do nosso lado que devemos procurar a causa. O padre não quer mais pertencer a um Estado sociologicamente estratificado como outrora»

Depois de ter abordado a maneira de se ser padre antes e depois de Constantino, na Idade Média, na Renascença e nos nossos dias, para melhor fazer compreender a relatividade e a contingência de certos hábitos clericais, o cardeal afirma: «O padre é o profeta de Deus que anuncia a mensagem evangélica. Está no meio do mundo para unir os homens entre si. A sua função é de ordem fraterna.»

Suenens, que foi vivamente aplaudido pelos bispos e pelos padres contestatários, convidados para o ouvir, abordou ainda frontalmente a questão do celibato, do compromisso político e da actividade profissional: «É necessário aceitar que o papel do padre está em causa e aceitar o exame do seu triplo compromisso, temporal, profissional, familiar... Digamos claramente que o problema do celibato deve ser situado no contexto global da vida do padre e da Igreja no Mundo; que ele não está necessariamente ligado à carência de vocações (as Igrejas protestantes de Inglaterra têm 3 mil lugares vagos e contudo com um clero casado); que toda a discussão não tem objecto se não supõe uma fé integral e viva em Nosso Senhor e na Sua Igreja...» E finalmente propõe a título pessoal:

«— A necessidade de aprofundar o valor evangélico do celibato livremente escolhido, nomeadamente desenvolvendo na Igreja uma renovação da vida comunitária;

— Revisão em muitos aspectos da legislação canónica em matéria de dispensa do celibato. É necessário sairmos desta legislação humilhante;

— Estudo com profundidade teológica daquilo que por parte da essência do ministério sacerdotal e daquilo que é contingente, determinando exactamente o carácter sacramental do sacerdotício;

— Exame da hipótese da admissão de homens casados ao sacerdotício, onde a necessidade pastoral, por penúria de clero, o exija.»

A. M. P.

DESPORTO

Os jogos da comunidade

Um repentino sonho de grandeza da Direcção-Geral de Desportos ia comprometendo a realização dos IV Jogos Desportivos Luso-Brasileiros, que nesta altura decorrem em diversas cidades do Brasil. Esse sonho, foi o tão discutido e infeliz compromisso de organizar a Universiada/69, uns quase Jogos Olímpicos que seriam um insulto ao nosso subdesenvolvimento desportivo, tal a despesa que acarretariam, tão grande o sacrifício que vinham impôr ao titubeante princípio de apetrechamento gimnodesportivo do País.

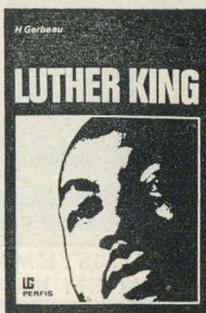
A ideia inicial, dada a impossibilidade prática de, no mesmo ano, comparecermos a duas competições de grande envergadura, era sacrificar os IV Jogos Luso-Brasileiros, compromisso bienal assumido entre os governos dos

países irmãos. A imediata reacção dos meios brasileiros foi de repulsa, levantando-se uma questão quase diplomática de certa gravidade. Em consequência, a Direcção-Geral de Desportos de Lisboa resolveu comparecer aos Jogos da Comunidade, mas com um número restrito de atletas, por razões económicas directamente ligadas à custosa e vultosa organização da Universiada.

Como é do conhecimento geral, o Governo do prof. Marcello Caetano, pouco tempo depois de assumir o Poder, mandou anular aquela prova mundial de desporto universitário, que por estas alturas devia ter em polvorosa a imaginação grandiloquente de certos dirigentes, que nos ofereciam um saboroso «cocktail» internacional sem o poder enriquecer com elementos nacionais válidos. E ficou assegurada a participação e realização dos Jogos Luso-Brasileiros, que há cerca de uma semana foram inaugurados no extremo Norte do Brasil, na cidade de Belém do Pará, primeira capital do imenso país irmão.

A ideia dos jogos partiu, há já vários anos, do dr. João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos. A sua luta só ao fim de grandes sacrifícios deu resultados positivos, com a organização, no nosso País, das primeiras competições. O objectivo primeiro é o convívio salu-

LG
uma editora em renovação



COLECÇÃO
PERFIS

LUTHER KING

de H. GERBEAU 35\$00

UNIÃO GRÁFICA — Rua de Santa Marta, 48 — LISMOA-2

**fotografar nunca foi tão fácil...
e tão divertido.**

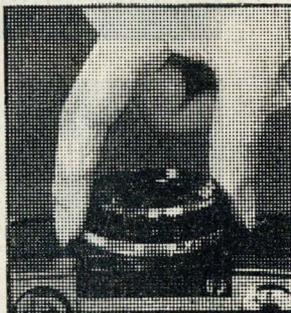


Olympus

PEN EES-2

A nova OLYMPUS PEN EES-2 — tão pequena, tão leve — é uma grande companheira de viagem,
A Olympus, tornou a fotografia num grande desporto para todos.
A Pen EES-2, é tão fácil e conveniente no seu uso, que não se necessita saber nada de fotografia para se conseguir uma foto perfeita.
A Olympus Pen EES-2, tem todas as características de uma câmara do dobro do seu preço.

PONHA-A NO SEU BOLSO E SAIA.



➔ **NOVO SISTEMA DE FOCAGEM RÁPIDA**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA OFICIAL

Distribuidores:



SEDE: Av. 5 de Outubro, 56 — Telef. 56 25 41 — PPC 5 Linhas — LISBOA 1
FILIAL: R. Miguel Bombarda, 221 — Telef. 2 80 08 - 2 05 53 — PORTO



Medalha comemorativa dos IV Jogos Desportivos Luso-Brasileiros



tar das juventudes de ambos os países de língua portuguesa, pelo que não existe pontuação nem vencedores oficialmente reconhecidos. Outro factor que se integra no mesmo objectivo é a extensão das exibições atléticas ao maior número de cidades possível, de modo a levar a mensagem dos jogos o mais longe e à maior quantidade de núcleos.

Contudo, para que o objectivo primeiro seja conseguido — o da participação popular nessa convivência — necessário se torna que exista, não diremos uma competição, mas pelo menos um nível exibicional de qualidade. Neste aspecto, é que nos parece que pouca coisa foi feita, pela parte que nos toca, na edição presente. As coisas começaram mal, e nunca mais se endireitaram. As medidas tomadas primaram pela emergência. A representação portuguesa foi remendada de diversas maneiras, raramente as mais adequadas, face à importância real do acontecimento.

Enfim, cumpre-se o programa, mesmo que sofrivelmente, e todos nos damos já por satisfeitos, lembrados da barraca iminente que a diplomacia teve de evitar em última instância. Até se conseguiu trazer cá, através de um oportuno convite oficial, o desiludido e eficiente dr. João Havelange, que por certo jurara não se meter nou-

tra tão cedo. E não se quebra o ritmo prometedor que parece lançar para a frente o edifício até aqui titubeante da Comunidade Luso-Brasileira, um sonho positivo que todos desejamos ver concretizado.

A. P. da S.

ARTES PLÁSTICAS

Histórias trágico-marítimas

A tragédia acabará onde a ironia começa? Até que ponto será possível hoje uma «consciência trágica» do Mundo? Será viável para o artista moderno uma posição romântica, univocamente definida?

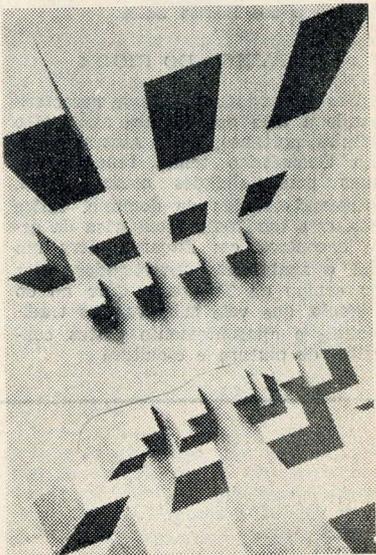
Os quadros de Noronha da Costa, expostos ultimamente na Galeria 111, levantam, de algum modo, esta questão que pode constituir o problema central de uma estética «neo-romântica». São alguns «pastéis» desenvolvendo sempre uma história narrada ao jeito das «bandas desenhadas». Simplesmente, nestes quadros quase-miniaturas, a «história» desenrola-se linearmente num espaço contínuo, o qual é, apenas, alterado nessa continuidade por vários *écrans* simulados que esfumam a imagem, mar-

cando um ritmo temporal na medida em que substituem os «quadrinhos» da «banda desenhada». A dimensão temporal alcançada é, assim, mais evidente neste processo do que nas «histórias em quadrinhos», aproximando-se bastante do «tempo» cinematográfico. Por outro lado, os *écrans*, sempre simulados pictoricamente, indeterminam o espaço ilusório situando as imagens no limiar da ausência. E neste jogo de presença/ausência que se forma a tensão dramática das «histórias».

«Histórias» que são «trágicas e marítimas» sim, senhores, como aliás o autor não se esquece de indicar. Que elas se referem a uma verdade bem portuguesa — não há dúvida nenhuma e por isso são tão verdadeiramente trágicas (porque nos dizem imediatamente respeito e ao nosso destino actual aí representado); mas sempre risíveis também, com a tonalidade burlesca que tantas vezes acompanha as tragédias.

Não, a tragédia não acaba onde a ironia começa. Simplesmente, ela perde univocidade — e uma gravidade antiga — para se definir em ambiguidade, assumindo, igualmente, a sua face irónica, assumindo aquela dimensão absurda (ou polivalente) que a Realidade tem. A «naïveté» que tornou possível o Romantismo do século XIX não é hoje pensável. Qualquer

posição «neo-romântica» — que pode muito bem ser a posição actual de Noronha — revela fatalmente desta



COMPOSIÇÃO BIDIMENSIONAL

«Entre nós, esta tendência geométrica da arte encontrou em Eduardo Nery um fiel e apaixonado investigador»

OS «BEST-SELLERS» — INFORMAÇÃO SEMANAL «V. M.»

TÍTULO	AUTOR	EDITOR	Classificação precedente	N.º de semanas consecutivas neste quadro
1 Ler e Depois	Óscar Lopes	Inova	1	4
2 Problemas de Investigação e História	R. Luís Gomes	Inova	—	1
3 Inquisição e Cristãos-Novos	A. José Saraiva	Inova	2	8
4 Presença de Abel Salazar	Vários	Inova	—	1
5 Médio Oriente	Vários	Dom Quixote	3	3
6 Os Guerrilheiros	J. Lartéguy	Bertrand	4	2
7 A Mulher na Soc. Contemporânea	Vários	Prelo	—	1
8 As Doenças da Empresa	F. V. Gonçalves Silva	Autor	—	1
9 A Criança e a Vida	M. Rosa Colaço	I. T. A. U.	10	14
10 De Maio a Maio	Vários	Prelo	—	1

Outros livros bastante vendidos: *Kyoto* (Kawabata), *Pela Manhã Cai o Cacimbo* (Orlando Albuquerque), *Entre Cães e Lobos* (G. Cesbron), *A Traição do Padre Martinho* (B. Santareno), *O Canto da Galinha* (R. Solis), *A Mulher da Areia* (Kobo Abe), *Juventude e Contestação* (Vários), *Os Quadros e a Revolução Informática* (A. Kaufmann), *Os Médicos do Impossível* (C. Bernardac), *A B C da Cibernética* (Kondratov).

Este quadro das novidades literárias mais vendidas nos últimos dias, foi elaborado de acordo com os elementos recolhidos junto das seguintes livrarias:

LISBOA — Ática, Barata, Bertrand (Garrett, Av. de Roma e Malpique), Clássica, Diário de Notícias (Chiado e Rossio), Divulgação, Escolar Editora, Galeria 111, Lello Moraes (Picadeiro), Parceria António Maria Pereira, Portugal, Quadrante, Sa da Costa, Seculo e Livrelco.

PORTO — Asa, Avis, Educação Nacional, Escolar Infante, Fernando Machado, Internacional Latina, Lello Moreira, Porto Editora, Sousa & Almeida, Tavares Martins e Leitura.

insaciável vontade de *ser em plenitude* e da terrível lucidez de nos sabermos divididos pelo tempo, na necessidade, cada dia mais premente de um movimento crítico em relação ao Mundo e aos nossos actos.

A PAIXÃO DO RIGOR

Um apaixonado rigor vem caracterizando a arte dos últimos anos. Não admira, portanto, que o Abstraccionismo Geométrico tenha renovado as suas potencialidades comunicativas, afirmando razões de domínio. Entre nós, esta tendência geométrica da arte encontrou em Eduardo Nery um fiel e apaixonado investigador, quer no campo da Tapeçaria quer no do *Objecto*, que veio substituir os tradicionais e aparentemente gastos conceitos de pintura e escultura.

Se a propósito dos presentes trabalhos, expostos na galeria Buchholz, se pode falar ainda de *quadros*, isso é simplesmente porque a sua estrutura se define nos limites do quadro, embora às vezes exista no artista uma clara vontade de transpô-los por uma diversa ocupação do espaço. É assim que alguns destes objectos deixam de ser pendurados na parede. Outros, por sua vez, apresentam-se como um rectângulo quebrado, recusando, portanto, uma estrutura convencional. Mas, seja como for, esta problemática é secundária em Nery, nunca tão essencial como, por exemplo, em Helena, Almeida.

O que é essencial em Eduardo Nery é um jogo visual que se processa ao nível da ilusão óptica e da sua imediata recusa, afirmando sempre a importância das qualidades perceptivas

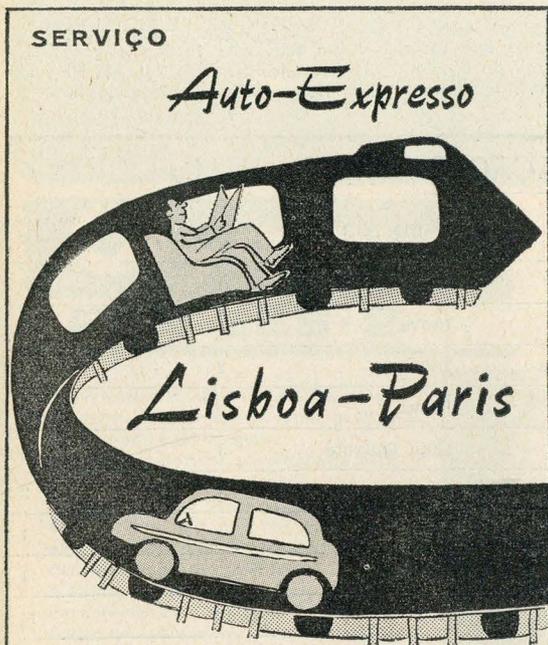
do espectador. Os seus quadros apresentam geralmente pequenos cubos — que podem ser em relevo ou apenas simulados por processos pictóricos. A uma certa distância e segundo certas condições de luz-ambiente, o espectador não pode distinguir o que é pintado do que é relevo. Mas logo a ilusão pode ser desfeita por um segundo olhar mais atento. E esta ambiguidade de leitura, este convite à actividade intelectual de cada um de nós que, sobretudo, preocupa Nery. Neste processo ilusório, o artista joga com certas tendências da nossa visão como, por exemplo, a de entender a profundidade de um espaço segundo as linhas de perspectiva ordenadas para um ponto de fuga. Ora, este mesmo ponto de fuga pode funcionar como o lugar de encontro de linhas semelhantes, mas sugerindo um ponto de vista contrário, segundo certos efeitos ilusórios. Teremos, assim, duas sugestões espaciais inquietantemente contraditórias, como se, de repente, o espaço tivesse sido «voltado do avesso».

A grande surpresa destes trabalhos de Nery é a conquista inesperada de uma dimensão espectacular, algo que se manifesta ao nível das cores brilhantes e esplendorosas, sem que se tivesse perdido um mínimo que fosse do seu rigor conceptual. Sempre a cor tem aqui uma função rigorosamente insubstituível, sem que abdique de uma intenção francamente vitalizadora e sintetizante.

É, ainda, neste espaço de Rigor, que se situam algumas experiências de artistas mais jovens, expondo recentemente na Galeria Quadrante. Num grupo constituído por António Ferraz, Paisana, Maria Beatriz, Nesbitt, Vítor Pomar, David Evans, Fátima, V. Vieira, F. Calhau e Helena Lapas, destacavam-se certas experiências cinéticas de Ferraz e Paisana, extremamente simples mas inventivas e as figuras recortadas de Maria Beatriz, anunciando a possibilidade de uma figuração vincadamente expressionista, agora em termos de definição objectual.

Um quadro de David Evans, já apresentado na Exposição do B. P. A., revelava, igualmente, apreciáveis qualidades.

F. B.



AGORA TAMBÉM O SEU AUTOMÓVEL
PODE VIAJAR DE COMBOIO

ENTRE

LISBOA E PARIS

PRESTAM-SE INFORMAÇÕES NO
SERVIÇO COMERCIAL E DO TRÁFEGO

ESTAÇÃO DE SANTA APOLÓNIA

RÁDIO

Paciência, seu Chico

UM

Parece promessa feita a santinho de muita devoção: a rádio terá sempre por primeiro e melhor intento a majestosa obra analfabetizadora das ondas hertzianas, ou, como em tempos se dizia ao Brasil: a escola dos que não sabem ler, cujos professores jamais foram à escola.

Quer o leitor um exemplo? Oiça Armando Marques Ferreira, num gostoso

TRES

Quando ouvimos programas (?) como «3 x 5» ou «Encontro para dois» ou «Donas de Casa» e outros, também nos apetecia correr o botão e calar a voz do locutor e da locutora, mandar suspender as ondas hertzianas, os quilovátios e dizer a seu «Chico»: Paciência, seu Chico, dinheiro todos queremos, mas não devemos estar a anunciar isso a todos os momentos pela rádio.

Todos nós sabemos que a ignorância acaba sempre por vencer, mas não é foro estar a gritá-lo a todos os momentos. Não pode ser, seu «Chico». Rádio não é bolsar de horas e de anúncios, colocar discos e voltar a anunciar as horas e os anúncios. Não é não, seu «Chico».

Deste mal — do mal da caquexia — parece sofrer agora «Em Órbita», um dos poucos programas que procurava um tempo válido no tempo esclerosante da rádio portuguesa. Mas luta. Busca desesperadamente um reequilíbrio que a salve da viagem à Lua, da «Nova Aventura» em que se meteu. «Em Órbita» procura salvar-se de um fim que parece próximo. E é uma pena.

M. S.

utora. António Calvário gemebundo: «Mas só em terra há flores na Primavera/Mais além/Neste chão que é raiz/Do meu país/A cantar sou feliz/ /Não/Não cantei em vão...» Depois é o sr. Armando Marques Ferreira a entrevistar o sr. Mazorgão, que vai falar do Festival da Canção Popular do Rio de Janeiro, Maria Valejo será a representante de Portugal. «Porque é nova, porque tem boa presença...»

A. M. F. acha que Valejo é, neste momento, a melhor representante da canção de Portugal. Valejo dá exemplo: «Ai, ai, ai, é Lisboa/Na rua a cantar/ai, ai, ai, é Lisboa a noite do mar...»

DOIS

Nós queríamos deixar aqui um exemplo citado por Nestor da Holanda.

Quando, certa noite, Roquete Pinto, director da antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ouviu o saudoso Francisco Alves cantar:

«Eu quero uma mulher bem nua, bem nua», etc., telefonou para a emissora e mandou suspender o programa.

No dia seguinte, o seresteiro foi falar com ele:

— Dr. Roquete, estou muito aborrecido, porque o sr. cortou minha audição.

— Fui obrigado, Chico.
Disse porquê:

programa da sua autoria chamado «3 x 5». Nós ouvimo-lo a entrevistar um sr. brasileiro, Mazorgão de seu nome: «Pois bem, sr. Mazorgão, que é o director do 4.º Festival da Canção Popular do Rio de Janeiro, obrigado por nos ter concedido este breve esclarecimento.»

Se o leitor quer mais exemplos de como são gastas as ondas hertzianas na nossa radiodifusão oça também, não perca, por favor, um programa chamado «Éxito das Estrelas», de Odete Ferrão e António Sérgio. «Amigos ouvintes, até amanhã no programa «Encontro para dois». Então como é? Odete Ferrão e António Sérgio têm talento para muitos e variados programas. Talento às carradas. Basta saber que... «A fórmula única para fixar o seu cabelo é... São três horas e onze minutos... Hoje ainda pode remeter a sua quadra original para...»

A seguir a «Éxito das Estrelas» — já vimos como foi um programa diferente, uma verdadeira escola para os que não sabem ler, aquele que através de centenas de quilovátios vai a todos os recantos do território nacional — surgiu o programa do sr. Armando Marques Ferreira «3 x 5» (Três vezes cinco). Um programa que mete tabuada, contas de multiplicar. E este, sim, foi diferente: «Grandes facilidades de pagamento... para cada caso uma solução...» Voz do locutor. Voz da lo-

SELECÇÃO DE FILMES — INFORMAÇÃO SEMANAL «V. M.»

EM LISBOA:	AC	ADC	BT	EPC	JVP	LA	MML	MN	VST
O Melhor de Bucha e Estica (J. Wolcott)	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Spartacus (S. Kubrick)	3	—	—	2	—	4	—	—	—
O Deserto Maravilhoso (W. Disney)	—	—	—	0	—	—	—	—	—
Psico (A. Hitchcock)	2	2	—	3	—	3	—	1	—
Encontro com a Vida (A. Duarte)	—	—	—	0	—	0	—	0	0
Esta Noite, Não... (Dirk Sanders)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A Grande Corrida à Volta do Mundo (B. Edwards)	2	—	—	2	—	4	—	3	—
O Casamento (Claude Berri)	—	2	—	4	—	—	—	—	—
Doce Novembro (R. Ellis Miller)	0	2	3	—	—	0	0	—	—
Espia sem Nome (A. Lattuada)	2	2	1	—	—	3	2	—	—
Os Protagonistas (M. Fondato)	0	—	1	—	—	3	2	—	—
Rocco e seus Irmãos (L. Visconti)	—	3	2	5	5	5	5	5	3

VOTANTES: A C — Afonso Cautela (Vida Mundial); A D C — Adelino Cardoso (Rádio e Televisão); B T — Botelho Gomes (O Seculo); E P C — Eduardo Prado Coelho (Diário de Lisboa); J V P — José Vaz Pereira (Jornal do Fundão e Seara Nova); L A — Lauro António (Diário de Lisboa e Seculo Ilustrado); M M L — Manuel Machado da Luz (Seara Nova); M N — Manuel Neves (dirigente cineclubista); V S T — Vítor Silva Tavares (Etc. de Jornal do Fundão).

TABELA: 0 — mau; 1 — medíocre; 2 — com interesse; 3 — bom; 4 — muito bom; 5 — excepcional (O nome do realizadores vão indicados entre parêntesis.)

TV

«Riso e ritmo» em decadência

Projectado o celeberrimo «Zip-Zip», na «órbita televisiva», o seu impacto fez abalar toda a demais programação da R. T. P. Era inevitável que assim acontecesse — sempre as coisas vivas se sobrepuseram à monotonia, à vulgaridade, à mediocridade.

Mas outros programas da nossa estação oficial procuram impor-se ao favor do público. Infelizmente, parece que nunca o conseguiram, e não conseguirão enquanto não se servirem cem por cento da autêntica linguagem televisiva.

Neste caso, por exemplo, se encontra «Riso e Ritmo», uma rubrica de variedades, que, no começo (há cerca de três anos, salvo erro), parecia ter encontrado uma certa forma de prender o público. A última apresentação de «Riso e Ritmo» foi, acima de tudo, a evidência de um caos, de uma atabalhoação de processos e finalidades que o tornaram «insipido, incolor e inodoro». Desde o texto envolvente, quase todo de nível literário inferiorissimo, passando pela ideia «macaca» de utilizarem o actor que «faz de macaco» no cinema e a vedetinha paspalhona estrangeira, ideia de uma falta de originalidade e graça conflagradas, passando ainda pela lamentável ausência de qualidades de animador, já tão suficientemente revelada por Nicholson, até à inserção de rábulas revestidas anedóticas (a exibição de Florbela), filmes nocturnos na estrada marginal, até, sobretudo, à ausência de um linha de ligação entre os diversos «numeros» do programa (no texto e na montagem), «Riso e Ritmo» foi a prova concludente de um cansaço dos produtores ou de uma mingua definitiva de capacidade inventiva. E tudo isto não quer dizer que a rubrica não tivesse aqui e além algumas ideias aproveitáveis, alguns momentos curtos aceitáveis. Mas «Riso e Ritmo» é um todo

que dura uma hora e esses instantes não encheriam dez minutos. Saliente-se a actuação de Rute, uma cancionista capaz — se a não aconselharem mal — de ir longe.

Outro programa que se anunciou com certos foros de novidade foi «Imagens da Poesia Europeia», a que nos referimos já no último número. Confirma-se, de resto, a ideia com que ficáramos. David Mourão-Ferreira parece ir limitar-se à leitura de poemas com breves (quiza primarias) referências à obra dos autores. Em suma, um programa de poesia que, em relação a tantos outros da rádio e da televisão, nada nos apresenta de novo, salvo, evidentemente, o autor de bem maior competência que os responsáveis pelas outras rubricas mencionadas. De qualquer forma, esperava-se muito mais de «Imagens da Poesia Europeia». Esperava-se pelo menos que rompesse com o figurino tradicional. Só isso, parecemos, permitiria a captação de um público mais vasto para a Poesia.

Do «Zip-Zip» da última semana pouco haverá que dizer além de que ele soube manter-se ao nível médio dos seus antecedentes. De salientar: a triste exibição de Espadinha e a excepcional categoria do padre Fanhais, um compositor e um trovador de quem muito se pode esperar a favor da canção autenticamente portuguesa. Um reparo, melhor, dois: as câmaras não se lembraram muito dos espectadores e falharam os grandes planos «indiscretos». Finalmente, para os organizadores do programa: atenção ao público que assiste. Estão a repetir-se muito as mesmas caras (nada pior do que isso para cansar o telespectador) e certo sector do público transformou-se definitivamente em «claque». Perigoso.

«Se bem me lembro», é uma crónica televisiva assinada pelo prof. Vitorino Nemésio. Não nos pareceu que este catedrático tenha condições óptimas para «charlar» com o telespectador. Nitidamente «preso» de inflexões ora monótonas, ora desagradáveis, muito amarrado ao texto porque se guia, Vitorino Nemésio não capta a atenção, podendo, embora, os assuntos escolhidos serem de interesse. Haverá, talvez, que rever processos quanto à elaboração das suas conversas e quanto à realização técnica.

A propósito do lançamento da Apollo-11, iniciou a R. T. P. uma série de entrevistas com várias personalidades. As primeiras apresentadas — o eng. Varela Cid e o jornalista Manuel Dias — estiveram longe de despertar a curiosidade. O primeiro, talvez demasiado técnico, e o segundo, emitindo opiniões excessivamente discutíveis e pessoais que José Mensurado deveria talvez ter levado para um campo mais dialogante, não cumpriram cabalmente a ideia da R. T. P., que, na sua pureza, é de encorajar. Repetimos: José Mensurado não pode deixar que estas conversas caiam em monólogos; parece-nos que a sua intervenção mais constante, de for-

ma a obter-se o diálogo, seria extremamente vantajosa.

Quarta-feira foi dia grande: directamente de Cape Kennedy, assistiu-se ao lançamento da Apollo-11. Televisão pura: o acontecimento conosco no exacto minuto. Boa qualidade das imagens.

O. N.

MOVIMENTO EDITORIAL

Autores portugueses

● «NO PRINCÍPIO SERÁ A CARNE» — Manuel Grangejo Crespo — Do livro que publicou, afirma o próprio autor em circular previamente distribuída:

«O livro agora no prelo, «No Princípio Será a Carne», é uma peça de teatro. A publicação desta obra foi recusada por todas as editoras a que o autor se dirigiu. O mesmo sucedeu já, aliás, com «O Gigante Verde» só editado em Portugal, dois anos depois da sua publicação em França.

«Desta vez, porém, o autor resolveu não esperar pelas modas estrangeiras. Onde, esta circular. Só os leitores podem provar às casas editoras portuguesas que vedar ao público as obras que não cabem na sua tacanhez, nos seus interesses ou nas suas politiquices de café não compensa. Comprar um livro pode ser um voto, uma maneira de participar na construção dum cultura livre e representativa.

«No Princípio Será a Carne» é um «ritual para apressar o futuro» um futuro que não é uma utopia, mas uma visão directamente radicada numa análise profunda da realidade presente.»

Da mesma circular extrairmos a seguinte informação biográfica:

«Manuel Grangejo Crespo é um jovem escritor português, mais revelado no estrangeiro do que no seu próprio país. A esse facto não são estranhas as suas frequentes e prolongadas estadias fora de Portugal, nomeadamente em França e nos Estados Unidos da América.

«Em Portugal, foi fundador e director do extinto Núcleo de Inovação Teatral, de que fizeram parte, entre outros, Isabel Ruth, João d'Ávila, Nuno Barreiros e Agueda Sena; produtor do programa radiofónico Meia Hora de Teatro; crítico de teatro e «ballet» para a «Seara Nova».

«Publicou os seguintes livros: «Inauguração da Ausência», poema (1958); «Os Implacáveis», teatro (Minotauro, 1961); «Le Géant Vert», teatro (Éditions du Seuil, 1963 — publicado em português pela Atica, em 1965).

«Em França, foi distinguido com uma bolsa de escritor pelo Ministère des Affaires Culturelles; foi leitor e tradutor para as Éditions du Seuil; foi-lhe encomendada uma «Antologia da Poesia Portuguesa» agora já quase terminada, pela Association Interna-

ECZEMAS (húmido e seco), Herpes, Urticária, Úlceras crónicas, Feridas, Usagre, erupções na barba, COMICHÃO, Dermatoses, chagas, mordeduras de insectos, espinhas, numa palavra: PARA AS DOENÇAS DA PELE, têm no acreditado e famoso

«HERPETOL»

O seu remédio certo

ATÉ HOJE AINDA NÃO APARECEU COISA MELHOR

A venda em todas as farmácias e drogasias

tional pour la Liberté de la Culture. «Em Nova Iorque, fundou e dirigiu, de 1964 a 1967, a Re-Theater C.; encenou a sua própria peça «O Gigante Verde», levada à cena no St. Marks Playhouse; concebeu o espectáculo «A Woman's Word», que a célebre Martha Schlamme apresentou em Boston (1966).

«De regresso a Portugal, realizou um filme em 1968: «Santuário», uma curta metragem em 16 mm.»

● EDITORIAL POLIS — Esta nova editora acaba de lançar no mercado as seguintes obras:

«Angola — Março/Abril 1961 — Um Mês de Terrorismo», por Pereira da Costa; «Ensaio sobre a Filosofia do Poder», por Milton Montiz; «Ressurreição do Sab», por Isabel de Almeida; e «O Meu Barbeiro», por Carlos Pinhão.

● «TRAS-OS-MONTES — PROBLEMAS REGIONAIS» — Rogério Reis — Justificando a publicação, o autor escreve:

«As páginas que se seguem arquivam apenas cerca de meia centena dos quase dois milhares de artigos que tenho podido dedicar à província de Trás-os-Montes, especialmente ao distrito de Bragança. Estas crónicas não foram colhidas por mera vaidade, mas obedecendo a reiteradas solicitações orais e escritas vindas de muitos lados.

«Se o público e a crítica dispensarem atenção generosa à obra iniciada, estimular-me-á a arrumar em ulteriores brochuras as centenas de artigos inseridos na Imprensa diária, que darão pelo menos quatro volumes e, para uma outra oportunidade, a seleccionar as crónicas desde há dez anos saídas na Imprensa regional, mais ligeiras, mas quicá igualmente válidas. (Edição do autor).

PEQUENAS NOTÍCIAS

● CORRESPONDÊNCIA DE FREUD — Foi recentemente publicada pela Editora Fischer, de Francoforte (Alemanha), a correspondência entre Sigmund Freud e Arnold Zweig, coordenada por Ernst L. Freud. Serve de introdução ao volume uma carta do ano de 1927, na qual Arnold Zweig pede licença ao fundador da psicanálise de lhe dedicar o seu livro «Caliban oder Politik und Leidenschaft» («Caliban ou Política e Paixão»). A correspondência protonga-se até à morte de Freud, em 1939, no seu exílio em Londres. Nestas cartas reflecte-se a história desses doze anos, a ditadura nacional-socialista na Alemanha, a emigração de Arnold Zweig e a obra literária dos dois autores.

● PRIMEIRO ACTO — CLUBE DE THEATRO — Iniciativa que motivou as «boas intenções» de muitas pessoas de Alges interessadas viva-

mente pelo teatro (e é justo salientar o nome do actor Armando Caldas), está já a funcionar este novo teatro, inaugurado em 17 de Junho passado. Situado na Rua Eduardo Augusto Pedroso, 16-A, em Alges, o grupo de teatro Primeiro Acto, começa a sua actividade com a conhecida e magnífica peça de Jean Anouilh — «Antígona».

● ANO INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO — Será 1970, o Ano Internacional da Educação? O Conselho Económico e Social da O. N. U. (E. C. O. S. O. C.), reunido em Genebra, adoptou, por unanimidade, uma recomendação que será submetida à assembleia geral das Nações Unidas, neste Outono.

Dirigindo-se à conferência do E. C. O. S. O. C., René Maheu, director-geral da U. N. E. S. C. O., sublinhou que «o Ano Internacional não deveria ser unicamente, nem sequer principalmente, uma ocasião de manifestações publicitárias... No momento em que os povos fazem pressão para que os governos aumentem o orçamento aplicado ao melhoramento e à extensão da educação..., é supérfluo discorrer sobre a sua importância. Neste caso, o Mundo não necessita de propaganda, pelo menos de propaganda vaga e abstracta. Necessita, pelo contrário, de reflexão e de acção».

● ALTA QUALIDADE DOS TRACTORES FORD — Os representantes na Alemanha do Centro Internacional de Promoção de Qualidade, mais conhecido por RAL, concederam oficialmente ao departamento de tractores Ford o direito de usar o certificado «RAL-TESTAT» em todos os tractores agrícolas Ford, modelos 2000, 3000, 4000 e 5000. Saliente-se que este «certificado de segurança» confirma aos agricultores a alta qualidade dos tractores Ford.

● CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA G. I. A. EM PARIS — Durante a conferência anual da G. I. A. — Grupo de Agências de Publicidade Independentes — que se realizou recentemente em Paris, debateram-se problemas relacionados com a intensificação e permuta de campanhas internacionais, tendo ficado estabelecido que ingressassem neste grupo agências independentes do Canadá, Austrália, México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai. A G. I. A. continua deste modo a alargar o seu campo de acção para além da cobertura completa de quinze países europeus e dos Estados Unidos. Foram notáveis os resultados apresentados na conferência de Paris, justificando o entusiasmo numa cooperação internacional com base exclusivamente em agências de publicidade independentes. Em Portugal, a ZEIGER Publicidade Internacional, Lda, é a agência membro da G. I. A.

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 930

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										

HORIZONTAIS: 1 — Caudas. Anua. 2 — Expungir. Gracejam. 3 — Enfraquecera. 4 — Físico alemão do século passado, que descobriu as ondas eléctricas, assim como o efeito fotoeléctrico. Réis (abrev.). 5 — Lubrificai. Tanja. 6 — Navegadores. 7 — Exposto pela primeira vez ao público. 8 — Rompera. Parecena. 9 — Antes de Cristo. Lavra. 10 — Colheita. Goza. 11 — Patrnanha. Arte de ler ou entoar os nomes das notas de um trecho musical, que foi inventada pelo frade beneditino Guido de Arezzo, que viveu entre os anos de 995 e 1050. 12 — O primeiro filho de Adão e Eva, que foi também o primeiro fraticida. Atordoam.

VERTICAIS: 1 — Saltos de água. 2 — Artigo (pl.). Artigo antigo. Vila e circunscrição do distrito de Moçambique (Moçambique). 3 — Estejas presente. Partju. 4 — Sagrada. Apertaram mólhos. 5 — Resmungara. 6 — Fama. Apellido. 7 — Indivíduo. Boca de um rio. 8 — Ena! Localidade do concelho de Alenquer. Debruo. 9 — Extenuada. Interjeição que designa cansaço. 10 — Patroas. Mostrem-se alegres.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 929

HORIZONTAIS: 1 — Enrijassem. 2 — Sá. Mediano. 3 — Tom. Ri. Lar. 4 — Anuem. 5 — AC. As. Daís. 6 — Má. Paulino. 7 — Prolixos. 8 — Televisor. 9 — Panema. Ne. 10 — Avis. Rugiu. 11 — Geo. Mas. An. 12 — Al. Tomasse.

VERTICAIS: 1 — Estuam. Pa. ga. 2 — Não. Captável. 3 — Má. Rénio. 4 — Im. Nápoles. 5 — Jerusalém. Mó. 6 — Adie. Uivaram. 7 — Si. MDLXI. Usa. 8 — Sal. Aios. 9 — Ena. Insónias. 10 — Moroso. Reúne.

O TEMPO DO LEITOR

LIVROS

● «A LETRA E O LEITOR» — Jacinto Prado Coelho — Os que não frequentaram a Universidade, mesmo esses puderam aprender com o prof. Jacinto do Prado Coelho o amor da palavra escrita. O seu livro «Educação do Sentimento Poético» (1944) contribuiu para que muitas gerações, fora dos estabelecimentos de ensino, por via autodidáctica, tomassem gosto pelo fenómeno da criação literária em geral e poética em particular. Mais de vinte anos decorridos, a bibliografia de Jacinto Prado Coelho alargou-se (Camilo, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoas são pontos altos da sua carreira de exegeta) e o mais recente dos seus livros — «A Letra e o Leitor» — é como a síntese de todo esse tempo dedicado à investigação, à crítica, à educação literária: esplêndida oportunidade para o rerelemos seus velhos aprendizes e admiradores, ou para o descobrirem as novas gerações que despertam para o amor e o cultivo das belas letras. (Portugália Editora).

★★★★

● «LUTERO E OUTRAS PEÇAS» — John Osborne — Um livro que vale sobretudo pela primeira peça (Lutero), obra discutida e famosa do mais célebre dos dramaturgos ingleses contemporâneos. A violência, o choque, a



truculência de um autor hoje quase um clássico dos tempos modernos. As duas peças que completam o volume revelam-nos um Osborne igualmente violento mas no caminho da sátira. Excelentes traduções de Palla e Carmo e Neves-Pedro e um magnífico prefácio do primeiro. (Portugália Editora).

★★★★

RÁDIO

● «TRÊS VEZES CINCO» — De Armando Marques Ferreira, ou a escola dos que não sabem ler e cujos professores jamais foram à escola. Majestosa obra analfabetizadora das ondas hertzianas que, através de centenas de quilómetros, vai a todos os recantos do País. (Rádio Renascença).

● «ÊXITO DAS ESTRELAS» — Odete Ferrão e António Sérgio têm talento às carradas. Basta saber que... «A fórmula única para fixar os cabelos... São três horas e onze minutos... Hoje ainda poderá remeter a sua quadra original... Até amanhã, amigos ouvintes, em Encontro para Dois». (Rádio Renascença).

★★

● «EM ÓRBITA» — Um dos poucos programas que procurava um tempo válido no tempo esclerosante da rádio portuguesa. Agora procura desesperadamente um reequilíbrio que o salve da viagem à lua, da «Nova Aventura» em que se meteu. (Rádio Renascença).

★★

TELEVISÃO

● «ZIP-ZIP» — O triunfo maior da nossa televisão, o programa de maior audiência em todas as camadas populacionais. Razões? As mais simples, as que a R. T. P. nunca quis até agora levar a sério: oportunidade, variedade, actualidade, sentido de «coisa viva», comunicação com o telespectador, presença em carne e osso de um público, «intérpretes» trazidos de todos os sectores sociais. Bom critério na apresentação dos trechos musicais. Aceitável realização televisiva. O único programa que vale o preço da taxa.

★★★★

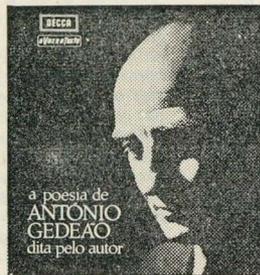
● «RISO E RITMO» — Um programa cuja ambição parece não ir além das habituais «variedades». Não é brilhante o critério de escolha dos cançonetistas (há uma concessão excessiva ao gosto do público) e é la-

mentável o texto «humorístico», ao nível do pior que se faz em revista. A última edição pecou por tudo isto e por uma confusão total na elaboração de uma linha coordenadora do programa. Mesmo «variedades», se houvesse imaginação, bom senso e sentido de humor, «Riso e Ritmo» poderia ser positivo. Assim não é.

★

DISCOS

Três novos discos vão divulgar três dos nossos melhores poetas entre os que,



preferindo ouvir a ler, raramente sentem a necessidade de contactar os livros e os escritores.

Assinale-se a esplêndida qualidade da gravação, a criteriosa escolha dos poemas e a importância dos autores escolhidos para inaugurar a série (as vozes são dos próprios).

Estão de parabéns os que gostam de poesia e, lida ou ouvida, a procuram sempre avidamente.

★★★★

FILMES

● «SPARTACUS» — Stanley Kubrick — Lisboa de férias, Lisboa de parabéns. A reposição que vale a pena, a superprodução que lutou heroicamente pela dignidade essencial. Os rodriguinhos de algumas cenas não anulam o poder humanista do argumento e, acima de tudo, de um diálogo que se chamaria de obra-prima. Interpretações à altura. Não faltar, sob nenhum pretexto. (Cinema Monumental).

★★★★

● «2001 — ODISSEIA NO ESPAÇO» — Stanley Kubrick — Reposição oportuna numa tela inoportuna. Para os que não acreditam no poder realista da imaginação, o teste definitivo: a poesia antecipa a ciência e a técnica. Stanley Kubrick ou o Homero da Idade Espacial, em íntima colaboração com Arthur Clark, outro «contemporâneo do futuro». Poema visual que preenche também a emotividade e a inteligência. Admirável, a ver sem falta e várias vezes. (Cinema Condes).

★★★★

O TEMPO DO LEITOR

As classificações atribuídas neste Guia, discutíveis como todos os juízos de valor, pretendem apenas fornecer uma primeira sugestão indicativa do que o leitor pode escolher e ajudá-lo a ocupar da maneira mais racional os seus tempos livres.

Medíocre ★
Com interesse ★★
Bom ★★★
Muito bom ★★★★

CARTA ABERTA ao Comércio Nacional

Entrou em funcionamento no País o nosso novo serviço de cheques com cobertura assegurada.

Queremos, simplesmente, que passe a vender mais e com mais facilidade, e queremos, sobretudo, que ganhe mais: queremos, numa palavra, que venda com confiança, com a certeza de que vai receber mesmo o seu dinheiro.

Aceite com todo o à vontade os cheques do Banco Português do Atlântico: eles são realmente dinheiro — têm cobertura assegurada pelo próprio BPA.

Bastará, apenas, que sejam emitidos em seu nome, até 500\$00 (cada um) e que os deposite na sua conta em qualquer das nossas muitas dezenas de estabelecimentos, nos oito dias seguintes à data da sua emissão.

Temos, evidentemente, consciência da dimensão do passo que estamos a dar. De si, Prezado Comerciante, depende, agora, o êxito deste serviço que só o futuro parecia prometer, mas que oferecemos no ano do nosso cinquentenário essencialmente a pensar no desenvolvimento dos seus negócios.

2 de Junho de 1969

BANCO PORTUGUES DO ATLANTICO

Descontentamento dos signatários

Assinada por 630 operários da indústria metalúrgica, foi enviada ao sr. ministro das Corporações uma exposição em que se manifesta o descontentamento dos signatários e de muitos outros colegas filiados no Sindicato Nacional dos Operários Metalúrgicos do Distrito do Porto, perante os entraves levantados à validade da lista B de candidaturas dos corpos gerentes eleitos para o triénio de 1969-1971.

A propósito, escrevem-nos alguns dos componentes da comissão de sócios proponentes uma carta, que a seguir publicamos, na impossibilidade de, como nela nos pedem, transcrever na íntegra a referida exposição.

★

Segundo dados oficiais, a população dos metalúrgicos no País está calculada em cerca de 100 000 trabalhadores. Fácil é de calcular a importância que os seus problemas representam para a vida nacional e o interesse que pode merecer da Imprensa preocupada em levar o seu público leitor a tomar conhecimento e consciência desses problemas.

As eleições dos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Operários Metalúrgicos do Distrito do Porto estão dentro dessa problemática. Embora o problema se encontre confinado a um distrito acontece que esse distrito, só por si, representa quase um terço dos trabalhadores directamente interessados. E não é só isso; o problema que ressaltou do relato que se segue, dadas as suas características, interessa a toda a população trabalhadora do País, pois traduz comportamento a apreciar.

Para conhecimento do problema e como peça principal, juntamos cópia da exposição enviada a Sua Excelência o Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em Abril passado. Esta exposição, no nosso parecer, é suficiente elucidativa e mais elucidativa

se torna ao informarmos que foi subscrita por 631 associados.

Apesar de tudo isto e da nossa persistência, hoje, passados quatro meses da eleição, continuamos impedidos de colocar à frente do Sindicato os elementos por nós eleitos.

É esta a notícia que achamos útil divulgar e nos traz à presença de V. Ex.ª.

Com os melhores cumprimentos.

Porto, 30 de Junho de 1969.

E o cosmos oceânico?

Sou leitor assíduo de «V. M.», publicação que V. Ex.ª tão dignamente dirige.

Escrevo-lhe para lhe apresentar uma sugestão, que julgo de basto interesse para os leitores e para a sua revista:

Tem vindo «V. M.» publicando quase semanalmente noticiários e artigos sobre a conquista espacial, com a qual concordo plenamente, mas omitindo por outro a conquista dos oceanos, excepção feita aos números 1494 e 1511.

Note-se a importância de que se reveste a oceanografia, nos dias de hoje, para que o homem, num futuro próximo possa subsistir, extraíndo do mar os alimentos e minerais que necessita.

Assm, propunha-lhe que a par de projectos Apolo, Gémeos, Soyuz, etc., se publiquem referências a estudos de permanências prolongadas a grandes profundidades, como sejam os projectos Scalab, Précontinent ou Tchérnanor, acompanhados de noticiário e artigos sobre: a extracção de minerais dos fundos marinhos, obtenção de água potável a partir de águas salgadas, a poluição marinha (que tanto se faz sentir em nossas costas), aquacultura, proteínas, arqueologia submarina, etc., que poderiam vir a ser incluídos em «Estudo da Semana» ou «Para um dosier...».

RICARDO BOTTINO
(Lisboa)

Evitar o equívoco

Por atraso na publicação da carta que a Comissão Pró-Casa-Biblioteca Tomaz da Fonseca teve a gentileza de nos enviar, algumas das informações nela contidas estavam desactualizadas.

Dirigem-se-nos novamente os componentes da Comissão, pedindo algumas rectificações. Porque a comunicação é demasiado extensa, apenas nos é possível apresentar o texto da carta, que aliás contém o essencial.

★

Em primeiro lugar desejamos testemunhar o maior agradecimento pela publicação da nossa carta no último número da «Vida Mundial».

Lamentamos, no entanto, que ela tenha aparecido tão tardiamente, mais de um mês passado o seu envio. Há nela, por isso, um comentário relativo à colaboração dos Filhos, que está ultrapassada pela evolução posterior da campanha dos apelos aos Filhos do eminente panfletário. Na verdade, na segunda quinzena de Maio, os Filhos enviaram aos signatários dos vários apelos até então remetidos uma comunicação em que concordavam dar a melhor colaboração para que a Casa-Biblioteca fosse uma realidade.

Uma síntese dos principais acontecimentos ocorridos desde essa altura é exposta na última «comunicação aos amigos e admiradores de Tomaz da Fonseca», de que juntamos uma cópia, e que já foi publicada em alguns órgãos da Imprensa diária.

Havendo agora da parte dos Filhos do autor dos «Sermões da Montanha» uma disposição firme de colaborarem na criação da Casa-Biblioteca, queremos evitar qualquer situação equívoca e, sobretudo, não dar azo a que eles se possam sentir melindrados por um comentário, pertinente com toda a justiça na altura em que foi escrito, mas que, neste momento, perdeu todo o sentido.

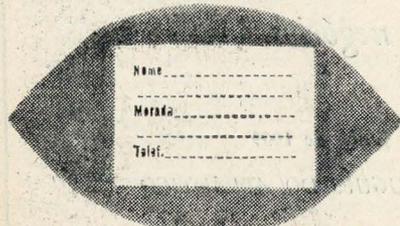
Queira aceitar, Senhor Director, com os protestos da mais elevada consideração, os nossos melhores cumprimentos.

AUGUSTO CESAR ANJO
JOSÉ SIMÕES DINIS
OSVALDO RIBEIRO PELIZ

O OVO DE COLOMBO

à venda por

10800



Agente. Telef. 71 34 62

PLACAS PARA
IDENTIFICAÇÃO
DE CRIANÇAS

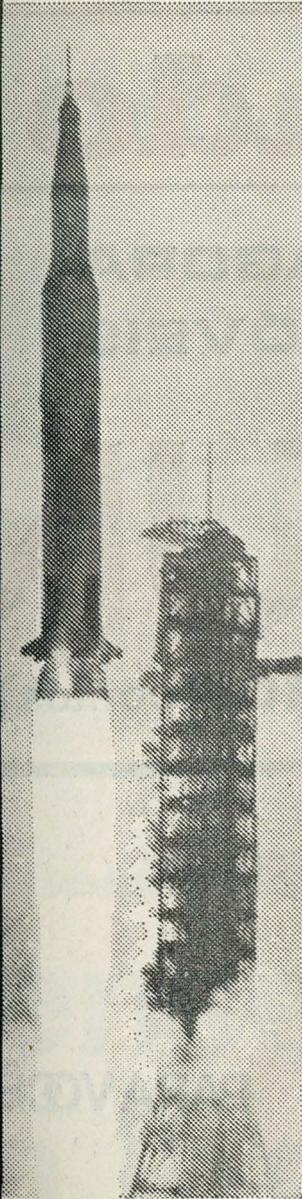
Não se preocupe!

Já pode perder os seus
filhos... mas identifique-os
antes

REGISTADO

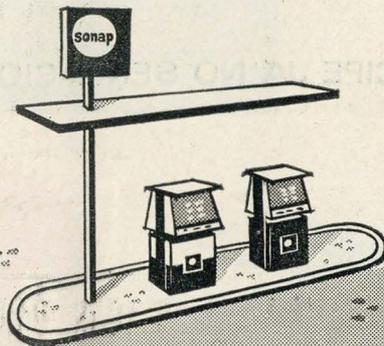
LEIA
«O SEculo ILUSTRADO»

ESTE SEMANÁRIO
É TRANSPORTADO
PARA TODO O PAÍS
PELOS COMBÓIOS DA



serviço
sonap

um serviço
do nosso tempo



sonap

maravilhas para si

Está na hora de possuir um automóvel magnífico!... UM DATSUN!

O SÉCULO
ilustrado

**OFERECE-LHE AGORA
TRÊS AUTOMÓVEIS**

DATSUN

(num valor total superior a **300** contos)

PARTICIPE JÁ NO SENSACIONAL CONCURSO



OS CARROS DO CONCURSO DO «S. I.»
ENCONTRAM-SE EM EXPOSIÇÃO NO

e **ENTREPOSTO**

ENTREPOSTO COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS S. A. R. L.
Av. Duarte Pacheco, 21-A — Telef. 6851 75/6/7/8 — Lisboa 3

Pense no Mundo:

83 cidades
27 países
4 continentes

Viagens para as mais famosas cidades, nos jactos mais modernos do mundo por um preço irrisório. A que parte do mundo V. quer ir?

Contacte com a Ibéria
Av. da Liberdade, 107 - Telef. 562018
ou com o seu Agente de Viagens.



Pense na Iberia:



IBERIA LINHAS AERÉAS
INTERNACIONAIS DE ESPANHA

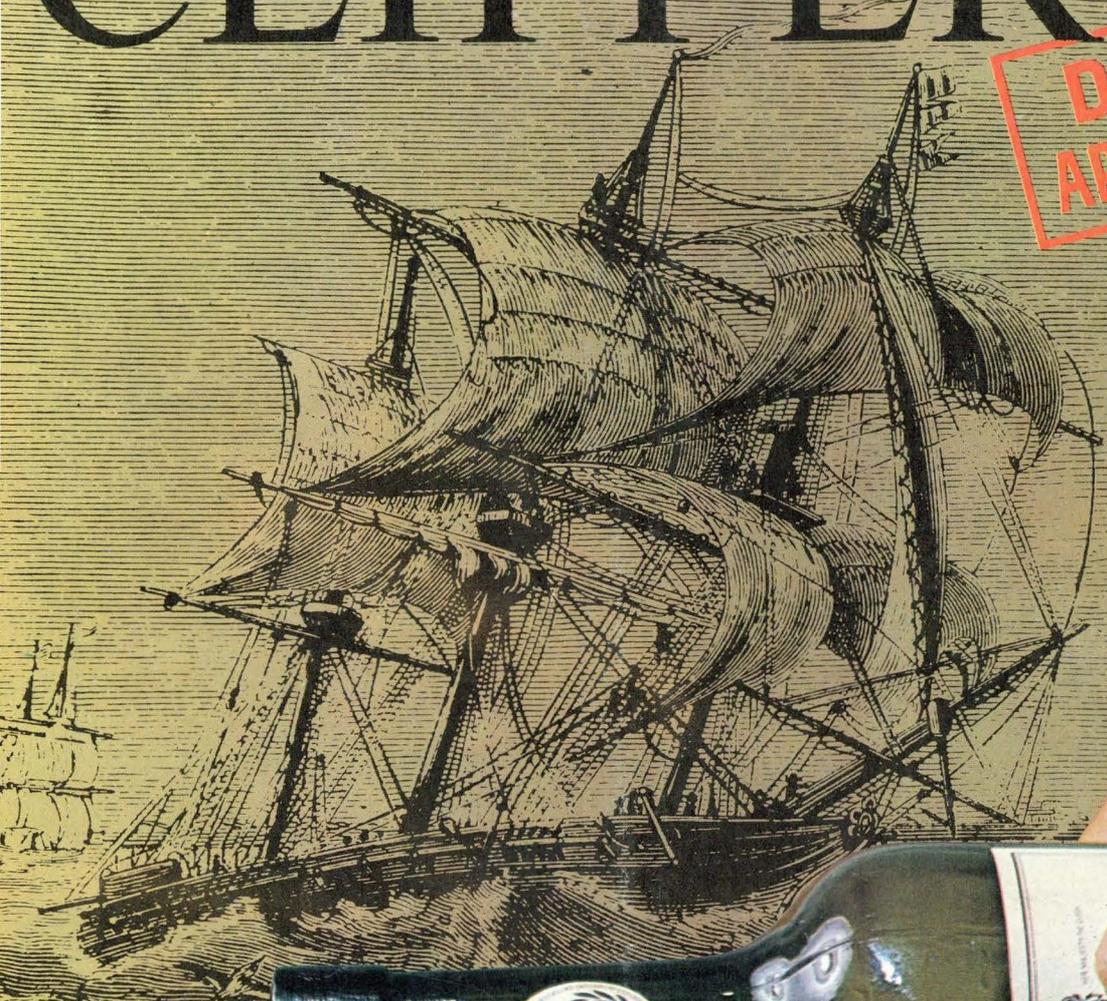
Avenida da Liberdade, 107 - Telefone 56 20 18

Onde só o avião recebe mais atenções que V.



CLIPPER

DRY
APERITIF



SANDEMAN